

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

I CURSO DE MESTRADO EM MUSEOLOGIA

MUSEU DA LUZ
CONTRIBUTOS PARA A SUA IDENTIDADE CULTURAL

ANEXO I
ALDEIA DA LUZ: ELEMENTOS DE ENQUADRAMENTO

DIMAS JOAQUIM C. FERRO

ORIENTADOR: PROF. DOUTOR HENRIQUE COUTINHO GOUVEIA

ESTA DISSERTAÇÃO NÃO INCLUI AS CRÍTICAS FEITAS PELO JÚRI

ÉVORA
2004

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

I CURSO DE MESTRADO EM MUSEOLOGIA

MUSEU DA LUZ
CONTRIBUTOS PARA A SUA IDENTIDADE CULTURAL

ANEXO I

ALDEIA DA LUZ: ELEMENTOS DE ENQUADRAMENTO

DIMAS JOAQUIM C. FERRO



149330

ORIENTADOR: PROF. DOUTOR HENRIQUE COUTINHO GOUVEIA

Dissertação de mestrado em museologia

ESTA DISSERTAÇÃO NÃO INCLUI AS CRÍTICAS FEITAS PELO JÚRI

ÉVORA
2004

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	IV	
ÍNDICE DE FIGURAS	V	
1. INTRODUÇÃO	1	
PARTE I	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA FREGUESIA DA LUZ: ASPECTOS FÍSICOS, POPULACIONAIS E PATRIMONIAIS	
CAP. I	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA FREGUESIA DA LUZ	3
1.1.	Enquadramento regional	3
1.2.	Sinopse sobre a área estudada	4
1.3.	Caracterização físico do meio e ocupação cultural da freguesia da Luz	7
1.4.	Rio Guadiana	13
CAP. II	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ALDEIA DA LUZ	17
2.1.	Indicadores sócio-demográficos da população da Aldeia da Luz	17
2.1.1.	Grupo etário	20
2.1.2.	Sexo	21
2.1.3.	Estado civil	22
2.1.4.	Habilitações literárias	22
2.1.5.	Profissões	23
CAP. III	ALDEIA DA LUZ: ELEMENTOS IDENTITÁRIOS E PATRIMONIAIS	28
3.1.	Traços da arquitectura popular alentejana na aldeia da Luz	28
3.2.	Os espaços domésticos	34
3.2.1.	Casas de habitação: organização e funcionalidade	34
3.2.1.1.	As fundações	40
3.2.1.2.	Os materiais	41

3.2.1.3. Elementos arquitectónicos exteriores	44
3.2.1.4. Elementos arquitectónicos interiores	50
3.2.1.5. Dependências agrícolas	55
3.3. Os espaços públicos	61
3.4. O espaço memorial, sacral e profano na antiga aldeia da Luz	67
3.4.1. Castelo da Lousa	70
3.4.2. Igreja de Nossa Senhora da Luz	73
3.4.3. Fonte Santa	75
3.4.4. Cemitério da Luz	76
3.4.5. Praça de touros	83
3.5. A transformação das habitações na Luz: breve caracterização	84
PARTE II	PLANO DE SALVAGUARDA E MINIMIZAÇÃO DE ALQUEVA
CAP. IV	EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA (EFMA) 96
4.1.	Objectivos e princípios gerais da intervenção 96
4.2.	Âmbito e gestão do Plano de Minimização dos Impactos de Alqueva 101
4.2.1.	Medidas de minimização 101
PARTE III	CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO AUTÁRQUICO E TUTELA DO MUSEU DA LUZ
CAP. V	CONTEXTO AUTÁRQUICO E TUTELAR 114
5.1.	Instrumentos reguladores e órgãos de gestão 114
5.1.1.	Tutela, gestão e enquadramento orgânico 114
CAP. VI	CONCLUSÃO 120
6.1.	Conclusão
Bibliografia	124

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	- Evolução da população residente na antiga aldeia da Luz	18
Quadro 2	- População residente: Grupo etário	21
Quadro 3	- População residente: Sexo	21
Quadro 4	- População residente: Estado civil	22
Quadro 5	- População residente: Habilitações literárias	23
Quadro 6	- População residente: Profissões	24
Quadro 7	- Tipologia dos túmulos no antigo cemitério da Luz	78
Quadro 8	- Distribuição dos covais pelos talhões	79
Quadro 9	- Cronograma comparativo do projecto integrado de Alqueva (aldeia da luz)	99

ÍNDICE DE FIGURAS

Foto 1	Panorâmica sobre a zona envolvente da antiga aldeia da Luz	8
Foto 2	Muros de xisto que delimitam a pequena propriedade rústica	13
Foto 3	Comemoração do S. Pedro nas margens do rio Guadiana (2002)	14
Foto 4	Pesca no rio Guadiana	15
Foto 5	Moinho dos "cerieiros"	16
Foto 6	Habitantes da aldeia da Luz	18
Foto 7	Habitantes da aldeia da Luz	19
Foto 8	Panorâmica sobre as duas aldeias	31
Foto 9	Chaminés da antiga aldeia da Luz	33
Foto 10	Casa "tradicional" da aldeia	33
Foto 11	Casa da matança	38
Foto 12	Poial da casa de matança	38
Foto 13	Sala de entrada e eixo comunicacional com o quintal	40
Foto 14	Casa de taipa (solução construtiva tradicional)	42
Foto 15	Banco de pedra ponto de encontro de sociabilidades	47
Foto 16	A prática da caiação	48
Foto 17	Soluções de micro-arquitecturas	51
Foto 18	Prateleira de xisto	51
Foto 19	Sala de entrada com o armário embutido e lareira	51
Foto 20	Tipo de pavimento empedrado dos quintais	58
Foto 21	Porta principal com moldura em massa	60
Foto 22	Porta principal com moldura em xisto	60
Foto 23	Beirado tradicional	60
Foto 24	Janela tradicional	60
Foto 25	Pavimento em xisto	60
Foto 26	Chaminé e sino (Junta Freguesia da Luz)	61
Foto 27	Marca do jogo da "Zorra"	62
Foto 28	Dia de mercado na antiga aldeia da Luz (Largo 25 de Abril)	65

Foto 29	Igreja de N. S. da Luz, Cemitério e Praça de Touros	67
Foto 30	Última procissão da Padroeira da aldeia	67
Foto 31	Festa taurina na aldeia	68
Foto 32	A festa, a Igreja N. S. Luz, a Praça de Touros e o Cemitério	69
Foto 33	Entrada de N. S. da Luz na Igreja Matriz	74
Foto 34	A Fonte Santa	76
Foto 35	Aplicação da pintura mural na nova igreja	106
Foto 36	Sondagens arqueológicas na antiga Igreja de N. S. da Luz	107
Foto 37	Demolição da antiga Igreja Paroquial da Luz	108
Foto 38	Castelo da Lousa (vista aérea)	109
Foto 39	Castelo da Lousa: medida de minimização dos impactos negativos	109
Foto 40	Desmantelamento da aldeia: selecção dos bens patrimoniais	111

Nota:

As fotos apresentadas neste trabalho foram tiradas pelo autor, excepto uma (foto 38) que pertence ao arquivo da EDIA

1. INTRODUÇÃO

Neste volume II apresenta-se um conjunto de informações contextuais que ajuda a enquadrar os múltiplos vectores que interferiram e proporcionaram a reinstalação da aldeia da Luz. O museu da Luz materializou-se intencionalmente devido a esse mesmo projecto de reinstalação. Assim, e para que se possa ter não só uma noção da complexidade e do contexto em que este projecto museológico se desenvolve, mas também uma visão mais integradora e globalizante deste processo de reinstalação, considera-se de grande importância o recurso a esta informação de enquadramento complementar. Este anexo contextual, na perspectiva do autor, só reforça as particularidades, singularidades e complexidades do ambiente onde se desenvolveu este projecto museológico.

Este anexo está dividido em três partes as quais passo a referir.

A primeira parte do segundo volume da dissertação apresenta a caracterização do território em que se situa a freguesia da Luz, a identificação e a caracterização da população residente nesta freguesia e, por último, descreve os principais elementos identitários e patrimoniais da comunidade luzense. Nesta primeira parte pretende-se dar uma visão de conjunto dos elementos estruturais e materiais, em que assenta a particularidade da aldeia da Luz.

Na segunda parte aborda-se a questão das medidas de salvaguarda e de minimização patrimonial que foram levadas a cabo pela empresa promotora do projecto por forma a diminuir os impactos negativos da criação da albufeira de Alqueva.

Por último, a terceira parte faz referência à necessidade de se encontrar soluções de compromisso que permitam a sustentabilidade qualificada do museu e, também, a promoção deste como referência regional/nacional.

PARTE I

**CARACTERIZAÇÃO GERAL DA FREGUESIA DA LUZ:
ASPECTOS FÍSICOS, POPULACIONAIS E PATRIMONIAIS**

Neste capítulo pretende-se efectuar uma breve caracterização do território onde se insere a freguesia da Luz. O principal objectivo é de revelar o contexto territorial que enquadra o processo de reinstalação da aldeia da Luz. Assim para se obter um melhor conhecimento sobre a área em que este estudo incide, procurar-se-á elaborar uma síntese sobre as características físicas e culturais da freguesia da Luz. Nesta caracterização destacar-se-á o facto de a comunidade da Luz apresentar testemunhos de diferentes ocupações humanas desde os tempos mais remotos, revelando-se o rio Guadiana como o grande elemento estruturante do meio envolvente tanto ao nível físico como ao nível cultural.

1.1. Enquadramento regional

Situada no distrito de Évora, a freguesia da Luz localiza-se na margem esquerda do rio Guadiana, sendo a mais pequena, em termos de superfície, das três freguesias que constituem o concelho de Mourão. Apresentando, inicialmente, uma extensa área de tecido fundiário de 5.082 hectares, devido ao projecto de Alqueva ficaram submersos cerca de 3.134 hectares, o que corresponde a 62% daquela área (Ihera, 1999).

Em termos territoriais, a freguesia da Luz é delimitada pelo rio Guadiana, a Oeste, pelo seu afluente, a ribeira de Alcarrache, a Sul e a Este, pela freguesia de Mourão, a Norte.

Entre o vale do Guadiana, a pouco mais de 1Km, e a vila de Mourão, a 7Km, apresentava-se a velha povoação da Luz, com um perímetro urbano de 14 hectares, implantada entre as cotas 139 e 143. Numa posição excêntrica em relação aos eixos axiais de circulação de pessoas, produtos e informação, deparava-se com uma aldeia servida por uma rede viária fragilizada, composta pela estrada municipal 518 que efectuava a ligação entre a sede de concelho (Mourão) e a Luz, pelo caminho municipal 1140, conectando esta às estradas municipais que conduziam, por um lado a Mourão e,

por outro lado, à Póvoa de São Miguel; por fim, o caminho municipal 1141 estabelecia a ligação entre a aldeia e o seu cemitério.

Longe de tudo e de todos, a Luz era uma aldeia integrada numa área pouco povoada e com características predominantemente rurais, onde as terras, de solos xistosos esqueléticos, aliadas ao pouco aproveitamento da água do rio Guadiana, impunham um forte constrangimento ao seu desenvolvimento sustentado.

Com uma altitude média da ordem dos 160 m, a nova aldeia da Luz dista actualmente cerca de 3 Km da aldeia velha e de 4Km da vila de Mourão, estando implantada nas terras anteriormente pertencentes à herdade da Juliôa e do Monte dos Pássaros de Baixo.

1.2. Sinopse sobre a área estudada

Relativamente à presença humana, a região em que se insere o concelho de Mourão, encerra uma grande diversidade espaço-temporal.

Os conhecimentos existentes actualmente sobre as populações que viveram e circularam neste espaço revelam que a área, tanto a mais próxima (margens) como a mais afastada do rio Guadiana (vila e freguesias de Mourão), conheceu uma ocupação contínua de grupos humanos, desde a pré-história até aos nossos dias, sendo o rio e os seus afluentes factores determinantes para a existência de vestígios de tal ocupação. O rio atraiu assim para as suas margens actividades essenciais ou complementares ao ciclo tradicional de subsistência económica.

No âmbito do quadro do Plano de Minimização de Impactos Negativos de Alqueva, na freguesia da Luz foram identificados vestígios de ocupação humana que foram sujeitos a estudos técnico-científicos. A tipologia destes locais intervencionados é diversificada, marcando e inscrevendo a diversos níveis cronológicos a presença humana na zona envolvente da aldeia da Luz.

Com a compilação dos estudos e dos próprios vestígios ainda existentes, pode-se ter o perfil da ocupação humana naquele espaço, desde os tempos mais remotos até a um passado mais recente que constitui a memória colectiva da zona estudada.

De acordo com os sítios arqueológicos intervencionados e segundo dados disponibilizados pela EDIA S.A. (NPC - Núcleo de Património Cultural, 2002) na zona

envolvente da aldeia, salientam-se aqueles, em cujas estruturas identificadas, o espólio recolhido, a monumentalidade do sítio, entre outros factores, apresentam um maior potencial científico. Dentro destes evidenciam-se os seguintes, a título indicativo:

1. O Castelo da Lousa (habitat de época romana);
2. Moinho de Valadares 1 (habitat neolítico/ calcolítico);
3. Luz 3 (habitat de época romana);
4. Monte da Julioa 24 (habitat de época romana);
5. Monte do Tosco 1 (habitat calcolítico/bronze);
6. Monte da Ribeira 2 (necrópole da idade do bronze);
7. Monte da Charneca 4 (habitat de época romana).

O Castelo da Lousa foi um sítio de grande dimensão e complexidade, de tal modo que foram várias as teorias explicativas sobre a funcionalidade deste monumento. Escavações recentes apontaram a construção do Castelo da Lousa para o século I a. C. e sua ocupação até ao século I. Em termos arquitectónicos, o edifício principal, de planta rectangular (cerca de 23x20 metros), possuía muros de xisto de grande espessura (2 metros) e um pano de muro, na parte mais alta, de cerca, de 5,7 metros de altura. O corpo central do edifício apresentava vários compartimentos que se desenvolviam em torno de um pátio central com cisterna. Para alguns arqueólogos este monumento terá tido funções militares no âmbito das campanhas de pacificação da região; para outros terá sido uma habitação ou entreposto fortificado ligado à actividade agrícola ou mineira. Seja qual for a função do Castelo da Lousa, não foi ainda possível, até ao momento, apresentar uma interpretação consensual. Actualmente já está submerso, depois de ter sido alvo de um processo de impermeabilização para fazer face à força e à acção destruidora das águas da barragem de Alqueva.

Esse processo consistiu numa operação de selagem visando a protecção das estruturas existentes, através da aplicação de várias camadas de sacos de areia em torno do castelo da Lousa. De referir que, na fiada exterior de sacos, foi introduzido betão por forma a poder resistir ao longo do tempo que se prevê que a barragem dure, contribuindo para a manutenção do efeito protector das ruínas que se pretende.

No Moinho de Valadares, localizado numa vertente sobre o rio Guadiana, foi aí achado espólio arqueológico diverso, representando diferentes ocupações humanas.

O sítio arqueológico Luz 3 tal como o Monte da Juliôa 24 são dois habitats da época romana. O primeiro ficou submerso, mas o segundo manteve-se fora de água. Relativamente a este último, salienta-se a sua ocupação contínua entre o século I e a primeira metade do século III, sendo objecto de um programa de salvaguarda e valorização museológica dada a sua importância e implantação próxima do perímetro urbano da nova aldeia.

O Monte do Tosco 1, localmente designado por Monte do Tocho, e o Monte da Ribeira 2 ficaram parcialmente fora de água. No primeiro, localizado próximo da ribeira de Alcarrache, foram encontrados diversos materiais ligados ao quotidiano das populações que o ocuparam e no segundo, necrópole da idade do Bronze, foram identificadas várias sepulturas.

O Monte da Charneca 4 ficará debaixo de água e aí foi identificado um edifício rústico da época romana.

Tanto quanto nos é dado saber até ao momento, as origens da aldeia da Luz são nebulosas. No âmbito do Projecto de Assistência Técnica ao Museu da Luz, uma equipa pluridisciplinar, incorporando a valência da história, efectuou uma vasta investigação documental nos arquivos locais e em Lisboa de modo a obter mais informações sobre as origens deste aglomerado rural.

A antiga aldeia da Luz, localizada entre o Castelo da Lousa e a Igreja de Nossa Senhora da Luz, remetia as suas origens para as peregrinações de Nossa Senhora da Luz, tornando-se difícil a sua datação exacta.

Segundo um estudo efectuado (Cardoso,1996), o núcleo primitivo da aldeia da Luz era constituído pela Rua de Trás, Rua do Meio e Rua Nova e a sua evolução fez-se de Norte para Sul, sendo possível identificar três fases evolutivas:

1. Primeira fase – Rua de Trás, Rua do Meio e Rua Nova que desembocariam no Rossio, local de mercados e feiras;
2. Segunda fase – desaparecimento de algumas edificações que deram lugar a um largo de forma triangular que funcionou, até ao momento da demolição do aglomerado, como centro da aldeia, estendendo-se esta ao longo das vias que a ligavam a Mourão, à Aldeia da Estrela e à Igreja Paroquial;

3. Na fase final - preenchimento dos espaços urbanos intersticiais, em que a povoação pouco mais se expandiu ao longo das vias de comunicação, estacionando no tempo.

Se a Norte o Castelo da Lousa pautava a paisagem como a construção de maior relevância histórica e patrimonial, a Sul encontrava-se a Igreja Matriz. Local de grande importância para os luzenses, a Igreja de Nossa Senhora da Luz distava cerca de 800m da aldeia e estava implantada numa baixa. Ao longo dos tempos, sofreu diferentes alterações bem patentes nas edificações góticas dos portais e capitéis e nas características renascentistas da sua capela baptismal, de frontão triangular.

Tendo em conta o que foi anteriormente referido, pode-se comprovar que a freguesia da Luz, apesar da sua pequena dimensão e da aparente inexistência de protagonismo individual e colectivo das suas populações, foi palco de uma contínua ocupação humana, revelada a pouco e pouco pelas mais recentes escavações arqueológicas. Pese embora os impactos negativos do empreendimento de Alqueva, é de realçar que a premência de salvaguarda patrimonial da zona do regolfo de Alqueva conduziu à revelação de inúmeros arqueosítios de grande importância para a região.

1.3. Caracterização física do meio e ocupação cultural da freguesia da Luz

A paisagem é um sistema dinâmico onde uma pluralidade de factores interagem entre si, influenciando-se uns aos outros e evoluindo de acordo com os condicionalismos. Sejam factores de ordem biofísica (geologia, relevo, clima, solos, fauna, flora, agricultura, floresta, actividades humanas), ou sócio-económica e cultural, é a sua conjugação e expressão visual num determinado tempo e espaço que imprime a diversidade e a identidade das paisagens.



Foto 1 – Panorâmica sobre a zona envolvente da antiga Luz

Em termos climáticos, a freguesia da Luz insere-se numa região climática que segundo Daveau é de tipo continental, sub-tipo Alentejo oriental, com Verões muito quentes e Invernos frescos. Daqui resulta uma grande amplitude térmica, onde no Verão, em pleno Agosto, surgem com alguma frequência temperaturas acima dos 40 graus, contrastando com as temperaturas frias em Janeiro.

A análise do mapa de H. Lautensach (1951), apresentado na obra «Portugal Geográfico» (Daveau, 1995:45), sobre a distribuição da precipitação no Oeste peninsular, atribui um valor médio de precipitação anual entre os 500mm e 600mm. O período da precipitação inicia-se no mês de Outubro e prolonga-se até ao mês de Abril, embora este último apresente valores inferiores aos restantes meses. Se o mês de Abril é o que apresenta em média menor precipitação na ordem dos 47mm, o mês de Março é de todos o que apresenta uma média de precipitação mais elevada, atingindo os 78,3 mm. Relativamente ao período seco, este é balizado entre os meses de Maio e Setembro, verificando-se uma diminuição acentuada em Julho e Agosto, sendo neste último que se atinge o valor mínimo com 3,2 mm de acordo com o Estudo Prévio de Emparcelamento Rural da Freguesia da Luz (Ihera, 1999: 9).

Outro aspecto importante da climatologia é a insolação (número de horas de sol descoberto acima do horizonte). Se em termos de Portugal continental os valores da insolação «(...) estão compreendidos entre mínimos da ordem da 1800 horas nas montanhas do Minho e máximos superiores a 3100 horas no litoral algarvio, passando pelas 3000 horas, na bacia do Guadiana e em áreas reduzidas da península de Setúbal e na costa do Estoril» (Brito,1997: 55), na área objecto de estudo deste trabalho «(...) a

insolação anual média varia entre 2700 horas (valor registado em Mértola/ Vale Formoso) e 2850 horas (valor registado em Elvas)» (Procesi,1997: 27). Segundo este último estudo, o mês de Julho é o que apresenta o valor mais elevado, com 360 horas, e o mês de Dezembro o que revela o valor mínimo registado, com 140 horas.

Relativamente aos ventos, verifica-se, em termos gerais um maior registo de frequência dos ventos de NW e SW. Da análise dos dados estatísticos de séries longas (1963/ 1980) sobre a distribuição da velocidade do vento, frequência de calmas e número médio de dias com vento, conclui-se que a velocidade média mais elevada do Inverno é de cerca de 9,8 Km/h, sendo a da Primavera de 10,0 Km/h, no mês de Maio (Ihera, 1999: 12-13). Este valor representa o registo máximo da velocidade média anual nesta zona. Relativamente às calmas (velocidade do vento inferior a 1 Km/h) são mais frequentes no Inverno. Ainda segundo o mesmo estudo, o vento com velocidades superiores a 36 Km/h é muito pouco representativo, com cerca de 0,4 dias, não se verificando vento com velocidades iguais ou superiores a 55 Km/h.

No aspecto relacionado com a humidade relativa do ar, o ritmo intermensual provoca relações de causa/ efeito na mesma. Assim, resultam naturalmente valores de humidade do ar mais reduzidos durante os meses de Verão e o inverso durante o Inverno. Deste modo «Este elemento climático atinge os seus valores mais elevados no semestre de Novembro a Abril, com o valor médio mais alto no mês de Janeiro, com 94% às 9 horas e 85% às 18 horas. O valor mais baixo é registado no mês de Agosto com 59% às 9 horas e 32% às 18 horas» (Ihera,1999: 11).

Tendo em conta os factores que determinam a ocorrência/ registo de orvalho com as condições meteorológicas verificadas durante a noite, os aspectos topográficos e de exposição da zona em questão, bem como o coberto vegetal do solo permitem concluir que «Os meses de Março, Abril e Novembro são aqueles onde se verifica maior número de dias de orvalho» (Ihera,1999: 11).

Para a ocorrência de geadas é necessário que se verifiquem condições meteorológicas em que a temperatura do ar seja baixa, tendo em conta os parâmetros para a zona em estudo. Assim, segundo o mesmo estudo (Ihera), constata-se que os meses com maior número médio de dias afectados pela geada são Dezembro, com 7,6 dias, seguido de Janeiro, com 6,5 dias.

As características geomorfológicas da freguesia da Luz incluem-se na grande unidade morfo-estrutural do maciço antigo, que «(...) é constituído pelos terrenos paleozóicos essencialmente xistentos e graníticos que ocupam todo o Norte e parte do Centro e Sul do País, ou seja, o Minho, Trás-os-Montes, as Beiras e Alentejo» (Brito, 1997:45). No entanto, estas litologias apresentam comportamentos morfológicos bastantes diferenciados, sendo os xistos «(...) mais impermeáveis, esboroando-se por acção da escorrência das águas, dando origem a relevos ondulados com cabeços arredondados, em que os cursos fluviais meandrizam suavemente» (Brito,1997: 46).

No Alentejo verifica-se a retoma da superfície de aplanção que «(...) prolonga-se para sul, apenas localmente perturbada por relevos de dureza no Alto Alentejo: núcleos de sinclinais da serra de São Mamede e Estremoz, cristas quartzíticas de Marvão e as corneanas de Évora. A separação do Baixo Alentejo é feita pelo degrau tectónico da serra de Portel (Mendro), limitada a sul pela falha da Vidigueira, que se estende desde Torrão até Moura e Santo Aleixo» (Brito, 1997: 49).

No que diz respeito propriamente à zona que engloba a freguesia da Luz, esta está integrada numa área com altitudes médias que variam aproximadamente entre 150 e os 170 metros, predominando os xistos nesta área.

Relacionando as grandes famílias de solos dominantes com a sua aptidão para a cultura cerealífera extensiva de sequeiro alentejana, o referido estudo (Ihera,1999: 20) salienta que «Grande parte da área estudada não apresenta aptidão agrícola (Classe E)». Esta situação verifica-se uma vez que nas «(...) áreas de predominância de xistos, a coincidência de uma estação seca com a de maior temperatura é notoriamente desfavorável à alteração química e faz prevalecer a desagregação mecânica da rocha mãe, o que significa a não existência de solo ou este reduzido a fina camada» (Brito, 1997: 64).

A maioria dos terrenos que constitui a freguesia tem um fraco potencial agrícola como já foi referido. Esta situação deve-se não só ao facto de os solos serem predominantemente xistosos, mas também aos sucessivos períodos de secura a que estão sujeitos. A freguesia da Luz é caracterizada por áreas de cultivo extensivas e por montados de azinho (1.508 hectares).

A paisagem que define e identifica aquela freguesia é pouco diversificada, verificando-se uma predominância dos montados de azinho, com zonas de culturas

extensivas e por vezes pautada pelo reticulado geométrico dos olivais. Assim, a freguesia da Luz, «apresenta pelas suas características de relevo, clima, e condições edáficas, aliadas à ausência de regeneração natural e/ ou artificial das estruturas vegetais potenciais, um mosaico bastante homogéneo de paisagem vegetal, evidenciando por isso baixa diversidade florística, praticamente com ausência de elementos da flora e vegetação climática» (Procels, 1997:39).

A freguesia da Luz é envolvida por uma paisagem algo monótona, predominando os montados de azinho intercalados por manchas de culturas extensivas alternadas por pousios e matos. Os matos e os incultos existentes resultam da degradação dos solos provocadas pela acção do homem e dos animais, conduzindo ao surgimento de novas associações vegetais de urze, giesta e estevas que substituem a mata original. Em termos percentuais representam 15% da área total da freguesia.

Em termos de conclusão a vegetação aqui encontrada inscreve-se na associação vegetal autóctone, formações arbóreas do tipo carvalhal, representativo de um clima da zona de influência mediterrânea e continental seca e quente. Em Portugal o manto vegetal é o resultado da sua evolução e relação com as condições ambientais, bem como da actuação do homem. Neste sentido «O seu aspecto geral varia de uma região para outra e a sua fisionomia local associa retalhos complementares, comandados pelos acidentes do relevo e as condições climáticas, hidrográficas e dos solos, bem como pela intensidade e diversidade das intervenções humanas» (Daveau, 1995: 30).

Perante o cenário da submersão das terras desta freguesia, procedeu-se a trabalhos de campo de modo a se referenciar objectivamente o número de agricultores existentes na aldeia, a área e o tipo de cultura afectada pelo plano de água da albufeira. Estes trabalhos introdutórios tinham como objectivo a recolha de elementos necessários à elaboração do Projecto de Emparcelamento da Freguesia da Luz. Este teve como grande finalidade contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento sustentado e integrado desta comunidade, validando a melhoria das condições de vida da mesma. Segundo o Estudo Prévio de Emparcelamento Rural da Freguesia da Luz de 1999, no quadro síntese dos indicadores da Freguesia da Luz, a área afectada abrangia cerca de 481 prédios rústicos que ficavam parcial ou totalmente afectados pela água, envolvendo um conjunto de 176 proprietários. Na

continuação da caracterização dos indicadores, antes do enchimento da Barragem de Alqueva, a área existente estava sectorialmente distribuída pela seguinte forma:

1. Área de vinha – 8 hectares
2. Área de olival – 310 hectares
3. Área de montado de azinho – 1.508 hectares
4. Área de ferragial – 289 hectares

A estrutura da propriedade fundiária do conjunto dos habitantes da Luz caracterizava-se por ser constituída por parcelas rústicas de reduzidas dimensões e por vários prédios que se encontravam dispersos pela freguesia, mais ou menos perto da zona envolvente aldeia, que assumiam a designação local de ferragiais ou de courelas (Cf. anexo II- doc. I). Estava-se assim perante uma zona de considerável fragmentação predial uma vez que «(...) num total de 176 proprietários, 50% possui 1 a 2 prédios, 22% possui mais de 2 até 10 prédios e que 3,4 % dos proprietários possui mais de 10 prédios» (Ihera, 1999, 69).

Relativamente às áreas que cada proprietário detinha, refere-se que «(...) 49,4% possui uma área total inferior ou igual a 1 hectare e 13,6% uma área compreendida entre os 5 e os 20 hectares. Cerca de 14,2% dos proprietários têm prédios com dimensões superiores a 20 hectares» (Ihera, 1999, 69).

A desanexação destas pequenas parcelas rústicas conduziu à sua valorização através da constituição dos seus limites por muros de xisto, evitando assim a erosão, dos trabalhos de despedrega a que foram sujeitas e, por outro lado, à incorporação de material orgânico dos estábulos ou à permanência temporária dos gados nas courelas e ferragiais. O peso desta propriedade rústica de pequenas dimensões (prédios com área igual ou inferior a 1 hectare) significava «(...) 60% da totalidade dos prédios, representando apenas 7% do total de prédios, aqueles com mais de 20 hectares» (Ihera, 1999, 70).



Foto 2 – Muros de xisto que delimitam a pequena propriedade rústica

Na zona envolvente da aldeia da Luz, como foi anteriormente referido, existiam pequenas parcelas rústicas muradas que eram elementos estruturantes da paisagem, resultantes do esforço de sucessivas gerações, onde se articulavam e conjugavam, em plena cumplicidade, a natureza e os objectivos do homem. Os muros de xisto, utilizados nesta comunidade como forma de delimitar as propriedades, resultavam como um dos elementos mais visivelmente marcantes da paisagem em questão. A combinação destas pequenas parcelas rústicas com áreas de cultivo extensas caracterizava toda aquela área contendo, em si, valores culturais que se relacionavam com técnicas tradicionais de soluções construtivas.

1.4. Rio Guadiana

O elemento marcante e estruturante desta área é o rio Guadiana. Este rio, o Anas dos romanos, apresentava-se com uma configuração pouco homogénea como comprovaram a irregularidade do seu caudal e a diversidade das paisagens, que condicionaram o seu curso. Assim, o rio, quando irrompia em território português, principalmente na sua passagem pela zona adstrita a Mourão, apresentava-se com um troço por vezes declivoso e rápido, encaixado em vertentes abruptas em alguns locais. As terras, predominantemente xistosas, que ladeavam as suas margens conferiam-lhe uma tonalidade policromática, enriquecida pela flora, em que dominava a esteva.



Foto 3 – Comemoração do S. Pedro nas margens do rio Guadiana
(2002)

Por possuir vários rápidos e o seu caudal ser irregular, o rio não proporcionava grandes possibilidades de navegabilidade pelo menos até Mértola, mas potencializava o seu aproveitamento sob a forma de moinhos, açudes e levadas.

Num primeiro momento o rio bastou para suprimir as necessidades imediatas das mais antigas populações que ocuparam as suas margens. Apesar de os solos do seu entorno não serem extremamente férteis, tal facto não foi impeditivo para atrair e fixar agrupamentos, como atestam os vários monumentos megalíticos próximos. A permanência humana neste espaço continuou nos séculos posteriores, embora condicionada pelas vicissitudes históricas, explicando por isso períodos de intensa ocupação e de abandono temporário.

O Rio Guadiana nasce em lagoas de Ruidera, em Campo Montiel a 1700m de altitude. Este percorre cerca de 850 Km até à foz sendo 550 Km em território espanhol e o restante em território internacional e português; com a extensão da sua bacia é «(...) o terceiro rio português, mas é apenas o quarto em abundância média: com uma bacia vertente quatro vezes maior, leva duas vezes menos água que o Minho» (Daveau, 1995: 68).

O Rio Guadiana apresentava uma grande irregularidade verificando-se uma forte interacção entre o clima, através das variações anuais de precipitação, e o regime fluvial. Caracterizado como o «Típico rio do Sul e rio de planície, tem um baixo caudal específico e apresenta uma acentuada irregularidade intra e interanual» (Daveau, 1995: 68). Assim, no Verão, quando a precipitação escasseava e aumentava

consideravelmente a evaporação, o caudal do rio descia drasticamente, onde em situações de secas sucessivas ficava reduzido aos pegos atravessando-se facilmente a pé. A situação inversa também se verificava, com cheias que, quando tomavam dimensões bastante grandes, transformavam-se em verdadeiras catástrofes.

Para fazer frente a este tipo de situação de ruptura, o homem empreendeu um esforço de domínio da natureza por forma a contornar estes constrangimentos. Deixando de ser considerado um puro fenómeno natural, o rio Guadiana há muito que ficou refém das necessidades e da ambição do homem. A construção da barragem de Alqueva surgiu como mais um elemento regulador do caudal do rio, dando origem ao maior lago artificial da Europa.



Foto 4 – Pesca no rio Guadiana

A transformação do rio no maior espelho de água rompeu decisivamente com práticas culturais há muito desenvolvidas e partilhadas pelas comunidades ribeirinhas. O rio dos moinhos e das azenhas de água que transformavam o cereal em farinha, bem como o rio da pesca à lapa e ao tresmalho, entre outros múltiplos aspectos desenvolvidos entre o homem e o rio, desapareceram e conduziram a alterações nas relações entre eles (Cf. anexo II- doc. II).



Foto 5 – Moinho dos "Cerieiros" (fase de enchimento)

Em suma, a relação entre os elementos, físicos e humanos, traduz na sua essência a ligação umbilical entre um território que, apesar dos seus condicionantes naturais, conseguiu atrair e manter ao longo dos tempos populações humanas. Espera-se que as alterações introduzidas pelo empreendimento de Alqueva consiga atrair e estreitar tal ligação multissecular no novo contexto criado pela barragem.

O museu da Luz insere-se numa freguesia rural alentejana marcada pela mudança radical da sua comunidade para um outro espaço. Para o desenvolvimento da sua prática museológica expressa no plano de actividades, é necessário que o museu tenha conhecimento sobre a população residente onde está inserido. Este é o aspecto que se pretende abordar neste capítulo uma vez que, conhecendo a população residente, mais fácil se perfila um conjunto de iniciativas comunitárias com a mesma, de uma forma sectorizada ou integrada. De acordo com os indicadores sócio-demográficos, poder-se-á definir melhor a linguagem cenográfica e o tipo de conteúdos a desenvolver nas futuras exposições.

2.1. Indicadores sócio-demográficos da população da aldeia da Luz

A freguesia da Luz é pouco povoada e a análise das formas de ocupação humana e das actividades económicas nela desenvolvidas enquadra a aldeia num contexto com características rurais, em que a agricultura continua a ter alguma expressão, embora se constate um progressivo evoluir do sector terciário.

Segundo o estudo do Hiera (1999), e em relação à evolução comparativa da estrutura sectorial do emprego, constata-se que em 1981 o sector primário afectava 60,7% contra apenas 15,0% do sector terciário. No entanto esses valores sofreram substancial alteração uma vez que, em 1994, o sector primário representava apenas 29,1% e o sector terciário subiu significativamente para 45,6%. A análise comparativa da estrutura sectorial do emprego demonstra bem as profundas alterações a que a freguesia da Luz foi sujeita.

De acordo com a análise do quadro nº 1, verifica-se que desde o recenseamento de 1960, em que a aldeia da Luz registava um total de 704 habitantes, caminhou-se para uma diminuição até ao ano de 2001, não se voltando a atingir os valores registados em 1960. Esta diminuição da população obtém o seu valor mais baixo no recenseamento de 1970, com apenas 330 habitantes, para, a partir daí, se iniciar um

movimento ascendente, estabilizando de acordo com os recenseamentos de 1981 e de 1991, com respectivamente 393 e 394 habitantes. Em 1994, conforme o inquérito à população da Luz, esta diminui para 363, voltando a subir ligeiramente no censo de 2001, registando-se uma população residente de 373 indivíduos.

Quadro Nº 1

Evolução Da População Residente Na Antiga Aldeia Da Luz

	1960	1970	1981	1991	1995 (1)	2001
População residente	704	330	393	394	363	373
Taxa variação	-	-53.12%	19.09%	0.25%	-7.9%	2.75%

Fonte: INE – Censos da população 1981, 1991 e 2001

(1) CCRA – Inquérito Sócio-Económico à população da Luz – 1994

A substantiva redução da população nas décadas de 60 e 70, tendo em conta o declínio da fecundidade e a emigração, provocou profundas alterações no trabalho agrícola, uma vez que este foi, durante as décadas de 50 e 60, o sustento da população. Era praticada na aldeia da Luz uma agricultura intensiva, mas a utilização dos solos era pouco adequada por forma a ser rentável, tornando esta actividade pouco concorrencial perante as novas oportunidades surgidas noutros sectores e contribuindo para o êxodo da população conforme se pode visualizar no quadro anterior. Esta perda populacional, visível principalmente nas camadas mais jovens, foi canalizada para a região de Lisboa, onde o trabalho assumia um carácter permanente e não sazonal, como no Alentejo e na aldeia da Luz.



Foto 6 – Habitantes da aldeia da Luz

No entanto é de salientar que, a partir do recenseamento de 1981 e 1991, verificou-se um ligeiro aumento populacional, voltando a diminuir, em 1994, com 363 indivíduos para apresentar uma taxa de variação de 2.75% nos registos do recenseamento de 2001, o que demonstra uma certa inversão da tendência, revelando por parte da aldeia da Luz alguma capacidade de fixação populacional. São de considerar, entre outras hipóteses a estudar e a confirmar, as expectativas resultantes da construção da nova aldeia, o novo contexto emergente da criação de um grande plano de água e a visualização das valências técnicas da construção e dos equipamentos colectivos, contribuindo para que a aldeia da Luz aumentasse a capacidade de fixação populacional. O que se questiona agora é se esta tendência se confirmará no próximo censo.



Foto 7 – Habitantes da aldeia da Luz

Para esta breve caracterização sócio-demográfica da população residente da aldeia da Luz teve-se como informação base a que foi recolhida pela Comissão de Coordenação da Região Alentejo (CCRA), em Julho de 1994, uma vez que a população, durante o período em que se antecipou a mudança quer do cemitério, quer da aldeia não se encontrava predisposta para a disponibilização deste tipo de informação. Esta atitude deveu-se não só ao momento delicado por que passava a comunidade mas também ao constante assédio a que foi sujeita para responder aos mais variados questionários de diferentes instituições para trabalhos de âmbito académico ou mais técnico, visando a resolução de problemas concretos na nova aldeia.

Assim sendo, considerou-se como universo de estudo as 132 famílias residentes, identificadas pela CCRA (Comissão Coordenação Região Alentejo) em 1994, totalizando 363 indivíduos, correspondendo à aplicação de um inquérito universal –

estudo de comunidade – que procurou caracterizar os indicadores sócio-económicos e demográficos da população.

A EDIA S.A., em 2001, promoveu a realização de um estudo – Diagnóstico Social da Aldeia da Luz -, onde o universo abrangido pela investigação foi estudado de forma parcelar dado que inquiriu apenas 103 famílias das 132, correspondendo a 278 indivíduos. Considerando os aspectos referidos e o distanciamento temporal entre um e outro estudo, procedeu-se a uma análise comparativa entre os mesmos uma vez que a amostra do Diagnóstico Social da Aldeia da Luz foi representativa.

2.1.1. Grupo etário

Da análise comparativa pode inferir-se que se, em 1994, as faixas etárias mais significativas registaram-se entre os 65-74 anos (16.8%) e os 25-34 anos (16%), em 2001, verifica-se que a faixa etária mais representativa passou a ser no intervalo entre os 35-44 anos (17.6%), mantendo-se igualmente com grande significado a faixa etária dos 65-74 anos (16.5%). De salientar a expressiva percentagem dos grupos etários entre os 5-14 anos (1994-13.8%; 2001-13.3%) e os 15-24 (1994-8.5%; 2001-13.3%) que vão contribuir de forma decisiva para o rejuvenescimento da população.

Quadro Comparativo Nº 2
População Residente: Grupo Etário

Categoria	1994		2001	
	Valor Absoluto	Valor %	Valor Absoluto	Valor %
0 – 4 anos	19	5.2	6	2.2
5 – 14 anos	50	13.8	37	13.3
15 – 24 anos	31	8.5	36	13.3
25 – 34 anos	58	16	22	7.9
35 – 44 anos	39	10.7	49	17.6
45 – 54 anos	28	7.7	27	9.7
55 – 64 anos	55	15.2	32	11.5
65 – 74 anos	61	16.8	46	16.5
75 – 84 anos	17	4.7	19	6.8
+ de 85 anos	5	1.4	4	1.4
Total	363	100.0	278	100.0

Fonte: CCRA – Inquérito Sócio-Económico à população da Luz – 1994
Diagnóstico Social – questionário do levantamento da população da aldeia da Luz, 2001

2.1.2. Sexo

Relativamente à análise comparativa da variável sexo conclui-se que o sexo predominante na aldeia da Luz continua a ser o sexo masculino, com respectivamente 51.5% (1994) e 52.2% (2001).

Quadro Comparativo Nº 3
População Residente: Sexo

Categoria	1994		2001	
	Valor Absoluto	Valor %	Valor Absoluto	Valor %
Feminino	176	48.5	133	47.8
Masculino	187	51.5	145	52.2
Total	363	100.0	278	100.0

Fonte: CCRA – Inquérito Sócio-Económico à população da Luz – 1994
Diagnóstico Social – questionário do levantamento da população da aldeia da Luz, 2001

2.1.3. Estado civil

Relativamente ao estado civil da população residente da aldeia da Luz, a análise comparativa aponta para o domínio dos indivíduos casados, respectivamente com 56.7% (1994) e 54.3% (2001). De salientar a estabilização relativamente aos separados e o valor expressivo do número de viúvos representando, respectivamente, 10.5% e 10.8% da população residente da aldeia da Luz.

Quadro Comparativo Nº 4
População Residente: Estado Civil

Categoria	1994		2001	
	Valor Absoluto	Valor %	Valor Absoluto	Valor %
Solteiro	116	32	94	33.8
Casado	206	56.7	151	54.3
Viúvo	38	10.5	30	10.8
Separado	3	0.8	3	1.1
Total	363	100.0	278	100.0

Fonte: CCRA – Inquérito Sócio-Económico à população da Luz – 1994
Diagnóstico Social – questionário do levantamento da população da aldeia da Luz, 2001

2.1.4. Habilitações literárias

Relativamente às habilitações literárias, predominam os indivíduos que têm o primeiro ciclo, representando 34.2%, o que revela a fraquíssima habilitação académica da população da Luz. A agravar esta situação, observa-se que o valor percentual de analfabetismo é muito alto (32.3%). No outro extremo verifica-se que apenas 0,8% da população tem um curso superior. Em termos de conclusão, constata-se facilmente que o grau de instrução é muito baixo na população residente da Luz.

Como factores explicativos desta situação de baixo nível de qualificações salienta-se o facto de a aldeia da Luz se enquadrar dentro de um contexto rural, onde os contactos com as localidades mais próximas não são muito significativos. Acresce ainda a situação de relativo isolamento e a baixa escolaridade da população mais idosa já que, nos tempos mais antigos, estudar era privilégio de apenas alguns que

tinham disponibilidade financeira; para os restantes era o trabalho diário que garantia o sustento da família. Este um cenário antecedeu a democracia e a democratização do ensino, operadas após a Revolução de Abril.

Tendo em conta estes valores de literacia que se observam na aldeia da Luz, o museu da Luz deverá ter em conta estes dados não só na formulação das exposições bem como no desenvolvimento de actividades a realizar neste meio, uma vez que, em termos de formação e qualificação das aptidões destes habitantes, existe ainda um longo caminho a percorrer. É dentro deste cenário que o museu deverá dar um forte contributo no sentido de sensibilizar e formar os cidadãos da aldeia da Luz.

Quadro Nº 5

População Residente: Habilitações Literárias

Categoria	Valor Absoluto	Valor %
Analfabeto	85	32.3
1º Ciclo	90	34.2
2º Ciclo	45	17.1
3º Ciclo	26	9.9
Secundário	13	4.9
Bacharelato	2	0.8
Licenciatura	2	0.8
Total	263	100.0

Fonte: Diagnóstico Social - questionário do levantamento da população da aldeia da Luz, 2001

2.1.5. Profissões

A análise do quadro nº 6 evidencia a perda de importância das profissões relacionadas com a actividade agrícola e a substantiva subida das profissões ligadas ao sector terciário. Assim sendo verifica-se o elevado valor dos reformados (29.9%) outrora ligados ao sector primário e a seguir um valor expressivo de estudantes (19.5%). No entanto observa-se que, enquanto os agricultores e trabalhadores da

agricultura e pesca, segundo a Classificação Nacional de Profissões, apresentam um valor na ordem dos 6.9%, os operários, artífices e profissões similares detêm um peso na ordem dos 10.3% e os comerciantes bem como o pessoal dos serviços e vendedores representam cada um 4.2%.

Daqui se conclui que as actividades profissionais relacionadas com a agricultura deixaram de dominar a vida económica da aldeia dado que se assiste ao domínio de profissões ligadas ao sector terciário.

Quadro Nº 6

População Residente: Profissões

Categoria	Valor Absoluto	Valor %
Agricultores e trabalhadores da agricultura e pesca	18	6.9
Comerciantes	11	4.2
Desempregados	11	4.2
Domésticas	17	6.5
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	2	0.8
Estudantes	51	19.5
Formação profissional	1	0.4
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	16	6.1
Operários e artífices e profissões similares	27	10.3
Pensionistas	1	0.4
Pessoal administrativo e similares	5	1.9
Pessoal dos serviços e vendedores	11	4.2
Reformados	78	29.9
Trabalhadores não qualificados	12	4.6
Total	261	100.0

Fonte: Diagnóstico Social - questionário do levantamento da população da aldeia da Luz, 2001

Para esta situação contribuíram, por um lado, a oferta de trabalho proporcionada pela Câmara Municipal de Mourão e também o surgimento de pequenas empresas afectas à construção civil e naturalmente ao surgimento de estabelecimentos comerciais. O trabalho agrícola não se tornou atractivo para as novas gerações procurando estas alternativas ao trabalho duro do campo.

Relativamente a este cenário o museu deverá estar atento uma vez que, dada a profunda alteração dos níveis sócio-profissionais ocorridos ao longo das últimas

décadas, será um espaço propício para a interiorização de novas alternativas profissionais, proporcionadas pelo novo espelho de água.

Se o museu da Luz, numa fase inicial, focaliza a sua atenção quer através do seu discurso museológico, quer através das actividades de desenvolvimento social e educacional, sobre o seu papel como fonte de educação e de partilha de conhecimentos entre a população que saiu mais fragilizada deste processo, deve, num segundo momento, alargar e ampliar o seu público alvo a todos os níveis da comunidade, bem como fora dela. Este aspecto é muito importante uma vez que o Museu da Luz surge num contexto dominado pela criação do maior lago artificial da Europa. Dentro desta perspectiva integradora, resultante das acções de compensação e do Plano de Minimização na área abrangida pela albufeira, o museu irá dar o seu contributo de serviço cultural para os inúmeros visitantes que demandam esta região para visualizarem a mãe de água - a barragem - a nova aldeia e outros pontos que passaram a ter uma referência turística.

A oferta cultural induzida e valorizada pelo EFMA (Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva) deverá ser entendida num contexto mais abrangente de modo a considerar-se a barragem de Alqueva também como o "lago da cultura" no sentido em que despoletou informação e criou estruturas de cariz cultural que por si representam uma mais valia para a região. O museu da Luz é um dos pontos de interesse cultural que surgiu dentro deste novo "lago da cultura".

Nesta perspectiva o Museu da Luz também não se pode esquecer destes movimentos pendulares de visitantes, principalmente ao fim de semana, quando estes podem aceder à informação sobre todo este processo de mudança.

Naturalmente que, dentro da comunidade, o museu deve ser capaz de dinamizar e alargar o mais possível o envolvimento da população nas suas actividades de modo que o seu público não seja só composto por determinados sectores etários mas por toda a comunidade em geral.

A interacção entre o museu e o mundo exterior passa pela tomada de consciência assente na ideia de que a conquista dos públicos e a competição para os manter decorre do marketing de museus, processo pelo qual se identifica, antecipa e satisfaz as necessidades dos clientes. A este respeito Kotler (2001), afirma «El marketing y la planificación estratégica son herramientas para modelar, comunicar y

distribuir experiencias y programas de calidad, al tiempo que intentan llegar a un público lo más amplio posible» (p. 19).

Actualmente a instituição museal e as experiências museais que apresenta aos seus visitantes concorrem directamente com os centros comerciais, o cinema, a televisão, os pavilhões temáticos, entre outras actividades lúdicas. Por isso, têm que ter uma atitude mais agressiva e concorrencial, uma vez que a disputa de nichos específicos do mercado é real e efectiva. A obtenção de uma visibilidade cada vez maior nos meios de comunicação tornou-se um aspecto essencial para a sobrevivência do(s) museu(s).

Nesta lógica, não chega proporcionar uma boa experiência aos visitantes, mas pretende-se chamar para os museus as pessoas que, por qualquer motivo, nunca vão ou raramente frequentam os museus. O estudo destes nichos de potenciais visitantes, bem como uma caracterização dos clientes que normalmente acorrem às instituições museais só são possíveis através da definição de uma estratégia de marketing para potenciar a imagem, o número de clientes ou de outro aspecto que o museu entender. Neste sentido, segundo Kotler (2001), é fundamental que os museus tenham em mente os seguintes objectivos:

(...) primero, conquistar a las personas, muchas de las cuales nunca han estado en un museo, haciendo que éste resulte visible, familiar y atrayente; segundo, persuadirlas para que repitan la visita y diseñar y proponer ofertas motivadoras y experiencias satisfactorias que predispongan a la gente a convertirse en visitantes regulares o incluso en amigos del museo, y tercero, competir eficazmente con otros proveedores de actividades de ocio, que ocupan la mayor parte del tiempo libre de la mayoría de las personas (p. 67).

Tendo em conta o que foi explanado anteriormente sobre os indicadores sócio-demográficos da aldeia da Luz e dada a localização mais abrangente onde se encontra o seu museu, há que definir estratégias que visem a projecção e a valorização do mesmo. Estas deverão considerar não só o meio onde o museu está inserido mas também toda a zona ribeirinha que por força da água se tornou numa região apetecível para todos os tipos de visitantes.

Assim a estratégia de marketing deverá ser definida tendo em conta estes dois pressupostos contextuais:

1. Aldeia da Luz ↔ Museu da Luz ↔ intervenção comunitária ↔ exposições
2. Região do grande lago ↔ Aldeia da Luz ↔ Museu da Luz ↔ exposições ↔ actividades culturais

Deste modo é possível desenvolver uma plano de actividades em dois níveis e para dois géneros de público alvo: num primeiro nível o museu actua junto da comunidade da Luz e dinamiza acções de intervenção e participação focalizadas nos diferentes grupos etários da aldeia da Luz; num segundo nível, a sua acção dirige-se para um público exterior a esta comunidade e por isso o museu poderá adoptar uma linha de actuação mais generalista.

A ideia axial deste capítulo focaliza-se na indicação dos elementos identitários e patrimoniais que ao longo dos séculos foram edificados e que formaram o antigo aglomerado. A antiga aldeia Luz apresentava determinados traços que, no seu conjunto, definiam a sua identidade enquanto aldeia.

Para além do casario com a sua beleza própria, a aldeia distinguia-se por um conjunto de edifícios públicos que se destacavam pela seu simbolismo. O Castelo da Lousa, a Igreja de Nossa Senhora da Luz, a Fonte Santa, o Cemitério e a Praça de Touros representavam os espaços de sociabilidades sagradas e profanas com os quais a aldeia tinha um profundo relacionamento.

Pela análise que se fará das casas de habitação e conseqüentemente da aldeia, mostrar-se-á que esta incorporou um conjunto de transformações expressas num novo tipo de casa urbana que, a partir da década de 80, se expandiu na aldeia.

3.1. Traços de arquitectura popular alentejana na aldeia da luz

No espaço português registaram-se sucessivas ocupações de várias civilizações que aqui legaram diferentes testemunhos materiais e imateriais atestados nos mais variados monumentos, na toponímia, na maneira de falar e de saber fazer, bem como nas formas organizacionais dos diferentes grupos humanos.

Assim, as paisagens naturais tornaram-se cada vez mais raras, porque o homem, à medida que ia adquirindo um maior capital tecnológico, ia interferindo directamente nas mesmas. A imposição do homem à natureza tem tradutibilidade directa na paisagem que constrói, porque a sua acção sobre esta alarga-se cada vez mais e simultaneamente intensifica a sua forma de actuação. Esta intervenção directa sobre a natureza, respondendo às solicitudes e objectivos que determinados grupos sociais protagonizam, contribui para que se materialize uma gradual transformação do espaço. A actividade das populações e dos territórios deve ser entendida como um processo complexo, revelador dos mecanismos que explicam a sua evolução.

Desde que o homem começou a transformar o mundo de acordo com a suas necessidades e ambições, iniciou-se um processo sem retorno, onde a vontade humana se impõe à natureza, e esta por sua vez, interfere e condiciona o homem através dos diferentes materiais que lhe disponibiliza dando origem a uma diversidade de habitats.

Nessa diversidade, a casa é desde sempre uma das primeiras preocupações do homem. O homem utiliza os meios, materiais e técnicas à sua mão para desenvolver a sua habitação. Consoante a matéria física e o conhecimento técnico, assim a solução arquitectónica para a edificação.

Esta situação é aplicável às construções tradicionais dado que se «(...) identificam com uma determinada região e, se bem conservadas, se mantêm indefinidamente. Nelas reside um profundo conhecimento dos materiais utilizados e do local onde se inserem» (Teixeira e Belém, 1998:146).

As técnicas e as construções tradicionais resultam de uma herança sustentada por um saber fazer de experiências sistemáticas, sobre as quais se foi construindo um conhecimento transmitido de geração em geração. A transmissão deste saber assume claramente uma feição corporativa passando de pais para filhos, originando famílias de mestres construtores que exercem o ofício por herança directa. A realização destas construções imprimiu à paisagem elementos de extraordinária singularidade, em partilha e harmonia com a natureza, uma vez que «As técnicas tradicionais de construção radicam numa herança cultural feita de um conhecimento que permitiu ao Homem saber utilizar com exactidão cada material e aperfeiçoar o modo de o trabalhar» (Teixeira e Belém, 1998:17). Segundo as mesmas autoras (Teixeira e Belém, 1998).

As técnicas tradicionais evidenciam ainda a perpetuação de um saber, caracterizado pela realização de soluções de qualidade, baseadas no profundo conhecimento dos materiais, na escolha adequada para o fim a que se destinam e na forma como são trabalhados. Porque se considera o valor qualitativo sinónimo de contemporaneidade, as técnicas tradicionais assumem uma validade que pode ser sempre actual (p. 9).

Deste modo, é perfeitamente possível viver neste tipo de casas com um elevado conforto térmico, bastando para isso ter um perfeito conhecimento da natureza para a poder utilizar em benefício e comodidade do homem.

Este tipo de arquitectura anónima e de cariz eminentemente funcional e prático, cujos objectivos primordiais não se inscrevem numa visão artística sustentada por cânones eruditos, vê-se na contingência de não ser valorizada e reconhecida pelos mesmos. Estas materialidades apresentam-se com (Teixeira e Belém,1998)

(...) um grau elevado de saber disponibilizado em função de uma aplicação prática. Este saber e esta aplicação, têm, como é bem de ver, objectivos imediatos: destinam-se, em primeiro lugar, à vida material de uma população ou comunidade e, nalguns casos, à vida espiritual e a servir o respectivo domínio simbólico. Do mesmo modo, os meios empregues são quase sempre mínimos, e as condições da sua produção irrepetíveis (p.135).

Não partilhando da opinião de que se está perante processos tecnológicos e soluções construtivas de secundária importância, reforça-se a necessidade do seu reconhecimento dado que, directamente relacionados com as técnicas tradicionais de construção, estão aspectos como a salvaguarda da memória colectiva. Estas construções, apesar dos regionalismos a que estão condicionadas, por causa da matéria-prima aí existente, o que se traduz na criação de fortes traços identitários, partilham, por isso, de considerável margem de liberdade, também expressa na plasticidade e linguagem das obras feitas.

No centro da malha parcelar da propriedade rústica surgiu a antiga aldeia da Luz, associada a uma tipologia própria. A divisão da propriedade rústica em pequenas parcelas ou ferragiais contribuiu certamente para a criação deste povoamento, onde o grande latifúndio permitiu o surgimento deste tipo de propriedade proporcionando desta forma um pólo de atracção das suas gentes.



Foto 8 – Panorâmica sobre as duas aldeias

O tipo de casa rural, onde se inscreviam as da aldeia da Luz, era o elemento estruturante sobre o qual se desenvolvia a organização da vida do campo. Assumia várias funcionalidades que iam desde a de albergar os seus proprietários, no espaço doméstico e familiar, passando por ser um espaço onde se preparava e se fazia a manutenção das tarefas da vida do campo, bem como onde se armazenava os produtos do campo. Neste sentido, surgia como uma edificação que «Pela sua estrutura e fisionomia» era «(...) o reflexo do ambiente natural e cultural que a rodeia. Pelas suas variantes num mesmo contexto local,» expressava «(...) os cambiantes sociais e a evolução destes no tempo» (Daveau, 1995: 148).

Construída a partir destas necessidades e perdida na imensidão do Alentejo, a aldeia da Luz e a sua zona envolvente marcavam a paisagem em sintonia com a natureza, pois utilizavam os materiais que existiam à sua disposição, a pedra, principalmente o xisto, e a terra.

A Luz e a sua arquitectura estavam perfeitamente enquadradas e articuladas entre as funções do dia-a-dia da sua população, os materiais que a natureza lhes oferecia gratuitamente, o clima e o conforto térmico indispensável para quem vive nesta zona de Portugal. Esta associação harmónica entre a condição humana e o clima era proporcionado por este tipo de arquitectura sustentada por conhecimentos populares.

Com orientação a Norte, a maioria das habitações na aldeia da Luz apresentava formas sóbrias e simples, sendo essencialmente de piso térreo o que transmitia uma linguagem marcada por uma visão de conjunto onde se salientava a sensualidade da plasticidade provocada pelas suas chaminés e pela pouca volumetria das suas casas.

Sem casos excepcionais de destaque, a aldeia tinha a sua mais valia no conjunto arquitectónico, harmonioso e equilibrado que a configurava. No entanto, existiam sete edificações com primeiro andar, localizadas:

1. No Largo 25 de Abril: as casas com os números de polícia 6, 8, 9, sendo a número 14 a mais recente;
2. Na Rua do Rossio: o número 1 que corresponde à Sociedade Recreativa Luzense;
3. Na Rua de Trás: casa com o número 40;
4. No Largo da Escola: casa recentemente construída, com o número um.

Implantada num vale, a aldeia apresentava-se vestida de branco, com ruas sinuosas e casas que reflectiam uma tipologia morfológica e funcional, carregada de uma atmosfera rural, onde tudo, incluindo a aldeia, vivia para dar resposta às necessidades vivenciais do mundo rural (Cf. anexo II – doc. III e IV).

A aldeia da Luz surgia na paisagem como um ponto de continuação da horizontalidade da planície, mas marcada por elementos construtivos que se definiam pela sua verticalidade e que contrariavam pontualmente a horizontalidade. Os elementos construtivos em questão eram as chaminés que se impunham e que imprimiam descontinuidades sobre a aldeia e sobre a paisagem, bem como alguns edifícios que, pela imposição da sua arquitectura, se destacavam do casario de piso térreo.

A aldeia da Luz constituía, assim, um aglomerado singelo cuja mais valia, em termos de património, decorria sobretudo do valor harmonioso do seu conjunto edificado. A diversidade das habitações existentes, a sua coerência de escala com a dimensão do aglomerado e a simplicidade harmónica das soluções construtivas gravaram na memória a impressão global da aldeia. Deste modo as casas da aldeia da Luz eram o reflexo do modelo existente no sul do país, apresentando a sua matriz como (Oliveira, e Galhano, 2000).

(...) uma casa térrea, feita de materiais leves e de grande plasticidade, que permitem todas as fantasias de estilo e que funcionam ao mesmo tempo como isoladores do calor, rebocadas e caiadas exterior e interiormente, com poucas janelas, muitas vezes mesmo apenas com a porta de entrada na frontaria, incluindo na sua estrutura arcos de tijolo e, por vezes mesmo, abóbadas; e com telhado de

duas águas ou terraços (que no Norte de África se vêem mesmo em substituição daquele) e pavimento de terra, calçoto ou, preferentemente, tijolo ou ladrilho. Como seu elemento característico fundamental, a chaminé que toma o valor de peça de luxo e que está na base do asseio característico das cozinhas (p. 153).

A aldeia da Luz com as suas ruas estreitas e tortuosas, com casas de piso térreo, encimadas por imponentes chaminés, de edifícios sociais e colectivos modestos, de largos muros de pedra que delimitavam os quintais e hortas, bem como as pequenas propriedades na zona envolvente desta, marcavam a paisagem da vasta planície a perder-se no horizonte.

As suas casas, construídas essencialmente em taipa por mestres locais ou pelos próprios donos, encerravam em si uma herança cultural feita de um conhecimento que a necessidade e as dificuldades de vida desenvolveram e ampliaram de tal forma que foi uma das grandes marcas da aldeia. Esta relação directa entre a casa de habitação e o desenvolvimento da família foi de tal forma forte que um dos maiores argumentos aduzidos pela população da Luz para a valorização das suas habitações, foi o facto de elas terem sido acrescidas sempre que o número de filhos ia crescendo por forma a aumentar as condições de habitabilidade e conforto. Este tipo de experiência de saber fazer conduziu naturalmente à utilização e selecção dos melhores materiais e ao aperfeiçoamento dos melhores modos de o trabalhar, com o objectivo de alcançar um resultado final sempre melhor.



Foto 9 – Chaminés da antiga Luz



Foto 10 – Casa "tradicional" da aldeia

Casas de cor branca, de chaminé altaneira com cantaria em xisto, utilizado pelo proprietário que fazia questão de o colocar para reforçar a dignidade da casa. Nestas casas o interior também demonstrava mais elementos de cantaria encastrados na parede.

Em termos de conclusão pode-se afirmar que, tal como noutros pontos do país, a aldeia da Luz foi marcada pelo aproveitamento dos elementos dispostos pela natureza e que os homens, através do seu engenho e arte, reverteram em mais valia para si.

Uma vez feito o enquadramento geral em termos arquitectónicos do modelo de casa do Alentejo, no qual as da aldeia da Luz estavam inseridas, nos pontos seguintes vai-se focalizar a atenção nas particularidades das técnicas construtivas tradicionais e nos homens que ergueram a velha aldeia da Luz.

3.2. Os espaços domésticos

3.2.1. Casa rural da Luz: organização e funcionalidade

A casa rural da aldeia da Luz, comparativamente com as casas existentes no Norte, apresentava uma maior especialização na sua funcionalidade, uma vez que existia uma clara separação do espaço que era do domínio do proprietário e do espaço relativo aos animais e das alfaias agrícolas. Aqui como noutros espaços «A casa do Sul não possui nem precisa de lojas, porque normalmente se destina exclusivamente à habitação das pessoas, que a ocupam inteiramente, ficando os celeiros, palheiros, currais e outras dependências de lavoura em edifícios próprios e independentes». (Oliveira e Galhano, 2000: 152).

Neste sentido, em termos de tipificação, a casa tradicional de Luz, revelava uma função mais especializada dado que era exclusivamente para habitação do proprietário (Cf. anexo II- doc. V).

A execução de uma parte das últimas casas a serem construídas em taipa, deveu-se aos mestres Mansos Godinho Carrilho, morador na Rua Dr. Sá Carneiro, nº11 e Manuel Leal Carrilho, morador na Rua de Trás, nº15.

Construídas a partir de técnicas e materiais tradicionais, fruto da acumulação de um saber fazer local e dos seus habitantes, o conhecimento daí decorrente foi transmitido de geração em geração, sendo sucessivamente testado e aperfeiçoado. Para além de terem sido sustentadas tecnicamente por gentes locais, as casas estavam perfeitamente integradas no meio natural e espelhavam a sua correspondência com as actividades económicas, as tradições e os costumes que as tornavam representativas deste aglomerado. A Luz apresentava-se, assim, como uma aldeia tradicional do Alentejo que exprimia e conformava o espaço, em termos arquitectónicos, de acordo não com o plano do arquitecto mas com o do mestre ou mestres pedreiros existentes na aldeia. As suas exigências não estavam ao serviço do conhecimento erudito nem dos materiais nobres, mas sim em função de um objectivo e de uma funcionalidade prática, utilizando os materiais existentes na sua zona envolvente.

O conceito de tradicional, nesta perspectiva arquitectónica, não devia ser considerado como oposição ao de erudito uma vez que se complementavam. Se o arquitecto desenvolvia as suas concepções sobre determinado projecto, estas tomavam corpo a partir de um saber tradicional herdado e aperfeiçoado ao longo de gerações de sujeitos que partilhavam o mesmo ofício. Na aldeia da Luz era a Igreja de Nossa Senhora da Luz que apresentava uma arquitectura dentro dos cânones estabelecidos para a época. As restantes construções foram fruto dos mestres locais.

Naturalmente que as casas que resultaram da comunhão de interesses e da cumplicidade dos seus interventores retrataram os traços identitários das gentes que as construíram, quer como mestre pedreiros e serventes, quer como proprietários, estando patentes, em cada uma, a especialidade profissional e as vivências de cada família desta comunidade. Os espaços, os objectos e as vivências apresentadas revelaram a materialidade da cultura destas gentes, com uma vida centrada no campo e para o campo. Estas casas, construídas umas a pouco e pouco, de acordo com as disponibilidades financeiras do seu dono, ou de raiz, estavam imbuídas de histórias e narrativas de vida que se confundiam com a própria história dos seus donos e da própria aldeia. Neste contexto toma particular importância o testemunho de uma habitante da aldeia da Luz, que materializando a opinião de muitos outros luzenses, se expressou assim:

Esta casa fui eu e o meu marido que a construímos há mais de 30 anos, conforme podíamos. Os materiais para a sua construção fui eu que os carreguei às costas com a ajuda de alguns amigos. Primeiro construí a primeira fiada de casas e só depois se construíram as restantes. O pavimento em xisto vinha da herdade dos Pássaros e as baldosas só foram aplicados depois.

Testemunho da D. Clarisse

A sua construção resultou assim de um esforço brutal em termos financeiros e físicos que o casal, em princípio de vida, tinha que assumir para a conseguir edificar. Apesar de ter sido um processo bastante doloroso, a construção das habitações marcou profundamente a memória de todos aqueles habitantes, de tal forma que, quando se falava delas, facilmente os proprietários faziam a seguinte afirmação *«Naquele quarto nasceu o meu filho e minha filha»*. A casa marcou e esteve fortemente associada aos momentos mais significativos de uma família, como o nascimento dos filhos.

Das longas conversas tidas com a população da aldeia da Luz sobre a forma como construíram as suas habitações, pode concluir-se da existência de algumas variantes quanto à forma de execução. Assim, e consoante a capacidade financeira das pessoas, casas houve que foram construídas de raiz pelos seus proprietários, o que incluía não só a sua execução mas também todo o trabalho relacionado quer com a escolha dos diferentes tipos de materiais utilizados para a sua construção, quer com o transporte desses materiais. Numa situação intermédia, encontraram-se alguns luzenses que optaram por adjudicar aos mestres pedreiros apenas as fundações da casa e as paredes mestras, fazendo eles próprios o resto do trabalho, incluindo os acabamentos. Por último, aqueles que, tendo maior disponibilidade financeira adjudicaram os trabalhos de construção da casa a mestres pedreiros quer da aldeia, quer das proximidades. Normalmente, quando não existiam mestres disponíveis, iam buscá-los nas proximidades da aldeia, nomeadamente a Mourão.

A chaminé era um elemento fundamental na organização funcional nas casas mais antigas da aldeia. Detinha uma importância tanto funcional como estética e diferenciava-se das chaminés de outras regiões do país «A existência normal de chaminé na casa do Sul, escoando todo o fumo para o exterior e impedindo que ele

invada a casa, como sucede no Norte, está na base da limpeza impecável que caracteriza as suas cozinhas, e que a caiação regular e constante acentua ainda mais». (Oliveira e Galhano, 2000: 153).

Numas situações a lareira estava integrada dentro da casa, correspondendo a uma divisão de passagem para o quintal, uma vez que nestas casas mais antigas a circulação não se fazia por corredores. Daí que o fumeiro, tão importante na dieta alimentar desta gente assumisse a centralidade da casa. Esta era a situação mais corrente na Luz, mas eram também visíveis situações em que a chaminé estava localizada no alçado principal da habitação, o que, em termos de morfologia interna, se traduzia numa divisão grande na entrada da casa onde existia a lareira, tomando o nome de cozinha. Esta «(...) na casa do Sul, embora menos significativamente do que no Norte – talvez porque, e mormente no Alentejo, a família tem menos coesão que ali – pode também considerar-se a divisão principal da casa, a um tempo cozinha, sala de estar, de trabalhar, onde se recebe quem chega de fora, etc. (Oliveira e Galhano, 2000: 153).

Existiram outras situações onde se alterou a organização do espaço através da construção de uma casa que assumia integralmente essa função. A casa dos fundos passou a ser a cozinha da matança. Esta era constituída essencialmente por duas divisões: uma onde estava localizada a lareira para o fumeiro e outra que funcionava como despensa para arrumos principalmente desta actividade. Este tipo de situação foi particularmente visível e interessante na Rua Dr. Sá Carneiro, nº 16, parcela 210, pertencente a Maria Claudina Neves. Nesses casos libertou-se a lareira do interior da casa para outras funções, como de lazer e convívio social (sala de estar), ficando os trabalhos relacionados principalmente com a matança do porco centrados numa divisão especialmente construída para o efeito. Este acto traduziu-se numa maior capacidade de arrumos e de um maior “asseio”, como referiam os habitantes da aldeia entre si.



Foto 11 – Casa de matança



Foto 12 – Poial da casa de matança

A cozinha da matança separada do corpo principal da casa conduziu ao seu aparecimento e à aceitação por parte dos habitantes da Luz que, recentemente, as construíram em alvenaria, mais em termos de promoção social do que propriamente de funcionalidade.

Quanto à morfologia interna, as casas de habitação da aldeia da Luz apresentavam-se sem corredores, sendo a circulação pela casa feita pelas próprias divisões. Estas, em termos de áreas, eram muito iguais, não existindo uma diferença espacial considerável entre a divisão que era quarto da que era despensa. O que existia era uma distribuição espacial própria, como por exemplo, a cozinha comunicar directamente com o quintal, na sua maior parte, e elementos de micro arquitectura que definiam a sua função e organização.

Em termos de morfologia interna, a casa da Luz caracterizava-se pelos seguintes aspectos mais representativos:

1. A entrada fazia-se por uma sala de entrada, cujas dimensões eram variáveis;

2. Dada a ausência de corredores, a sala de entrada desempenhava essas funções, sendo o elemento distribuidor espacial por excelência da casa;
3. Existia um eixo comunicacional directo entre a porta de entrada e o quintal. Assim, quando se entrava na casa era imediatamente estabelecido o contacto visual com o quintal;
4. A chaminé/ lareira normalmente estava colocada na parte traseira da casa, comunicando directamente com o quintal. No entanto havia situações em que estava localizada logo na entrada da casa, constituindo a primeira divisão sala de entrada. Nestas situações, esta assumia uma particular importância devido às suas dimensões;
5. Não existiam espaços de circulação assumidos. A circulação fazia-se passando de divisão em divisão. Nas casas com maiores dimensões e dignidade, praticamente todas as divisões comunicavam umas com as outras de uma forma directa;
6. Em termos de área útil, as divisões das casas da Luz não apresentavam alterações significativas dumas divisões para as outras (excepto em alguns casos a cozinha, como, a título de exemplo, na Rua de Trás, nº22 (Np 911) e na Rua do Meio, nº36 (Np 925);
7. A distinção das funções das divisões deste tipo de casa efectuava-se pelos propósitos de colocação de elementos de micro arquitectura no seu interior (exemplo: verga de xisto para a cozinha, poiais para as despensas...);
8. Quando a habitação continha mais do que duas divisões sucessivas, as do meio eram interiores, sem iluminação. Nestes casos recorriam a uma telha de vidro, controlando a intensidade da luz com um pano preto, e podiam ter função de quarto ou de arrumos (despensa). Se não forem utilizadas para armazenar as carnes na salgadeira, eram utilizadas como "casa fresca" para dormir durante o Verão;
9. Recorria-se muitas vezes à criação ou ao aproveitamento dos sobrados para arrumos ou para tornar as casas mais frescas durante o Verão.

Um dos aspectos estruturais das casas da aldeia da Luz era o eixo comunicacional directo com o quintal. Assim, independentemente de ser uma casa grande ou pequena, de ter o acesso ao quintal pela parte do alçado principal da casa ou pelos fundos do quintal, sendo a entrada por outra rua, de serem construções mais antigas ou mais recente, verificava-se a mesma constante. A partir do momento em que se abria a porta principal da casa, tinha-se imediatamente contacto visual com o quintal e a partir daí, a perder de vista, o horizonte dos campos em volta.



Foto 13 – Sala de entrada e eixo comunicacional com o quintal

3.2.1.1. As fundações

As edificações existentes na aldeia da Luz foram executadas tendo em conta três tipos diferenciados de fundações. As mais antigas eram constituídas essencialmente por pedra, principalmente por xisto e seixo, representando os materiais com maior percentagem da aldeia da Luz. Os outros dois tipos de fundações utilizavam materiais mais recentes, frutos do progresso que a indústria disponibilizou e incutiu ao sector da construção civil, como o betão ou betão armado. Nestes

últimos casos estavam incluídas principalmente as edificações protagonizadas pelos emigrantes, e pelos indivíduos que progrediram económica e socialmente à custa de pequenos negócios locais que, abandonando as técnicas e os materiais tradicionais, procuraram incorporar novos materiais que traduziam as suas necessidades de exteriorizar novas formas arquitectónicas, funcionalidades e novas aspirações sociais.

O contacto e o acesso a novas sensibilidades arquitectónicas que, a partir da década de 80, passaram a ser a grande referência modelar em detrimento do modelo da casa tradicional e de vivência rural, conduziu à apropriação dos modelos urbanos por estes grupos sociais rurais, receptivos à ruptura e à mudança. Deste modo, surgiu na Luz um novo tipo de habitação que espelhou as transformações ocorridas no mundo em períodos anteriores.

Nestas condições estavam as casas construídas há mais de 20 anos. Uma delas, representada na Rua do Montinho, nº 7, (parcela 605), encerrava em si uma filosofia completamente diferente de habitar das anteriores casas tradicionais, quer em termos de materiais que utilizava na sua construção e acabamentos, quer na organização e distribuição dos espaços.

3.2.1.2. Os materiais

Os materiais utilizados na construção das casas na Luz eram os que a natureza lhe disponibilizava em qualidade e quantidade suficiente. Sendo uma região onde predominam os xistos, naturalmente que foram utilizados como matéria-prima para a edificação das mesmas. Na aldeia da Luz a pedra, principalmente o xisto, foi utilizada nas mais diversas formas e variedades «(...) tanto em alvenarias, cantarias, ou coberturas interiores (abóbadas) e exteriores (terraços e telhados), seja como elemento estrutural, seja como elemento decorativo» (Teixeira e Belém, 1998: 20).

Outro material que existe em abundância e que foi também aproveitado para a construção das casas foi a terra, uma vez que os panos das paredes deste tipo de casas tradicionais foram construídos em taipa. As casas de habitação da antiga aldeia da Luz eram construídas, na sua maioria, utilizando técnicas tradicionais. A partir dos

afloramentos xistosos do local da sua implantação, as fundações elevavam-se por vezes até 1,5m de altura, seguindo-se a parede em taipa.

A designação de taipa como método é referente tanto ao material como à técnica de construção, consistindo no enchimento de terra e pedras miúdas, batida a maço numa caixa de madeira, que servia de molde para a construção das paredes. Estas eram feitas de terra, com ou sem pedra, humedecida e batida até encher os taipais, os quais eram deslocados de seguida até à altura da parede desejada. Resumindo, este processo consistia essencialmente no apiloamento da terra humedecida entre os taipais. É por isso que ao se ser confrontado com uma parede de taipa que, não estando rebocada, pode-se ver perfeitamente a composição das paredes através dos rectângulos deixados pelos tamanhos dos taipais.



Foto 14 – Casa de taipa (solução construtiva tradicional)

De acordo com o mestre Mansos (residente da Luz especializado na construção em taipa), os materiais de madeira utilizados para a execução deste método de construção eram os seguintes: dois taipais, três cangas, três agulhas, duas comportas, dois maços, seis costeiros e um pau da largura das comportas. De referir que estes objectos se encontram, neste momento, à guarda do museu da Luz, sendo cedidos pelo mestre Mansos e Manuel Leal. Foi a partir da simplicidade destes materiais que os mestres da aldeia construíram as últimas casas com este método. Naturalmente que, antes de se dar o início da construção da casa, se escolhia atentamente a terra.

Relativamente aos telhados das casas da aldeia, a maioria utilizava tecnologia tradicional e assumia a inclinação das águas do telhado, constituído por uma estrutura

de barrotes em cima dos quais era aplicado o caniço. Sobre este, uma camada de argamassa de cal, colocada sob a telha de canudo, servia para dar uma maior impermeabilização da cobertura. Em termos pontuais, encontraram-se algumas casas que apresentaram uma maior dignidade, com tectos em abóbadas de berço ou cruzadas, construídos em tijolo maciço. Dentro destas, a maior parte das casas apresentava não a totalidade, mas apenas algumas divisões da casa com tectos abobadados, como por exemplo, o quarto principal da habitação ou a cozinha, como no caso da casa do largo 25 de Abril, nº 1 (Np 220).

Outros materiais utilizados na construção das casas da aldeia da Luz eram o tijolo e a telha que eram manufacturados nos telheiros existentes nas proximidades da aldeia. A sua localização estava dependente do lugar onde existia o barro mais apropriado para a manufactura deste tipo de materiais. Aproveitando a altura do ano com menos azáfama, algumas famílias da Luz produziam a telha, o tijolo, o baluarte e a baldosa que serviam para a construção e conservação das casas da aldeia.

Até à demolição da velha aldeia ainda era possível encontrar as ruínas de alguns dos seis telheiros existentes nas proximidades da aldeia, bem como de algumas famílias que estavam directamente ligadas com a manufactura destes materiais, durante a década de 50. Entre os vários protagonistas deste saber fazer, destaca-se o senhor Jacinto Barradas Caeiro Gonçalves, morador na Rua da Estrela, nº 19, testemunho vivo dessas memórias. Do trabalho de campo relativo à recolha de testemunhos culturais para o museu da Luz foram também recuperados não só as formas e os moldes para a feitura das telhas, por exemplo, bem como o registo em diferentes suportes de todo o processo de fabrico destes materiais.

A matéria-prima existente em abundância combinada com o engenho e a arte desta gente permitiu a formação de ofícios especializados neste tipo de materiais para fazer frente às suas necessidades. Também a transformação do xisto deu origem à formação de canteiros para responderem às questões de pormenor para o embelezamento dos alçados principais das casas como para a criação de espaços no interior das habitações, dando-lhes um cunho especial em termos de funcionalidade e de ornamentação.

No entanto se os telheiros se encontravam já há bastante tempo desactivados, o mesmo não acontecia com a actividade extractiva do xisto, uma vez que se encontra

a laborar em Mourão uma empresa do ramo. A reconhecida qualidade do xisto local e a valorização deste tipo de pedra por parte das novas camadas geracionais permitiram que esta actividade se encontre novamente em expansão.

Por último é de salientar que o museu da Luz tem como material base na sua construção a utilização do xisto quer no interior quer no exterior. A opção por este tipo de material deve ser entendida também como forma de projecção de um recurso natural do concelho de Mourão.

3.2.1.3. Elementos arquitectónicos exteriores

A aldeia da Luz, como típica aldeia alentejana, apresentava um de tipo de casas idênticas a muitas das existentes nas tradicionais aldeias alentejanas apresentando-se nestas com a seguinte forma (Oliveira, Galhano e Pereira, 1995).

As aldeias alentejanas são de casas térreas alinhadas e seguidas, de taipa, imaculadamente caiadas de branco no exterior e no interior, embelezadas com poiais, canteiros e vasos de flores na fachada frontal, acima da qual se erguem as grandes chaminés; habitadas por assalariados rurais integrados num regime económico estritamente quantitativo, elas são em si mesmo apenas de habitação e não de lavoura, e por isso esmeradamente limpas, não mostrando nenhuma particularidade funcional que as relacione com aquela actividade; certas arrumações, para guarda de alfaias, produtos, ou animais, situam-se geralmente em anexos exteriores, nas traseiras da casa (p.75).

Deste modo as casas "tradicionais" da aldeia da Luz apresentavam-se numa expressão visual de grande simplicidade e harmonia que eram pautadas por elementos mais nobres como a pedra, que marcava um gosto e um poder económico não visíveis nos alçados principais das habitações mais modestas. Assim, um rápido percurso pela Luz permitiu identificar alçados que não apresentavam qualquer elemento valorativo. Estas eram as casas mais simples que continham uma ou duas saídas consoante possuírem ou não chaminé. A "luz" da casa apresentava-se caiada com cal branca, com uma porta de uma só folha e com postigo. A soleira da porta assumia, normalmente, o pavimento da sala de entrada que era de xisto. O pano de parede de taipa era

encimado por uma cobertura de telha de canudo que conformava o beirado tradicional na sua versão mais simples.

Um modelo intermédio de casas apresentava, no exterior, as molduras feitas em massa, quer nas janelas, quer nas portas. Essas podiam acompanhar o comprimento dos vãos ou podiam assumir outras formas como o comumente U invertido nos vãos das portas e das janelas.

O terceiro tipo apresentava um alçado principal mais trabalhado, onde se registavam elementos valorativos do mesmo. Assim surgiram vários vãos que permitiram a iluminação directa para o interior da habitação, traduzindo-se esta prática num maior conforto e agradabilidade daquele espaço. As portas principais passaram a ser de duas folhas, mantendo os postigos em cada uma delas e contendo molduras em xisto maciço da região. A soleira era executada também em xisto. Relativamente aos vãos das janelas, estas incluíam duas folhas cada uma com um postigo e apresentavam um guarnição em xisto maciço tal como a porta. A fachada deste tipo de casas era ornamentada com estas molduras que aumentavam a plasticidade desta tipologia sendo torreada com uma chaminé cilíndrica ou rectangular. Era também caiada com cal branca, demarcando a divisão de uma casa para outra com a utilização de um pigmento de outra cor, normalmente "sangue de boi" ou azul e ocre. Por vezes tinha associado um portão que dava acesso ao quintal para permitir a entrada dos utensílios necessários às tarefas diárias relacionadas com as actividades agrícolas. Estes portões apresentavam-se com duas folhas, tendo uma delas a porta de homem ou postigo. Era esta porta que se encontrava frequentemente aberta, uma vez que era o acesso à casa que tinha mais serventia. Se para as visitas se utilizava a porta principal da habitação, no dia-a-dia era o portão que se utilizava mais quer por razões ligadas aos aspectos da limpeza do interior das casas, quer pelo próprio trabalho relacionado com as actividades agrícolas. Este portão, com cerca de 2.50cm de largura, era encimado por uma forma de arco.

Assim, no alçado principal que correspondia à frontaria tal como era vista da rua, a aldeia da Luz apresentava soluções decorativas e de embelezamento diversas ao nível das portas e das janelas expressas no material, madeira natural ou pintada, ferro ou alumínio, na forma, normalmente rectangular, e na cor, castanho, vermelho escuro e verde, das guarnições. De uma ou duas folhas, com postigo ou sem postigo, sem

guarnição ou em reboco ou xisto, com uma policromia variada, os alçados da aldeia apresentavam uma imagem visual de diversidade e rica em soluções decorativas simples mas que marcavam a individualidade de cada casa.

A implantação das casas tradicionais, seguindo as cotas existentes e sem recorrer à modelagem dos terrenos, contribuiu para a formação dos bancos de pedra que antecediavam e davam acesso às casas que ficavam implantadas em planos inclinados. Este tipo de solução esteve presente em algumas das ruas da Luz das quais se destacaram a Rua de Trás, a Rua da Igreja e Travessa das Palhotas. No entanto aquela que se salientou pela sua tipicidade, funcionalidade e actualidade social foi o balcão que dava acesso às casas com os números de polícia 2 e 4, situadas no Largo 25 de Abril.

Localizados sensivelmente a meio da aldeia, estes elementos que conformavam o espaço urbano registavam as pausas de descanso que os habitantes da parte norte da aldeia (Rua Nova, Rua do Meio, Travessa de Mourão e Rua de Trás) efectuavam quando iam às compras na parte “baixa da aldeia”. Ponto de encontro informal, permitia respirar fundo porque, segundo a opinião dos mais velhos, a idade já não ajudava e sempre se podia “meter dois dedos de conversa” bem como partir para casa, quando o sol já começava a queimar. No banco de pedra da casa número 2, do Largo 25 de Abril, encontrava-se sulcado na pedra de xisto o jogo da “zorra”, segundo a designação local, sendo perfeitamente visíveis a concavidade existente, demonstrando a forte apetência por este jogo nesta localidade. Esta hiperbolização do soco de algumas casas representava um papel bastante importante nas relações de sociabilidade da comunidade (Cf. anexo II- doc. VI).



Foto 15 – Banco de pedra (ponto de encontro de sociabilidades)

Relativamente ao tipo de portas existentes, estas eram bastante simples, à excepção da que estava aplicada na casa da Rua Dr. Sá Carneiro, nº 1, que apresentava uma porta trabalhada com um rendilhado, transformada em nota discordante em termos de tipos de vãos de portas. As mais antigas e mais pobres apresentavam-se apenas com uma folha e postigo e eram pintadas, normalmente de castanho, o que não deixava de ser interessante uma vez que, actualmente as mais ambicionadas são as de uma só folha, mas de alumínio. Nas casas mais antigas que apresentavam um alçado principal mais ornamentado, os seus proprietários optaram por vãos de duas folhas.

Em termos de ferragens utilizadas como elemento valorativo das janelas de sacada existentes, apenas as das casas situadas nos números 6 e 8 do Largo 25 de Abril se destacavam pela seu desenho e simplicidade.

De realçar a saliência de pequenas lajes de xisto no pano de parede principal da casa, como, por exemplo, a situada no Largo 25 de Abril, nº 2 (Np 221) e na Rua Nova, nº 5 (Np 711), onde as lajes sobressaiam por cima dos cantos superiores das portas, que tinham como objectivo a ornamentação da casa. Esta foi uma solução simples, em termos de construção, mas que acrescentou uma mais valia, em termos estéticos, à fachada da casa com a colocação de vasos de flores nesse tipo de pianhas exteriores.

As chaminés existentes na aldeia marcaram claramente a memória e a identidade deste aglomerado. Assumindo várias formas que iam da cilíndrica à rectangular, sendo rematadas por frestas para deixarem sair o fumo e por um chapéu para impedir a entrada da chuva. Estas impuseram-se claramente pelo sua dimensão.



Foto 16 – A prática da caiação

Relativamente à cromática existente na Luz, esta foi dominada pelo branco dos panos das paredes nos quais foram inscritos e associados outros pigmentos dando um maior contraste cromático. Assim, se as paredes eram caiadas de branco, existiam molduras (das portas e das janelas), bem como os socos que incorporavam cores diferentes que iam do amarelo ao “sangue de boi” (vermelho escuro) passando pelo azul. As casas da Luz eram todos os anos caiadas, pelo menos uma vez antes dos “apertos dos calores”. No entanto, nas alturas da festa da padroeira de Nossa Senhora da Luz, em Setembro, deram-se novamente algumas pinceladas na parede por forma a que a aldeia estivesse em condições de receber os familiares e os forasteiros com o máximo de dignidade. Este era um sentimento comum a todas as pessoas da aldeia. Esta necessidade de limpar e desinfetar as casas quer no interior, quer no exterior, foi criando sucessivas camadas de cal que imprimiam às paredes uma dimensão estética, uma plasticidade e uma textura que só com o passar dos anos e das sucessivas caiações se conseguiam obter. Esta opção dos acabamentos exteriores com reboco e cal, de influência islâmica, permitia reflectir os raios solares tornando o interior das habitações menos quente. Este aspecto, associado à orientação, dimensão

e forma das janelas, bem como aos materiais utilizados para a sua construção, contribuiu para um melhor comportamento térmico das casas, melhorando consideravelmente o conforto das mesmas. Da congregação destas diferentes variáveis resultou a assimetria patente nos vãos das janelas das casas da aldeia da Luz, onde as que estavam direccionadas para Poente apresentavam uma dimensão muito mais reduzida.

O processo de caiação das casas requeria um conjunto de trabalhos preparatórios que envolviam toda a família, sendo principalmente nas mulheres que recaía a responsabilidade deste acto. Os trabalhos preparatórios consistiam em adquirir a cal ao vendedor para depois ser colocada num recipiente grande em forma de pedra. O passo seguinte era mudar pequenas quantidades de cal, consoante o calendário dos trabalhos, e derregar (tornar mais líquida) a cal para poder ser utilizada. Esta operação consistia em adicionar água à pedra de cal para que esta começasse a ferver e a derregar. Convinha mexer a cal durante esta operação para o processo ser mais rápido, tendo bastante cuidado para não se queimar os olhos ou as mãos. Feita esta operação, começava-se por desviar os móveis da parede, bem como por aplicar lençóis por cima de cadeiras e camas para as pingas não caírem sobre as mesmas e as danificarem. Ainda neste sentido eram colocados plásticos ou papéis no chão para que as pingas não sujassem o chão uma vez que estas eram de difícil remoção. Por último preparavam-se os pincéis e as canas para prender os pincéis para cair os locais mais altos. Feitos estes preparativos, iniciava-se propriamente a caiação que podia ir de uma semana a um mês consoante o número de pessoas envolvidas e a dimensão da casa. No que diz respeito a este ponto, é de referir que a primeira ajuda era da família, mas se por algum motivo ela não fosse possível as vizinhas ajudavam num acto de solidariedade informal e espontânea. Feitas as caiações, recolocavam-se os móveis novamente no sítio e desfrutava-se duma casa mais branca e desinfectada. As caiações eram incluídas nas limpezas grandes a que cada casa anualmente estava sujeita.

Em relação ao exterior, o processo era o mesmo com a cambiante das molduras e dos socos. Esta prática estava de tal forma enraizada que, mesmo nas vésperas de mudança para a nova aldeia, as pessoas continuaram a cair as suas casas, possivelmente como forma de recusa perante a evidência. Tal prática entrou numa

rotina anual ao longo de gerações e que na nova aldeia vai deixar de ter sentido pelo simples facto de as novas casas serem, todas elas, pintadas e estucadas. A caiação efectuada nos moldes tradicionais provavelmente será substituída pela cultura da tinta industrial.

Tanto no exterior como no interior, as casas da aldeia eram brancas, mas, no interior, era admitida uma excepção patente na cozinha e, dentro desta o vão da chaminé.

3.2.1.4. Elementos arquitectónicos interiores

Materiais tradicionais como o xisto eram recorrentemente utilizados no interior das habitações como forma de incorporar e responder às necessidades funcionais próprias de uma casa rural. Deste modo e aproveitando a espessa largura das paredes estruturais das casas (aproximadamente 60cm), eram escavados pequenos vãos com uma profundidade de cerca 25cm, aos quais eram aplicadas lajes de xisto intervaladas, de modo a poderem acondicionar os mais variados objectos domésticos. Se estas prateleiras de xisto forem tapadas por duas folhas de madeira assumiam a configuração de armários, onde a loiça "grave" (mais rica ou de festa ou para as visitas) era guardada. Outro elemento fortemente representativo e que marcava arquitectonicamente aquelas, eram a existência das vergas de xisto que conformavam o acesso ao lume. Em muitos casos a verga de xisto da lareira era encimada por uma espécie de pilheira que servia também para acondicionar loiça - pratos, terrinas, tachos de loiça, entre outros - bem como para embelezar o espaço. Estes elementos de micro arquitectura caracterizavam expressivamente o espaço na cozinha, local central por excelência desta cultura rural.



Foto 17 – Soluções de micro-arquitetura (prateleira e lareira)



Foto 18 – Prateleira de xisto

Relativamente à utilização da chaminé feita pelos habitantes da Luz importa ter em conta algumas considerações. Nas chaminés de chão de lume, a função principal era defumar a carne e só depois proporcionar aquecimento e bem estar ao utilizador, tendo a população adoptado com estratégia a aplicação de vários pigmentos, nomeadamente o ocre, para eliminar e disfarçar a sujidade provocada pelo fumo. A opção por este produto estava directamente relacionado com o facto de a chaminé ter a função específica acima referida. Assim, existiram situações em que nas chaminés a aplicação do ocre se limitava ao seu vão e noutras em que a divisão era caiada com esse pigmento; por último, casos houve em que a cozinha rústica apresentava apenas um rodapé caiado ao seu redor, confinante com a verga da chaminé.

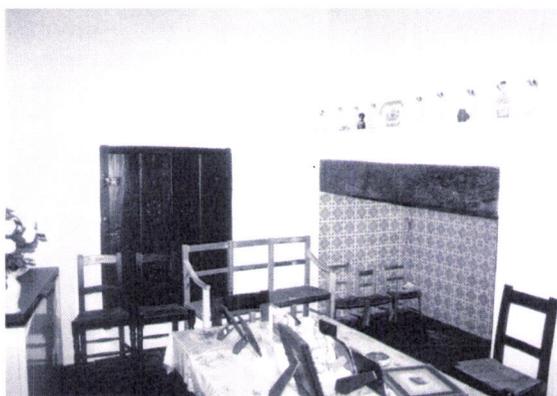


Foto 19 – Sala de entrada com o armário embutido e lareira

Com o evoluir dos tempos, dos materiais e do poder aquisitivo de algumas famílias, a utilização do ocre foi substituída pela aplicação de revestimentos de azulejos no vão das chaminés. Esta opção esteve directamente relacionada não só com a capacidade financeira das pessoas, uma forma de se assumir a diferenciação social, uma vez que representava uma novidade, mas também com aspectos de higiene e maior conforto para as mulheres na sua lida da casa.

A existência de dois “varais” de sustentação de carnes na câmara de fumos para curar as carnes verdes era outro pormenor evidenciado pelas chaminés de chão de lume. Esta característica estava relacionada com o ritual da matança do porco, profundamente enraizado na cultura rural destas gentes, reflectindo-se nas soluções de micro - arquitecturas no interior das suas habitações. Este aspecto, bem como outros pormenores construtivos, representava um dos traços identitários da aldeia.

Na execução dos pavimentos o xisto foi também abundantemente utilizado. Este apresentava-se, normalmente, em lajes de grandes dimensões e de forma rectangular que assentavam directamente sobre a terra. Normalmente associados aos elementos anteriormente referidos, destacavam-se os poiais, constituídos por uma pedra de xisto comprida, suportada por pequeno murete, frequentemente feito em tijolo de burro. Em termos funcionais, estes poiais serviam para colocar as loiças que acondicionavam os produtos relacionados com as principais práticas culturais locais, nomeadamente a matança do porco, a feitura de bolos e a conservação da azeitona e do azeite. Dadas as práticas, os costumes e as tradições, a especialização das divisões da casa conduziu à individualização de um espaço que concentrou toda a panóplia de objectos relacionados com as tarefas domésticas.

Assim o poial transformou-se no elemento principal que consubstancia as despensas existentes. Na cozinha a associação da verga com as prateleiras e os poiais em xisto, embora de menores dimensões, estava directamente relacionada com o tipo de loiça necessário para o dia-a-dia da casa, como por exemplo, os cântaros para a água, o pequeno pote de azeite, os pratos e as tigelas de barro para as sopas, os alguidares de barro e as caçarolas também feitas em barro, entre outros. Os poiais implantados nas despensas adquiriam maiores dimensões e tinham como principal objectivo acondicionarem a loiça maior que se utilizava pontualmente, isto é, em certas alturas do ano como, por exemplo, as matanças. Este espaço servia de apoio à

cozinha e armazenava todos os objectos e produtos que não se enquadravam na cozinha propriamente dita, como as salgadeiras, as tábuas de tender, os potes de azeite de maiores dimensões, os alguidares de barro necessários para acondicionarem as carnes resultantes da matança do porco, os tarros e cocharros de cortiça, os assados para a carne que fica imbuída em banha, as latas para fazerem os bolos, as corneiras para as azeitonas, os alforjes para o pão, bem como os produtos resultantes da sementeira das hortas. O tipo de objectos e de produtos sumariamente apresentados dependia muito da quantidade e funcionalidade das dependências existentes no quintal. A falta destas estruturas de apoio mais especializadas conduziu ao surgimento de outros objectos nas despensas, como os podões, as enxadas, os machados para a poda e para partir os ossos dos porcos, a catana, as tesouras de podar, os chocalhos e esquilões, as enxadas e os enxadões, a balança de gancho, a fateixa para tirar os cântaros do poço, bem como o conjunto de cinchos, a queijeira e o ferrado para o leite, se a família se dedicasse a esta actividade, entre outros objectos. Independentemente da dimensão da casa, os objectos que dominavam a despensa eram feitos em cerâmica, assumindo-se como um espaço doméstico por excelência onde a mulher tem um papel particularmente importante e bem definido nas diferentes actividades relacionadas com o quotidiano doméstico. A título de exemplo, durante a matança, se ao homem cabiam actividades que exigiam mais força, cabia à mulher lavar as tripas, preparar todo o conjunto de recipientes necessários para acondicionar as diferentes carnes, fazer a comida para os familiares ou vizinhos que estavam a ajudar, bem como de temperar a carne e enchê-la. As despensas apresentavam-se directamente ligadas à cozinha e esta, por sua vez, ao quintal. Em termos de dimensão eram iguais às outras divisões das casas, sendo, no entanto, localizadas numa zona interior da habitação, sem janelas para poder conservar melhor as carnes.

Na Luz encontraram-se recriados estes modelos em muitas casas quer em forma combinada, quer isoladamente. Se umas casas deram um especial destaque aos nichos incrustados na parede, outras apresentaram outro tipo de pormenores e de especialização que, pela sua singularidade se passa a referir. Foi o caso de uma cozinha que evidenciou todos os pormenores anteriormente citados mas à qual foi adicionado uma "fornalha", feita em alvenaria para manter a comida quente. Dentro da

chaminé, na sua parte lateral direita, foi executada uma solução de micro arquitectura composta por elementos muito simples que permitiram a colocação da loiça onde se fazia a comida, de uma entrada para colocar as brasas que mantinham a comida quente e por último, por baixo, um espaço para apanhar as cinzas das brasas. Este tipo de pormenor foi o único existente na aldeia da Luz e localizou-se na Rua de Trás, número 30. Até à demolição, a casa pertenceu ao senhor Manuel Rodrigues da Silva Carapinha, nascido e criado na Luz.

Desta maneira os objectos da cultura material que constituíram o quotidiano doméstico dos luzenses foram introduzindo, condicionando e recriando o processo de materialização de soluções de micro arquitectura do interior das casas, com o intuito de dar respostas de ordem prática às tarefas diárias. Este gradual aperfeiçoamento condicionou um modelo de casas que marcou a memória e a identidade daquela comunidade. A casa da Luz surge assim do compromisso entre o homem, a natureza e a sua vivência subsidiária. Como elementos condicionantes, destacaram-se a cozinha e principalmente as despensas, no interior das casas, e as dependências agrícolas no exterior das mesmas.

Verificou-se assim que as funções domésticas configuraram formas de micro-arquitecturas que se traduziram no aproveitamento de espaços integrados na própria construção da casa. Desde os poiais aos armários encastrados nas paredes que serviam quer para acondicionar as loiças, quer para conservar os alimentos frescos até às prateleiras de xisto que funcionavam como suporte dos bens de utilização doméstica e decorativa, as casas da antiga aldeia apresentaram, na sua globalidade, este tipo de soluções. A título de exemplo mais representativo, distinguiu-se a parcela 925, na Rua do Meio, em que a cozinha se encontrava repleta deste tipo de micro arquitecturas, nomeadamente prateleiras de xisto encastradas na parede de diversas formas e dimensões, uma imponente verga de xisto na chaminé com uma boneca de forma geométrica na parede do fundo para a protecção do lume, o pavimento de baldosa e o telhado de caniço. Esta cozinha, de dimensões generosas, assumiu a centralidade da casa bem como de distribuição para as restantes divisões. A organização e a divisão espacial efectuavam-se a partir desta divisão quer para os quartos e despensas no rés-do-chão, quer para o primeiro andar onde se encontrava a

zona de arrumos. Nesta tipologia de casa, a parede frontal suportava a imponente chaminé que, neste caso, era de forma rectangular.

3.2.1.5. Dependências agrícolas

O parcelar urbano da Luz apresentava uma organização e constituição diversificadas. Se em termos gerais a composição da casa “tradicional” era composta pela habitação e por um quintal, esta combinação podia assumir as mais variadas configurações e organizações (Cf. anexo II- doc. VII).

A equipa projectista do Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz, durante a formulação do Projecto do Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz – Fase do Estudo Prévio do Plano – Inquérito Urbanístico, considerou na altura o seguinte:

«As parcelas de privados distinguem-se em três tipos fundamentais. Primeiro: parcelas Urbanas densamente ocupadas com edificações; serão designadas parcelas Urbanas Compactas. Segundo: parcelas com um espaço livre de quintal ou logradouro; serão designadas parcelas Urbanas Livres. Terceiro: parcelas com características Mistas (Urbanas + Rústicas), sendo que a parte rústica poderá ser uma *tapada* (área murada destinadas ao pastoreio de gado) ou um campo agrícola com dimensões muito importantes; serão designadas parcelas Mistas» (Figueira,1997:8).

Assim, num primeiro aspecto, na rua de Trás, Rua do Meio e na rua das Palhotas encontravam-se situações em que a casa ficava compactada entre os limites do arruamento com que comunicava e as traseiras de outra casa com a qual confinava. Entre estas duas condicionantes, a casa era constituída pela habitação, encontrando-se do outro lado da rua ou mesmo noutra rua, o seu quintal. Nesta situação integravam-se as casas mais simples, as mais pobres. As casas foram construídas numa área de implantação que era igual à área do lote, logo não existia disponibilidade de espaço para o quintal uma vez que as dimensões dos lotes destas edificações eram totalmente preenchidas pela casa e, dada a pluralidade de vivências quotidianas próprias de um meio rural, foi necessária a procura de um espaço complementar à casa, para fazer frente às necessidades de arrumos dos proprietários. Para a resolução destes problemas de ordem prática e funcional, foi criada uma zona de pequenos

quintais que deu resposta aos moradores das ruas de Trás e do Meio. Esta zona ficava localizada entre o espaço de confluência da rua de Trás e da rua do Meio e a Travessa de Mourão, junto ao depósito de abastecimento da água à comunidade. Aqui estavam agrupados os quintais e as dependências agrícolas. No entanto, também existia na Rua de Trás parcelas apenas de quintal, apesar de se localizarem relativamente distanciadas da casa de habitação, na mesma rua.

Numa segunda situação, principalmente na rua Dr. Sá Carneiro, na Travessa da Calçadinha e na rua do Rossio, encontravam-se lotes com duas entradas: uma para o acesso principal da casa e a outra, pelas traseiras de outra rua, para a entrada das alfaías agrícolas e viaturas. Nestes casos existia uma clara demarcação daquela que era a rua e a que era acesso principal da casa. Este tipo de organização fazia com que na via pública, num dos lados da rua, resultante do acesso às alfaías agrícolas, só existissem portões e no outro aparecessem edificações como era o caso da rua do Rossio. Assim, partindo do Largo 25 de Abril em direcção à rua do Rossio, praticamente só se encontravam portões de acesso aos quintais, com algumas excepções, do lado esquerdo. No lado direito, a rua era totalmente preenchida por casas de habitação, tendo estas o acesso ao seu quintal no largo da Escola que lhe era confinante. Em resumo, perante lotes urbanos de dimensões consideráveis, em vez de terem o acesso às dependências agrícolas no alçado principal, tinham esse acesso na parte traseira do mesmo.

Numa terceira situação, registava-se o deslocamento da entrada das alfaías agrícola e viaturas pela única frente do lote. Se, no segundo caso, se encontraram as situações que traduziram um maior desafogo em termos de espaço, neste terceiro caso a condicionante do lote impeliu o acesso ao quintal para a sua parte dianteira.

Relativamente às parcelas mista (lotes de terreno de área rústica confinantes com as ruas da aldeia onde os proprietários construíram habitações), o acesso ao quintal tanto se podia fazer pela dianteira, pela parte lateral ou pelos fundos da parcela, consoante a configuração e organização da mesma. Nestes casos existia um muro que delimitava o uso do espaço, sendo o mais próximo da casa assumido como quintal e o restante como uma tapada.

Sobre estes pontos consideram-se importantes as seguintes observações:

1. A primeira situação encontrou-se no núcleo inicial da aldeia (Rua de Trás e Rua do Meio) e na Rua e Travessa das Palhotas;
2. À medida que se afastou deste núcleo, a área dos lotes foi aumentando consideravelmente;
3. Sempre que foi previsível a construção de uma nova rua, os proprietários das casas preferiram os acessos por outra rua que não a principal da habitação;
4. A inexistência de uma rua secundária que possibilitasse o acesso ao quintal conduziu ao seu aparecimento na fachada principal da casa.

Nas dependências agrícolas existentes nos quintais incluíam-se quer as cabanas para recolher os animais que ajudavam o homem na lida da terra, quer as dependências para guardar os fenos, tal como um conjunto de arramadas (edificações que não são totalmente fechadas) e arrecadações (edificações completamente fechadas com acesso por porta ou portão). Estes diferentes tipos de construção foram executados para poderem dar resposta ao calendário agrícola. Normalmente encontravam-se fechados os objectos que eram de menor tamanho e aqueles que eram utilizados com menor frequência. Os objectos ou materiais que estavam constantemente a servir e que exigiam menos resguardo iam para as arramadas.

Era nos quintais das casas que se encontravam as casas de matança, ligeiramente afastadas da casa de habitação. A matança do porco sempre teve uma grande expressividade na Luz. Se há décadas atrás esta era fundamental para garantir a auto-suficiência do trabalhador rural e da sua família, nos dias de hoje perdeu expressão tendo como principal objectivo a confecção de enchidos para consumo próprio. O convívio familiar que proporciona era desenvolvido no quintal da habitação e numa divisão da casa, bem como na rua ou numa casa construída para o efeito que tomava o nome de casa da matança. Foi neste espaço que, depois de morto e limpo o porco, era feita a separação das carnes, acondicionadas quer nas salgadeiras, quer nos potes de barro, no fumeiro ou então nas arcas frigoríficas. Esta casa assumia particular importância uma vez que era constituída por uma divisão onde se encontrava a chaminé com o apoio das prateleiras encastradas na parede e outra, a

despensa, com os expressivos poiais, para arrumo dos diferentes objectos necessários para esta e outras actividades.

Por último importa referir que nos quintais da Luz eram utilizados vários tipos de pavimentos. Assim, havia quintais que aproveitavam os afloramentos rochosos existentes para evitarem a lama durante o Inverno. Outros não eram revestidos por qualquer tipo de revestimento, apresentando-se em terra batida. Os quintais que estavam empedrados normalmente utilizavam dois tipos de pedra: xisto e seixo branco. Os quintais mais recentes, na sua maioria, eram cobertos parcialmente por uma “aguada” de cimento.



Foto 20 – Pavimento empedrado de alguns quintais

No entanto o quintal também era um espaço onde se cultivavam, pelo menos, as ervas aromáticas como o poejo, a salsa, os coentros, entre outros, que auxiliavam a gastronomia local. Mas se o quintal adquirisse outras dimensões e se o seu proprietário não tivesse horta, então eram cultivados produtos hortícolas como a alface, os tomates, os alhos, o feijão, as couves, as cebolas, bem como algumas árvores de fruto predominantemente laranjeiras, limoeiros, ou ameixieiras, entre outras. Era também o lugar ideal para a mulher luzense cultivar as suas flores que, depois de crescidas, eram introduzidas na casa para um maior embelezamento. O quintal apresentava-se, assim, como um espaço de preparação das actividades diárias da lida do campo, mas também era um espaço lúdico e de repouso, nas alturas de menos trabalhos. Era também aqui que a mulher se sentava à soalheira e fazia renda. Até porque o alentejano e, neste caso, o luzense não era dado a ficar muito tempo dentro de casa.

Por último, e tal como se viu para as casas, o tipo de dependências agrícolas foi condicionada pelos objectos que estavam associados à actividade agrícola. Neste sentido a arquitectura vernacular submeteu-se às exigências da função especializada e da distribuição do espaço, consoante as necessidades práticas dos seus utilizadores. Foi da congregação destes factores que resultou a casa “tradicional” da Luz, enquanto construção feita de acordo com um modo de vida e de propósitos, em fase de plena desagregação.

A identidade e o carácter da aldeia da Luz reflectiram-se na grande quantidade de pormenores construtivos de soluções de micro-arquitecturas que caracterizaram a imagem da aldeia. Os telhados de telha canudo, os muros de pedra, os alçados, a cor das paredes, a construção em taipa, as prateleiras e os poiais em xisto, os beirados e as suas ruas tortuosas foram elementos de “arquitectura local” que revelaram a sabedoria desta comunidade. Os pavimentos em lajeado de xisto, tijoleira, baldosa e em cimento com motivos geométricos, o aproveitamento da espessura das paredes para a construção de nichos e prateleiras de xisto, as vergas de xisto e os poiais foram elementos que contribuíram para a definição da imagem e da memória do interior das casas e da aldeia.

A arquitectura vernácula foi por definição uma arquitectura sem arquitecto, espontânea, própria de um local e dos seus habitantes. Associou o meio natural, as actividades económicas, as tradições e costumes para formar um conjunto representativo de uma região. A Luz foi uma aldeia tradicional do Alentejo, um bom exemplo desta arquitectura vernácula. De facto, é impossível para os arquitectos reconstruírem este quadro de vida que foi moldado pelo tempo e pelas diferentes influências e gerações. No entanto considera-se que não foi feito um esforço de aproximação conceptual na nova aldeia uma vez que não foi tida em conta esta forma de estar e de habitar a casa. Esta má opção traduziu-se no agudizar das relações com a EDIA S.A, bem como no dificultar a apropriação da novo espaço (aldeia e habitação).

As casas que ficaram submersas (demolidas) tinham verdadeiros tesouros pessoais e narrativas de vida, pelo que se preconizou que fossem desmontados alguns elementos simbólicos das casas e/ou dos espaços públicos como vergas de xisto, poiais, portas e janelas típicas, mesas e muros de xisto, pavimentos em xisto e baldosa, barrotes de madeira que suportavam o telhado e a telha canudo tradicional.

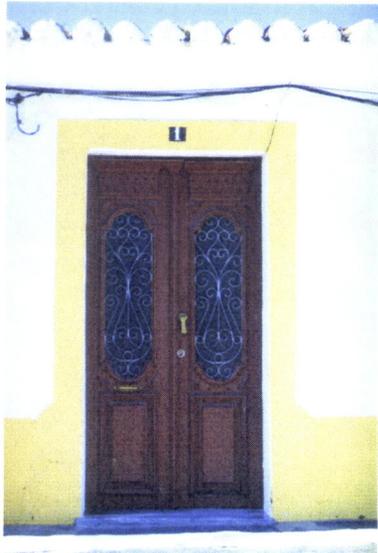


Foto 21 – Porta principal com moldura em massa



Foto 22 – Porta principal com moldura em xisto

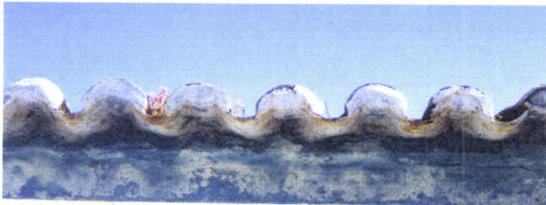


Foto 23 – Beirado tradicional



Foto 24 – Janela tradicional

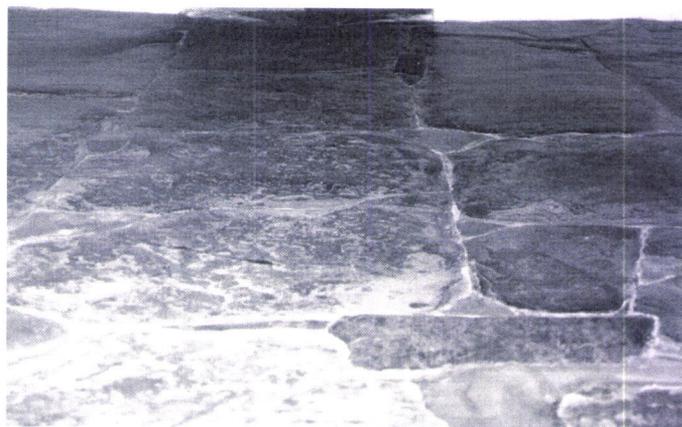


Foto 25 – Pavimento em xisto local

A todos estes elementos e materiais mais representativos da cultura da aldeia, para além do valor económico que têm, foi-lhes atribuído um valor sentimental e identitário, podendo ser (re)utilizados quer em novas construções, quer em futuras exposições memorativas.



Foto 26 – Chaminé e sino (Junta de Freguesia da Luz)

3.3. Os espaços públicos

Os espaços colectivos eram extremamente importantes para o desenvolvimento da sociabilidade desta comunidade. Espaços de encontros e de reencontros, marcavam e promoviam o convívio e as relações sociais, principalmente nos momentos de festividade.

Se o café e a taberna eram espaços predominantemente preenchidos e frequentados pelos homens, onde se comia um petisco e se bebia um copo de vinho e se colocavam as novidades em dia, nas mercearias e nos minimercados existentes eram espaços frequentados sobretudo pelas mulheres. Estes estabelecimentos comerciais tinham um papel muito importante para a vida da aldeia pois constituíam-se como autênticos fóruns, onde os assuntos e as novidades eram apresentados e discutidos, de forma informal, tendo por isso um efeito regulador das tensões psicossociais locais.

A par destes espaços, encontravam-se também outros, como, por exemplo, os balcões de pedra que se localizavam no alçado principal de algumas ruas, como o do

largo 25 de Abril, que convidavam para dois dedos de conversa e para uma pausa de descanso. Estes balcões de pedra também eram utilizados para a prática do jogo, neste caso do jogo da “zorra”.



Foto 27 – Banco de pedra com marcas da prática do jogo da “Zorra”

Os equipamentos públicos como a Unidade de Saúde, o Centro de Dia eram espaços predominantemente frequentados por idosos. No entanto, a Junta de Freguesia, a Sociedade Recreativa, a Capela, a Cooperativa, a Igreja de Nossa Senhora da Luz, marcavam o calendário social com os acontecimentos e festividades que se realizavam ao longo do ano tanto os de carácter religioso, como os de carácter profano. Dentro destes edifícios, uns sofreram alterações por forma a poderem dar resposta a determinada solicitação, como por exemplo a Junta de Freguesia que se adaptou às funções de Jardim de Infância, outros houve que foram construções novas nomeadamente o Centro de Dia, a Unidade de Saúde, a Capela do Sagrado Coração e a Sociedade Recreativa, localizando-se todos no centro da aldeia. Com uma localização periférica encontrava-se a Cooperativa e ainda a Igreja de Nossa Senhora da Luz.

A cerca de 400 metros da aldeia, o Tanque Comunitário, espaço onde as mulheres iam lavar a roupa, foi outro equipamento importante, mas, por força das circunstâncias, perdeu o protagonismo que tinha. Implantado na zona das hortas, servindo estas de apoio ao sustento dos habitantes, o tanque era um local fresco e de

construção tradicional, sendo uma peça representativa da memória e dos costumes desta comunidade.

Os espaços sociais e colectivos eram bastante importantes uma vez que protagonizavam os acontecimentos e os encontros que permitiram identificar e consolidar os traços identitários desta comunidade. Eram espaços onde a população se encontrava e se revia na sua identidade e sentimento de pertença. Eram autênticos tribunais informais, onde se punham a nú as tensões da comunidade.

Outro dos aspectos basilares e definidores da forma de vida desta aldeia era a existência de fontanários, fontes, bebedouros e poços de uso colectivo que eram, eles próprios, importantes marcos dos espaços públicos quer em termos funcionais, quer em termos formais. Estes localizavam-se normalmente no final dos arruamentos ou nos largos. Estas captações de água, e principalmente a existência de bebedouros para animais nas ruas comunicantes com os caminhos vicinais, definiam a importância que o gado tinha para a população da Luz. Os bebedouros estavam localizados na Tv. de Mourão, na Rua do Castelo, no Caminho das Hortas, nas Ruas da Igreja, da Estrela e de Mourão. As fontes e os fontanários apresentavam uma localização mais centralizada, quer em relação às ruas, quer em relação à própria aldeia. Toda a aldeia estava pautada por estes pontos de água.

Quanto aos arruamentos da Luz, estes apresentavam-se com uma forma, linguagem e funcionalidade muito simples dado o tipo de materiais que utilizavam e os serviços que forneciam à comunidade. Relativamente ao pavimento das ruas mais antigas, existem actualmente testemunhos que nos relatam que estas inicialmente eram de terra batida ou que aproveitavam os afloramentos rochosos como pavimento.

Numa fase posterior, as ruas foram empedradas, recorrendo os habitantes, para o efeito, a pedreiras localizadas na zona envolvente da Praça de Touros, da Igreja de Nossa Senhora da Luz e do Cemitério.

Numa última fase, a edilidade actuou mais directamente nos arruamentos procedendo à aplicação de asfalto nos mesmos. Esta intervenção acompanhou a criação das infra-estruturas básicas na Luz, sendo a década de 80 a referência para estas sucessivas intervenções.

Foi durante esta altura que também se procedeu à reorganização dos arruamentos através da criação de passeios, uma vez que eram inexistentes. O último troço a ser asfaltado correspondeu ao acesso à zona das hortas que foi feito em 1999.

A evolução dos arruamentos da Luz seguiu o normal desenvolvimento dos arruamentos dos montes que se encontravam dispersos pela freguesia. Assim, ainda é possível encontrar montes com os arruamentos feitos simplesmente em terra batida, como é o caso do Monte do Caneiro. Outros existem que aproveitam os afloramentos rochosos existentes para constituírem uma superfície mais dura e assim não terem problemas com tarefas e actividades do dia-a-dia inerentes a estas unidades agrícolas. Como ilustração do que anteriormente foi dito temos o Monte do Tocho e o Monte da Charneca. Por último, um dos montes que apresenta uma parte considerável dos seus arruamentos empedrados é o Monte do Conde.

Relativamente às ruas existentes na aldeia, é de referir que estas não tinham árvores, excepto no Largo 25 de Abril, e não possuíam qualquer outro tipo de mobiliário público que pudesse ser considerado como tal. Mesmo em relação aos passeios, estes apresentavam-se por vezes com uma largura tão pequena que não lhes permitia desempenhar as suas funções. A Rua do Meio e principalmente a Rua de Trás tinham também um traçado mais tortuoso, bem como uma largura menor, resultante do facto de ser o núcleo habitacional primitivo da aldeia. Pelo contrário, as ruas localizadas mais a Sul, parte mais recente da aldeia, tinham uma largura maior, com cerca de 6m – como a Rua Dr. Francisco Sá Carneiro –, bem como passeios recentemente construídos. Deste modo, à rua anteriormente mencionada, é de aduzir as Ruas da Estrela, da Igreja, as Travessas do Montinho e da Calçadinha, as Ruas da Tapada e das Palhotas.

O sistema de arruamentos da aldeia da Luz apresentava-se com uma forma estrelar e constituía mais um traço estrutural definidor do carácter e da identidade desta comunidade.

Os seus arruamentos terminavam na direcção das localidades mais próximas da freguesia, mesmo que os acessos se fizessem por caminhos vicinais, como era o caso da Rua da Estrela, ou, então que se reportassem a antigos acessos que, no entanto, já não se praticavam com era o caso da Travessa de Mourão, orientada para a sede de concelho.



Foto 28 – Dia de mercado na antiga aldeia da Luz (Largo 25 de Abril)

A toponímia desta aldeia estava directamente relacionada não só com as localidades circundantes, mas também com determinados edifícios e áreas marcantes na aldeia. A comprová-la, os pontos de fuga da aldeia que apontavam para os seguintes aspectos:

1. Os contactos directos com a sede do concelho eram efectuados através da Rua de Mourão por onde até à demolição da aldeia se estabelecia a ligação e pela Travessa de Mourão, através de um caminho vicinal que se encontrava desactivado;
2. A ligação ao Castelo da Lousa era realizada através da rua com o seu nome, sendo utilizada particularmente pelos turistas que visitavam esta zona e pelos habitantes que eram proprietários ou rendeiros de terras na sua proximidade. Este acesso fazia-se por caminho vicinal e a Rua do Castelo era feita a partir da Rua de Trás;
3. A zona das hortas não era referenciada nos termos anteriormente dispostos, mas o seu acesso resultava da continuação da Rua da Calçadinha. O Caminho das Hortas era bastante emblemático uma vez que a sua construção era feita de materiais tradicionais e era ladeado por muros de xisto e taipa o que lhe conferia tipicidade e uma identidade muito próprias;

4. A Rua da Igreja proporcionava o acesso à Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz, à Praça de Touros, ao Cemitério e daqui ao rio Guadiana, nomeadamente ao Moinho dos “Cerieiros”;
5. A Rua da Estrela conduzia à ligação com esta aldeia. No entanto esta ligação já não era utilizada, servindo apenas as pessoas que tinham interesses agrícolas naquela zona. Assim, terminando o asfalto da rua, entrava-se num caminho de terra batida. A continuidade da rua manteve-se, mas a função e a razão deste topónimo perdeu-se;
6. A Rua da Tapada que, como o nome indicava, desembocava numa tapada.

Em resumo, os arruamentos da Luz tinham uma configuração muito simples. Na altura do lançamento do concurso público para a elaboração do projecto da nova aldeia da Luz, o estudo pronunciou-se deste modo sobre os arruamentos: «(...) resumem-se ao espaço vago entre edificações. A ausência de voluntarismo na sua configuração é absoluta, quer porque constituem prolongamentos de traçados mais longos, quer porque são escassos nos materiais que os compõem» (Concurso Público Internacional no Âmbito da União Europeia para a Elaboração do Projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz, 1995: 28). De acordo com o mesmo estudo, foi ainda referido que as «(...) diferenças mínimas na configuração dos arruamentos – largura das ruas, sua posição e papel na malha – que se diferenciam as componentes da malha» (Concurso Público Internacional no Âmbito da União Europeia para a Elaboração do Projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz, 1995: 28).

O conjunto do património edificado da aldeia da Luz foi assim resultado de uma síntese entre os elementos físicos e humanos revelando-se uma continuidade entre habitações, arruamentos e a horizontalidade da paisagem.

3.4. O espaço memorial, sacral e profano na antiga aldeia da Luz

O núcleo constituído pela Igreja de Nossa Senhora da Luz, pela Praça de Touros e pelo Cemitério representou, por excelência, o mundo imagético da memória e da identidade desta comunidade (Cf. anexo II – doc. VIII).

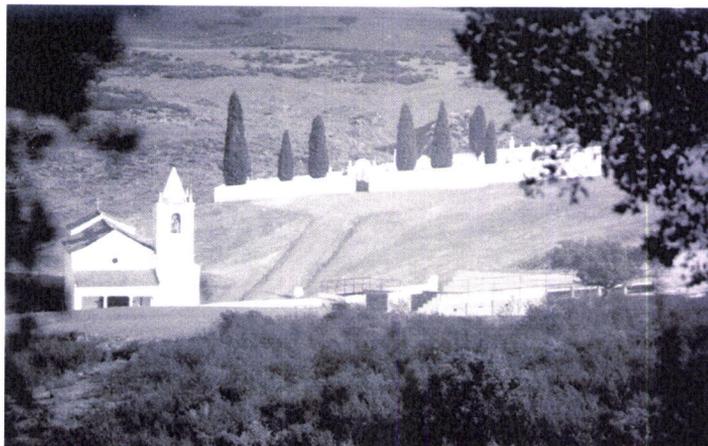


Foto 29 – Igreja de N. S. da Luz, Cemitério e Praça de Touros

A congregação destes três equipamentos projectou na comunidade diferentes estados de espírito e diferentes memórias sensoriais que se articulavam entre si e representavam aquilo que havia de mais valioso para esta comunidade.

A Igreja de Nossa Senhora da Luz era o espaço mais antigo associado à prática religiosa, onde a maior parte dos luzenses foi baptizada, recebeu a primeira comunhão e a profissão de fé, sendo também o local do seu casamento. Local de grandes peregrinações por parte das localidades vizinhas, a Igreja de Nossa Senhora da Luz estava relacionada com as festividades maiores da aldeia e por isso marcou profundamente a vida religiosa e festiva da comunidade (Cf. anexo II- doc. IX).



Foto 30 – Última procissão da padroeira da aldeia

Ao lado deste templo religioso, e a escassos metros de distância (cerca de 4 metros), encontrava-se a Praça de Touros da aldeia, bastando para isso atravessar a estrada que dava acesso ao cemitério. Como elemento de separação entre estes dois espaços públicos, um de índole sacral e o outro de carácter profano, salientava-se um poço com forma cilíndrica, fechado, com uma pia em pedra e encimado por uma bomba manual (Cf. anexo II- doc. X).

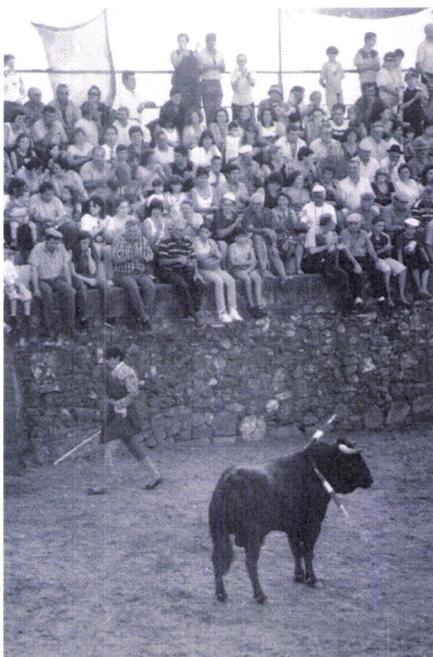


Foto 31 – Festa taurina na aldeia

A Praça de Touros era um lugar de eleição durante os festejos da padroeira. Aqui, a festa completava-se com manifestações de regozijo por parte das centenas de pessoas que, todos os anos, nela participavam. Ponto obrigatório de encontro e de convívio, neste espaço vivia-se a festa taurina ao som da Banda Filarmónica de Mourão. Esta banda, com bastantes elementos da Luz, animava musicalmente o espectáculo, ao sabor de uma cerveja ou de um sumo, e com a presença silenciosa do cemitério na parte mais alta da encosta. A festa era um momento de ruptura e de exaltação, onde, tal como nos dias que correm (Ramos, 1997).

(...) a todos, homens e mulheres, velhos e novos, é permitido quebrar as regras da normalidade e abusar. Abuso no consumo de alimentos e bebidas, excesso nos comportamentos de ostentação, incontinência da palavra, abuso do ruído, gastos anormais, etc., num mecanismo de *potlatch*

comportamental que permite o desvio e reduz tensões e se exterioriza na alegria barulhenta, no canto, na música, na dança, nos foguetes, nos gritos (p. 90).

O Cemitério, espaço por excelência do mundo dos afectos pelos entes queridos já desaparecidos e das recordações de um passado partilhado, não feria as sensibilidades com a sua presença. Muito pelo contrário, os luzenses sentiam particularmente este espaço, fazendo da festa um meio de transmissão e partilha da alegria e dos momentos felizes da aldeia para com os mortos. Tal ideia é justificada porque, quando aqueles eram vivos, a festa anual não deixava ninguém indiferente e toda a comunidade se mobilizava e participava à sua maneira. Assim, se a maioria das terras, principalmente por esse Alentejo fora, se procurou afastar a presença do cemitério do recinto dos festejos da festa, aqui, na Luz, esse facto reforçou e espelhou as diferentes dimensões da vivência desta comunidade (Cf. anexo II-doc. XI).

A coexistência destes equipamentos com diferentes funções não constituía obstáculo em si mesmo, mas sim era entendida como complemento. Cada um tinha o seu momento próprio e nenhum deles se sobrepunha relativamente aos outros. Assim, o cemitério congregava as atenções no dia dos Fiéis Defuntos, a Igreja assumia maior destaque por altura de baptizados, casamentos e outras cerimónias religiosas do catolicismo e a Praça de Touros concitava as atenções por altura da festa taurina.



Foto 32 – A festa, a Igreja de N. S. da Luz, a Praça de Touros e o Cemitério

Nesta tríade, a Igreja de Nossa Senhora da Luz apresentava um valor inquestionável tanto em termos arquitectónicos, marcando e destacando-se da

paisagem como um forte elemento identitário da comunidade, como a nível cerimonial, pautando a vida religiosa da aldeia.

A Igreja de Nossa Senhora da Luz surgia também como o elemento congregador e unificador dos universos simbólicos e materiais que a aldeia protagonizou ao longo da sua existência, manifestando e potencializando a consolidação da identidade e memória daquela comunidade. A completar este conjunto, salientava-se de igual modo a Fonte Santa, desde sempre associada ao aparecimento e construção da Igreja de Nossa Senhora da Luz.

A Praça de Touros representava por excelência o lazer, a convivialidade da aldeia, existindo entre esta e a festa brava uma forte ligação. E por último, o Cemitério onde estavam sepultados os filhos da terra, testemunho vivo das gerações que construíram e marcaram a aldeia da Luz.

Este conjunto de edificações tornaram-se numa referência obrigatória da evolução da história da aldeia até aos nossos dias, representando e expressando uma cultura, uma identidade, uma memória.

3.4.1. Castelo da Lousa

Existiu um elemento patrimonial que transportou uma forte carga identitária para os luzenses: o Castelo da Lousa.

Nas proximidades da aldeia da Luz, a cerca de 3,5 Km, encontraram-se testemunhos de ocupação humana de épocas mais remotas das quais se destacou o Castelo da Lousa. Este imóvel, construção fortificada da época romana (século I a. C.), mostrou-se razoavelmente conservado, tendo em conta a sua antiguidade.

O Castelo da Lousa apresentava-se como sendo « (...) construído estruturalmente por lagedo de ardósia regional» (Espanca, 1978: 189) e dispunha-se « (...) em planta rectangular, com lanços de muralha na espessura de dois metros, dos quais o melhor conservado, que corre na direcção do rio, portanto na linha do ocidente, oferece a extensão máxima de 23,50 metros e a altura do parapeito, 5,70 metros. O troço meridional encontra-se roto e mutilado, mas as ruínas dos restantes panos é bastante acentuada» (Espanca, 1978: 189).

Relativamente ao seu propósito, não existem consensos uma vez que, para alguns arqueólogos, teria essencialmente funções militares, enquanto, para outros, teria funções essencialmente relacionadas com as actividades económicas, nomeadamente como entreposto comercial.

No entanto, a partir do momento em que foi reactivada a construção da barragem de Alqueva e dentro do âmbito do programa de minimização dos impactos negativos, procederam-se a novos trabalhos com o intuito de captar mais informação sobre este imóvel que ficou submerso pelas águas de Alqueva.

As sucessivas sondagens arqueológicas a que o Castelo da Lousa foi sujeito, bem como da sua zona envolvente mais imediata, contribuíram para dar uma visão global do espaço intervencionado. Segundos estudos efectuados «(...) a caracterização tipológica e cronológica da ocupação neste sítio, revela-se de crucial importância, tendo sobretudo em consideração que as razões que motivaram a construção deste monumento permanecem ainda por esclarecer» (Arkhaios, 2001: 1).

Estas novas escavações, ao facultarem novas informações, aduziram um novo contexto principalmente sobre a zona imediata ao Castelo da Lousa. O aumento da área da estrutura «(...) edificada na plataforma Noroeste e o seu prolongamento para Oeste, Norte e Este, sobretudo ao longo de toda a plataforma Norte, define uma grande “cintura” de construções que rodeia o edifício principal do Castelo da Lousa» (Arkhaios, 2001: 16).

Assim o objecto de estudo deixou de estar focalizado no Castelo da Lousa propriamente dito para passar a adquirir uma outra dimensão. Está-se, assim, perante «(...) um sítio arqueológico de grandes dimensões e complexidade, cuja área edificada parece ocupar todas as plataformas que rodeiam a construção principal, viradas para o rio Guadiana» (Arkhaios, 2001:16).

Perante esta constatação relançou-se novamente a problemática da funcionalidade deste sítio arqueológico, uma vez que os dados disponíveis não permitiram a confirmação se se estava perante uma fortificação militar, uma villa fortificada ou outra qualquer, segundo Arkhaios, (2001: 16).

A um outro nível, e destacando a forte presença que o Castelo da Lousa tinha na população da Luz e, neste caso, nas gerações mais novas, num jornal realizado pela

Escola Primária da Luz, três jovens luzenses traduziram desta forma a lenda que envolvia o castelo da Lousa e que povoava o seu imaginário.

A lenda reza assim:

Certo dia, passou perto do Castelo da Lousa um aldeão que ia levar sacos de semente, para serem moídos num moinho próximo, quando se deparou com uma mulher de beleza extraordinária, sentada perto de um ribeiro. Meteram conversa e ali ficaram falando durante muito tempo.

Os encontros repetiram-se e os dois acabaram por se enamorar, no entanto o aldeão estranhava o facto de, sempre que falava com a sua apaixonada, lhe ver apenas a parte de cima, ocultando ela o resto do corpo nos arbustos, até que um dia lhe perguntou porque razão escondia ela o resto do corpo. A mulher explicou então ao aldeão que estava encantada, mostrando-lhe aos poucos a sua longa cauda de cobra, para que ele não se assustasse, e pediu-lhe que a desencantasse. Explicou-lhe que para que ela se tornasse mulher de corpo inteiro, o aldeão tinha que a deixar, na próxima vez que se encontrassem, tocar-lhe com a língua céu da boca, mas que nesse dia não viria metade mulher, metade cobra, mas apenas cobra. Ele teria que ser muito corajoso e não fugir, porque se o fizesse, ela ficaria para sempre mulher - cobra.

O aldeão, confiante no seu amor por ela, acedeu em ajudá-la e ela disse-lhe que na próxima vez que por ali passasse iria sentir um vento frio, tão frio que lhe gelaria as mãos e a ponta do nariz, mas que não tivesse medo, pois nada de mal lhe aconteceria. Em seguida, viria uma gigantesca mó de um moinho, fazendo grande barulho e correndo em direcção a ele, mas que também não tivesse medo, pois antes de lhe bater ela desapareceria. Depois seria a vez de aparecer um touro bravo, também muito grande, investindo contra ele, mas que também não lhe faria mal, tornando-se manso logo que os seus cornos lhe tocassem a roupa. Finalmente, disse, virei eu transformada na mais horrorosa e grande serpente que algum dia irás ver na tua vida, irei rodear o teu corpo e em seguida, ao tocar com a minha língua no céu da tua boca, ficarei para sempre mulher...

No dia seguinte o aldeão lá foi, e ao chegar perto do castelo sentiu um vento tão frio, que lhe gelou as mãos e a ponta do nariz, em seguida, veio a mó do moinho, tão grande como uma casa, em direcção a ele, mas desapareceu antes de lhe tocar. Depois veio o touro, enorme e bravo, correndo em sua direcção, mas tornou-se manso assim que lhe tocou na roupa. Finalmente veio a cobra, enorme e horrorosa, enrolou-se ao seu corpo e mostrou uma língua bifurcada...

A isto o aldeão não resistiu, e livrando-se como pode do animal, fugiu a sete pés.

Reza a lenda que ainda hoje, sempre que um rapaz da aldeia se encontra sozinho por aquelas bandas mais do que uma vez, se faz sentir um vento frio, que lhe gela o nariz e as mãos, se ouve o ribombar da mó do moinho, se vê depois um touro bravo em liberdade e, aqueles que mesmo assim teimarem em ficar, verão uma cobra enorme e horrorosa correndo em sua

direcção... Quem terá coragem para deixar que ela toque com a sua língua bifurcada no céu da boca? Até hoje ninguém teve...

Se não nos acreditam visitem o castelo, mas tenham cuidado quando soprar um vento frio"...

Autores: Alexandre, Ana, Pedro (3º ano do 1º ciclo da Aldeia da Luz)

3.4.2. Igreja de Nossa Senhora da Luz

Local de grande importância para os luzenses era a Igreja de Nossa Senhora da Luz, que distava cerca de 800m da aldeia, cujas origens lendárias foram transmitidas por Frei Agostinho de Santa Maria. O edifício sofreu diferentes alterações ao longo dos tempos, bem visíveis nas influências góticas dos seus portais e capitéis e nas características renascentistas da sua capela baptismal, de frontão triangular. O edifício encontrava-se orientado a Poente, sendo envolto por 9 cruzeiros de xistos que constituíam a via sacra, bem como de um cruzeiro de maiores dimensões localizado no adro. No que diz respeito à sua génese, a Igreja de Nossa Senhora da Luz remontava a «origens nebulosas, lendárias, transmitidas por Fr. Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano*, como nascente do milagre da aparição da Virgem escondida num tronco de azinheira, ao pastor Afonso Anes (evento que estava representado, iconograficamente, em dois painéis votivos, um antiquíssimo e outro do séc. XVII, hoje perdidos, infelizmente)» (Espanca, 1978: 187).

Assim, aponta-se como data provável para a fundação do antigo curado, uma baliza temporal entre a 2ª metade e os finais do século XV, o que corresponde aos reinados de Afonso V e D. João II. Da análise ao edifício foram identificadas e confirmadas diferentes fases construtivas que a igreja foi sofrendo até à sua configuração actual.

Foi tendo em conta esta linha de pensamento que o estudo prévio sobre a Igreja de Nossa Senhora da Luz permitiu identificar as várias leituras das fases construtivas da Igreja ao afirmar que «No estado actual dos conhecimentos sobre a Igreja da Luz podem ser identificadas diversas fases do seu processo construtivo. De um modo geral, aponta-se para três momentos que encontram paralelo em numerosas

construções religiosas alentejanas, permitindo um nítido enraizamento da igreja da Luz nos vários contextos históricos que configuram tipologias construtivas tradicionais na Região do Alentejo. (...) os vários elementos da igreja são reveladores da ocorrência de três campanhas essenciais: a gótico-manuelina, a henriquina e a barroca» (Monteiro,1999: 29).

Constata-se assim que, desde os meados ou finais do século XV, passando pelo século XVI e na última campanha barroca, no século XVII, a Igreja de Nossa Senhora da Luz foi acumulando transformações sucessivas ao longo do tempo, tendo a última alteração com algum significado ocorrida há cerca de vinte anos e que conduziu à substituição do pavimento antigo por lages de xisto cinzento estandardizadas.



Foto 33 – Entrada de N. S. da Luz na Igreja Matriz

Este elemento marcou profundamente a vida da aldeia, sendo a igreja fruto dos tempos. As sucessivas incorporações de reformas arquitectónicas quer em termos estruturais, quer em termos de incorporação e integração de elementos de embelezamento e enriquecimento, nomeadamente através de aplicação de cantarias, conferiram uma mais valia estética e patrimonial à igreja. É neste sentido que se pôde encontrar um arco gótico, um frontão triangular renascentista, a título de exemplo. O enriquecimento da igreja reflectiu-se também ao nível das imagens religiosas incorporadas, destacando-se a imagem das Santas Mães (Santa Ana Sedente) « (...)

peça barroca, popular e arcaizante, de c.^a 1600, que mede, de alt^o 80cm» (Espanca,1978: 188).

Importa salientar que, no âmbito do Projecto de Assistência Técnica ao Museu da Nova Aldeia da Luz, uma equipa pluridisciplinar efectuou um trabalho de campo, englobando também uma investigadora na área de história, para conseguir obter mais informação pertinente quer sobre a igreja, quer sobre a própria aldeia da Luz. O cruzamento de todas estas informações irá certamente contribuir para o esclarecimento quer do processo construtivo da igreja, quer sobre o contexto que deu origem ao local da aldeia e da igreja e da história desta comunidade.

3.4.3. Fonte Santa

No que diz respeito à Fonte Santa, a sua origem esteve associada à génese da Igreja. Aquela ficava localizada entre a igreja, a cerca de 200 metros a Norte e a aldeia, e apresentava-se caiada de branco, resultando formalmente da sobreposição de um cubo e de uma pirâmide. Possuía uma guarnição de xisto e sofreu também várias intervenções, a última das quais em 1937.

A Fonte Santa estava localizada num baixio, nas margens de um barranco que ia desaguar no rio Guadiana. Não obstante ficar num ponto isolado e escondido, tal facto não impediu que os luzenses a frequentassem, embora até à demolição da velha aldeia valorizassem a Fonte do Coração, segundo os quais a água era de melhor qualidade.

Esta fonte ficava localizada uma centena de metros mais abaixo, da outra margem do barranco e tinha como enquadramento paisagístico uma estrutura em forma de anfiteatro, murada, utilizada para a colocação de colmeias. Apesar de ser uma estrutura que se encontrava desactivada pelos seus proprietários, foi um testemunho que demonstrou bem a importância que noutros tempos a actividade da apicultura teve nesta comunidade.



Foto 34 – Fonte Santa

Associada à Igreja de Nossa Senhora da Luz, esta fonte representou um particular valor simbólico para os habitantes da aldeia. A lenda refere que a Senhora da Luz ia ali lavar os “cueirinhos” do Menino Jesus, pelo que os habitantes da Luz consideravam milagrosas as águas desta nascente.

De salientar que a fonte santa também foi realocizada na nova aldeia na zona envolvente do novo santuário.

3.4.4. Cemitério da Luz

O Cemitério da aldeia da Luz foi uma estrutura edificada na segunda metade do século XIX, fruto da importação e aplicação das ideias da burguesia francesa que conduziram à regulamentação da obrigatoriedade de criar um espaço individualizado, digno e isolado, por forma a higienizar a morte.

A atitude do homem perante a morte mudou e da complacência perante a morte passou-se para a repugnância perante a mesma, adquirindo a morte uma dimensão pública objectivada numa família concreta. No espaço cemiterial, a nova concepção sobre a morte traduziu a organização do espaço e a estrutura da sociedade que se reflectiu, nos tipos de campos e na crescente marmorização do cemitério, principalmente ao nível dos revestimentos no caso dos mais recentes. O túmulo passou a ser construído à imagem do seu proprietário, traduzindo a sua vivência social

e a também a sua afirmação, com vista a perpetuar a sua memória viva. O cemitério da Luz também espelhou esta realidade.

Estes factos ditaram a construção do cemitério num local que distava aproximadamente 800m da aldeia e que se encontrava relativamente afastado da Igreja de Nossa Senhora da Luz, sobre o topo de uma elevação. Com uma área total de 793m² e organizado em 4 talhões, representando cada um deles uma fase de expansão do mesmo, o cemitério incluía duas entradas, sendo a principal orientada para a Praça de Touros, Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz e para o rio Guadiana e a outra virada a Sul. A porta principal do cemitério encontrava-se no enfiamento da estrada e apresentava-se com um portão de ferro pintado de preto, com guarnição de xisto local que se destacava do pano de parede branco. Dentro dos seus muros brancos, construídos com materiais e técnicas tradicionais, encontrava-se um anexo para arrumos dos materiais necessários à manutenção daquele espaço.

O cemitério também era delimitado por ciprestes, principalmente a cada canto do mesmo. Com uma implantação a privilegiar o alçado principal, o cemitério apresentava cerca de 8 ciprestes, sendo alguns de grandes dimensões.

No interior do antigo cemitério encontravam-se três tipos base de "ocos", termo local para designar os alvéolos, onde eram colocadas as urnas, feitos em alvenaria. Os "ocos" tradicionais, apresentando uma solução à base de tijolo de burro, eram encimados por uma abóbada e no exterior eram caiados de branco. O segundo tipo, o mais corrente, também caiado de branco, assumia uma forma paralelepípedica tendo em cima inscrições de epitáfios e elementos florais. O último tipo possuía a mesma configuração e era revestido, parcial ou totalmente, com pedra (mármore, granito ou xisto).

No entanto se estes eram os tipos base, foi possível encontrar doze modelos de túmulos existentes no cemitério da aldeia da Luz de acordo com o levantamento do existente efectuado no mesmo.

Quadro Nº 7

Tipos De Túmulos No Antigo Cemitério Da Luz

TIPO DE TÚMULO	DESIGNAÇÃO
1	Campa rasa
2	Bloco de base rectangular em alvenaria sem revestimento em pedra
3	Bloco de base rectangular em alvenaria com cobertura em mármore
4	Bloco de base rectangular em alvenaria com revestimento completo em mármore
5	Bloco de base rectangular em alvenaria adornado com rectângulos sobrepostos gradativamente pequenos
6	Bloco de base rectangular em alvenaria encimado com forma semi-hexagonal
7	Bloco de base rectangular em alvenaria encimado com forma semi-hexagonal com apêndice
8	Bloco de base rectangular em alvenaria encimado com forma semicircular
9	Bloco de base rectangular em alvenaria encimado com forma antropomórfica (em pedra xisto)
10	Bloco de base rectangular em alvenaria com cobertura em xisto
11	Bloco de base rectangular em alvenaria com dois pisos fúnebres em mármore
12	Bloco de base rectangular em alvenaria encimado com forma semicircular lancetada na cabeceira

Fonte: EDIA/ GRAL, Cemitério da aldeia da Luz, 1998

Um dos propósitos desse levantamento foi identificar os diferentes talhões existentes, a ordem da disposição dos covais e os respectivos sepultados. Após apuramento contabilístico, retiraram-se as conclusões patentes no seguinte quadro.

Quadro Nº 8

Distribuição Dos Covais Pelos Talhões

TALHÕES	COVAIS
Talhão I	28
Talhão II	65
Talhão III	26
Talhão IV	17
Total	136

Fonte: EDIA/ GRAL, Cemitério da aldeia da Luz, 1998

Se em relação aos covais foram identificados 136, distribuídos nos diferentes tipos, relativamente ao número de sepultados estes foram da ordem dos 250.

Esta unidade cemiterial tipificava as soluções de arquitectura tumular construídas nas vilas e aldeias da margem esquerda do Rio Guadiana: Luz, Granja, Estrela e algumas localidades espanholas mais cercanas, onde as irregularidades da disposição dos ocós, a construção exaustiva do espaço cemiterial, e a utilização da abóbada de berço nos "ocós" mais antigos marcaram as necrópoles locais. De assinalar que a construção de ocós evitavam o contacto das urnas com a terra.

Implantado no alto numa elevação, a construção dos "ocós" adaptava-se à topografia assumindo a forma de anfiteatro. Dentro do cemitério tinha-se contacto visual com a paisagem e principalmente com a aldeia da Luz. A forma como estava implantado permitia a visualização do interior do espaço cemiterial de qualquer parte da zona envolvente. O cemitério impunha-se assim na paisagem através do pano branco dos seus muros e do verde alto dos seus ciprestes.

No interior do cemitério, as ruas principais encontravam-se pavimentadas com restos de pedra mármore. Ao longo dos últimos anos, principalmente durante a década de 80, o cemitério sofreu profundas alterações espelhadas na forma de construção e embelezamento da campa. Se os "ocós" mais antigos eram construídos em tijolo de burro encimados com abóbada de berço e caiados, os mais recentes resultaram de uma necessidade de afirmação social dos seus familiares, incorporando no cemitério alentejano em geral, e da Luz em particular, novas soluções construtivas e novas formas de revestimento dos próprios "ocós". Neste sentido substituiu-se a prática da

caiação pela aplicação de uma forra parcial ou completa de pedra, normalmente de mármore, granito ou xisto. Assim, também no mundo dos mortos se reflectiu o mundo dos vivos. Aqui jogava-se e transmitia-se a importância social, cultural ou económica que uma família detinha ou julgava deter na comunidade. Era a afirmação sócio-económica da família perante a comunidade dos vivos.

Se nas campas mais recentes se verificou uma profusão de elementos decorativos de cariz ultra-romântico, nos mais antigos destacou-se o que se situava no talhão II, campá nº 58, que apresentava um obelisco de dimensões consideráveis para este pequeno espaço, tendo aí gravado em relevo a actividade profissional, aparecendo molhos de trigo cruzados com uma ceifa; mais abaixo estavam cunhados os instrumentos necessários ao desenvolvimento da sua actividade agrícola como seja a enxada, o ancinho, a pá e a forquilha. Relativamente às inscrições, e evocando a memória dos indivíduos falecidos, constava o seguinte:

Parte superior do obelisco

Aqui jaz António Fernandes Importante
Proprietário que foi desta Freguesia da
N. S. da Luz. Nasceu a 3 de Maio de 1852
E faleceu a 31 de Março de 1914. Saudosa
Gratidão de seus filhos

P. N. A. M.

Ao meio do obelisco estava registada em relevo a actividade profissional

Na base do obelisco

Aqui jaz a Joaquina da Encarnação Apóstolo
Fernandes importante proprietária que foi
Desta Freguesia de N. S. da Luz. Nasceu a 1
de Dezembro de 1856 e faleceu a 8 de Maio
de 1911. Este modesto mauzoleu lhe mandaram
erigir o seu marido e filhos como prova de
eterna gratidão.

P. N. A. M.

No cemitério velho, a campa mais antiga dizia respeito a um enterramento em 1911 de uma importante proprietária da freguesia. Este tipo de túmulo, encimado com pedra maciça de mármore e com obelisco, reflectia a dignidade e a afirmação social da família a quem pertencia.

No outro lado da pirâmide social, encontravam-se as campas rasas e depois os “ocos tradicionais”, feitos em alvenaria com abóbada de berço. Foi esta tipologia que sofreu mais transformações uma vez que, dada a dificuldade de execução da abóbada de berço, se começou a utilizar novas soluções variando principalmente o remate da campa, dando origem à criação de subcategorias, conforme demonstra o quadro anteriormente referido. Mais tarde, e sobre esta tipologia, procedeu-se ao revestimento parcial ou total de plaquetas de mármore com uma profusão de elementos decorativos e de embelezamento de cariz ultra-romântico. Este empenho dos familiares em conferir o máximo de dignidade que lhes era possível à última morada do ente querido falecido, permitia extrapolar para o paralelismo da aldeia dos mortos espelho da aldeia dos vivos, expresso nas subtilidades e nas diferenças que encerravam os vários tipos existentes.

Relativamente à orientação das campas, importa referir que no talhão II, III e IV, aquelas seguiam a orientação da Igreja de Nossa Senhora da Luz; no talhão I, apresentavam uma orientação Norte/ Sul, o que, segundo explicações locais, se devia essencialmente a questões de espaço disponível.

O cemitério da Luz reflectia por um lado a forma de mundivivência dos vivos, bem como traduzia o entendimento destas gentes sobre a sacralização da morte, patentes nas constantes deslocações que, principalmente as pessoas de meia idade e as idosas faziam ao cemitério. Estas romarias constantes, efectuadas a pé e ainda por cima transportando o balde para a água, os panos para a limpeza e as flores para embelezar o “oco”, associadas à prática de cair os túmulos, traduziam uma forte ligação que esta comunidade tinha para com os seus mortos. Estas práticas de sociabilização, que reflectidas na preocupação da manutenção da sepultura individual e familiar, estendiam-se principalmente durante a manhã quando um conjunto de familiares ou de vizinhas se combinavam e iam ao cemitério. Apesar de o momento mais alto ser na altura dos Finados, a maior parte das pessoas da comunidade visitava regularmente o cemitério, principalmente ao fim-de-semana. Forma de relembrar o

mundo das memórias e dos afectos, enalteciam-se as qualidades dos seus familiares e rezava-se para que a sua alma estivesse em paz.

Por último, a análise do levantamento conducente à identificação dos restos mortais existentes no cemitério da Luz permitiu concluir que se estava perante uma comunidade fechada pois não se registaram quaisquer monumentos alusivos à comunidade estrangeira.

Relativamente a este equipamento, é de realçar que o percurso efectuado durante os funerais era pautado por 4 cruzeiros, feitas em ferro e pintadas a tinta industrial de cor preta. Estas cruzeiros constituíam-se como marcas definidoras da distância a percorrer pelas diferentes pessoas que levavam o caixão aos ombros, bem como para rezar ao defunto durante o cortejo até ao cemitério. Estes grupos eram formados por 4 homens que levavam a urna até à próxima cruz. As cruzeiros estavam situadas a distâncias sensivelmente semelhantes umas das outras.

A primeira cruz encontrava-se localizada no princípio da Rua da Igreja, aquando do início do muro de xisto e a primeira casa à direita, na orientação da Igreja, com o número de polícia nº1. A segunda aparecia no final da Rua da Igreja, mas no lado esquerdo. A terceira estava situada no lado esquerdo, à beira da estrada, sensivelmente à frente do campo de futebol. A última localizava-se numa pequena elevação junto à estrada, no lado direito. Esta encontrava-se na parte mais elevada que dava imediatamente acesso à ponte que conduzia à igreja.

O percurso processional entre a aldeia e o cemitério era marcado por estas cruzeiros que representavam tempos de pausa e que contribuíam para prestar as últimas homenagens ao falecido, através dos diferentes grupos de homens que levavam o morto até à sua última morada.

O processo de mudança dos homens que conduziam a urna era feita através de uma mesa transportada para o efeito, servindo para colocar o esquife que suportava a urna de modo a que a substituição dos homens se fizesse numa forma ordenada e segura. Esta mesa era decorada com uma toalha para conferir uma maior dignidade ao acto.

Relativamente aos esquifes, é de salientar que até à demolição existiam dois nas arrecadações da Igreja Paroquial. Um para adultos, com dois metros e sessenta e oito centímetros de comprimento e sessenta e dois centímetros de largura, e outro,

com um metro e cinquenta e seis centímetros de comprimento e quarenta e cinco centímetros de largura, para jovens.

Com o passar dos anos e dados os incómodos que este tipo de ritual encerrava, bem como o esforço físico despendido, a urna passou a ser transportada por um carro de duas rodas, construído de propósito para aquele fim.

Nos últimos anos os familiares e amigos esperavam o falecido à entrada da aldeia, sendo acompanhado para ser velado na Capela do Sagrado Coração de Jesus situada no centro da aldeia, no Largo 25 de Abril. No dia do enterro, num clima grave e lamuriento, os familiares e amigos presentes estavam vestidos de preto e acompanhavam a pé o carro funerário que levava o morto directamente para o cemitério. Momento de revisitação dos amigos e familiares mais próximos, a morte contribuía assim para reforçar os laços identitários da comunidade.

3.4.5. Praça de Touros

A Praça de Touros situava-se também junto à Igreja de Nossa Senhora da Luz, a cerca de 800m da aldeia. A sua origem resultou da adaptação/ evolução de um antigo curral ao qual foi introduzido outros elementos necessários à prática das lides taurinas, como a de duas bancadas, uma virada para o alçado principal da igreja (Nascente), que era onde ficava instalada a banda de música da sede de concelho, e a outra, orientada para a própria aldeia (Norte). Os curros, bem como um coroamento de cimento, edificado em volta do recinto para o tornar mais confortável, foram outros dos elementos acrescentados para poderem receber o público. Para facilitar o acesso ao muro que conformava a Praça de Touros, foram aplicadas pedras que se destacavam do mesmo por forma a servirem de apoio para os utilizadores subirem mais facilmente. Relativamente aos curros, foram redimensionados para poderem exercer a sua nova função: receber os touros a lidar durante a festa da padroeira da aldeia. No entanto, a associação destes novos elementos não lhe alterou a forma de polígono pentagonal irregular.

De notar que entre a Igreja de Nossa Senhora da Luz e a Praça de Touros se encontrava um poço igual a muitos que existiam quer no acesso à própria igreja, quer no acesso ao caminho das hortas.

Implantada sobre os terrenos que estavam afectos à herdade da Fonte da Silva, a Praça de Touros traduzia uma realidade grata aos luzenses, continuamente repetida ao longo ano, com particular incidência, no dia da padroeira. A festa taurina era completada com vacadas (diurnas e nocturnas) que se realizavam na própria aldeia, nomeadamente no Largo da Escola, ou então, vacadas (diurnas e nocturnas) no rio Guadiana.

O facto de existirem filhos da terra que exerciam profissionalmente esta actividade, como bandarilheiros e toureiros, demonstra a forte ligação destas gentes com as lides taurinas.

É de salientar que no concelho de Mourão existem várias ganadarias que traduzem e reflectem as diferentes dimensões desta festa e deste ambiente propício aos eventos taurinos.

3.5. A transformação da habitação na Luz: breve caracterização

Como se pode verificar no capítulo anterior, a aldeia da Luz apresentava um conjunto de elementos formais e informais que permitiram definir a sua identidade construtiva e funcional.

No entanto, as casas da aldeia foram também sujeitas a transformações mais ou menos profundas, através da substituição do modelo habitacional de referência e das práticas sócio - espaciais de uma população de origem rural. Esta ânsia de mudar e a força de romper com um passado, ao qual está associada uma carga simbólica de pobreza e de grandes dificuldades e restrições, foram o impulso necessário para se verificar a apropriação dos modelos habitacionais urbanos por determinados grupos sociais (comerciantes, pequenos proprietários agrícolas, pequenos empresários de construção civil e alguns emigrantes).

A partir dos anos 80 constatou-se a construção de um novo tipo de casas, portadora de uma nova mensagem construtiva e social. Principalmente no pós

revolução, as mudanças introduzidas, quer ao nível social, quer ao nível da estrutura fundiária permitiram um ajustamento e aceleração dentro do quadro das dinâmicas sociais da aldeia que se materializaram no surgimento de pequenos empresários ligados principalmente à agricultura, à construção e ao comércio. Tudo isto fez com que os seus proprietários sonhassem com novos protagonismos e se demarcassem claramente em ruptura com o passado. A emergência destes novos actores sociais, mais receptivos às novas ideias, levou à incorporação de modelos de carácter urbano, traduzidos numa alteração do modo de vida e do entendimento sobre a casa.

Uma vez que se rejeitaram os materiais tradicionais, devido à carga negativa associada, e dado que existem modelos de casas completamente diferentes, quer na sede de concelho, quer noutros centros populacionais de maiores dimensões, esses novos modelos arquitectónicos passaram a ser a sua referência. Surgiu assim, um novo tipo de habitação completamente diferente que utilizará materiais de construção modernos (Cf. anexo II – doc. XII).

Entre os finais dos anos 80 e princípios dos anos 90 consolidou-se essa tendência, com um maior incremento e aceitação desse novo modelo habitacional na aldeia.

O novo tipo de casa apresentava um conjunto de elementos formais que permitia uma fácil identificação e distinção em relação à tradicional casa de taipa. Estes elementos diferenciadores tinham como objectivo não só a necessidade de afirmação social, mas também de modernidade e de conforto, de prestígio, de influência, bem como de riqueza e de poder perante uma população em que a maioria continuava pobre e sem recursos para se poder afirmar perante a sociedade local. De salientar que, de acordo com o universo de 185 parcelas privadas/ habitações (mais onze comércios e cinco equipamento sociais e colectivos autónomos) que existiam na velha aldeia, só cerca de 28 tipificavam o modelo arquitectónico de inspiração urbano que se caracterizou genericamente por utilizar novos materiais para a construção das casas, por uma nova decoração e embelezamento e na organização e distribuição espacial.

Este novo tipo de casa caracterizou-se pelos seguintes aspectos:

1. O alçado principal da casa apresentava-se em alinhamento com a rua, encostado ao das vizinhas, e resultou, neste caso, do preenchimento do

espaço intersticial (casa da Rua da Igreja, nº3b (Np 611) e da Rua da Estrela, nº 7 (Np 411) ou do derrube integral de uma casa tradicional de taipa, substituída por uma executada com materiais de construção modernos (betão e ferro), como foi o caso da casa situada na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 31 (Np 305);

2. Relativamente à implantação da casa verificou-se que, sempre que havia possibilidade, a casa recuava ligeiramente em relação ao alinhamento da rua, por forma a criar um espaço verde, a separar a rua e a própria casa. O início deste jardim era marcado por um murete com cerca de 60 cm de altura, encimado, nalguns casos, por uma grade de ferro pintada a tinta industrial de cor preta, como era o caso das casas localizadas na rua da Estrela, nº 6a (Np 103) e na Travessa do Montinho, nº 7 (Np 605), entre outras. Este espaço que acompanhava toda a largura da parcela ou do lote onde a casa se implantava, representava só por si uma novidade que era utilizada pelo proprietário como elemento de diferenciação social para a qual contribuía a fonte ou as balaustradas de mármore que exibia (casa do Largo da Escola, nº1 – parcela nº 606). Este pequeno jardim era entendido como uma exteriorização da mudança/ ruptura e de diferenciação social, onde a mulher se ocupava da manutenção da zona ajardinada da mesma. Esta situação verificou-se na zona mais recente da aldeia onde o proprietário pôde adquirir um lote de terreno e privilegiar a implantação da casa. Neste caso consumou-se uma clara valorização do modelo urbano em detrimento do rural, marcando claramente a mudança de estatuto social e económico do proprietário;
3. Na parte posterior da habitação (quintal), ou no alçado principal, conforme a situação, encontrava-se o acesso às dependências agrícolas modernas, configuradas nas garagens e arrecadações que guardavam todo o material necessário à actividade do proprietário, bem como para guardar o carro. Os quintais deste tipo de habitação passaram a ser cimentados e revestidos com lajetas de cimento, como o caso localizado na Travessa do Montinho, nº 7 (Np 605). No entanto, o elemento que marcou a diferença foi a adopção da segunda cozinha de lume para as práticas relacionadas com a matança do

porco ou de outras actividades marcadamente com um cunho rural, como foi o caso da habitação localizada na rua da Calçadinha, nº 13 (Np 519). Esta segunda cozinha veio auxiliar a dona de casa uma vez que passou a ser a divisão que era utilizada no dia-a-dia, o que implicava que estivesse devidamente equipada com os electrodomésticos mais actualizados. Se esta segunda cozinha era utilizada diariamente pelos proprietários, a cozinha da habitação bem como a sala de estar destinavam-se mais para as visitas, estando o resto do tempo praticamente sem função. Esta cozinha adquiriu grande importância na forma de habitar da casa, demonstrando que, apesar de equipada com todos os electrodomésticos mais modernos, o proprietário não se desvinculou a forma tradicional de utilização da cozinha, uma vez que a sala de estar continuava a ter um lugar secundário;

4. Estas casas de inspiração urbana, à excepção de uma, localizada no Largo da Escola (Np 606) e outra no Largo 25 de Abril, nº 14 (Np 701), eram de rés – do- chão;
5. Exteriormente apresentavam um alçado principal tipificado, com guarnições das portas e das janelas forradas a pedra mármore, o mesmo acontecendo com o soco ou rodapé da habitação. A fachada passou a ser tratada com particular importância uma vez que era ela que produzia o primeiro impacto visual junto da comunidade. Por isso era enriquecida com materiais novos que promoviam socialmente o seu proprietário. As portas principais das habitações passaram a ser de uma só folha e trabalhadas, recorrendo às almofadas como motivo decorativo das mesmas, sendo feitas em madeira de “mogno” e envernizadas. Estas ou eram cegas ou apresentavam um vidro martelado de forma rectangular para deixar entrar luz no corredor. A sua largura também aumentou ligeiramente. Tornou-se fundamental executar os guarnecimentos dos vãos em mármore. Nalguns casos, a aplicação deste material fez-se de forma parcial, só no peitoril ou só na soleira da porta. Nas janelas aumentou-se consideravelmente o vão, uma vez que as janelas tradicionais tinham uma largura aproximada de 70 a 85cm, passando agora para cerca de 1.25m, como as casas localizadas na Rua da Calçadinha, 13 (Np 519), Rua da Estrela, nº 7 (Np 411). No caso da

habitação situada na Rua da Estrela, nº 6ª, (103), as janelas da fachada passaram a ser de sacada. Se nas portas se passou de duas folhas para uma, nas janelas mudou-se de duas folhas para três e incorporou-se os estores de plástico para maior conforto dos habitantes. As fachadas passaram a conter mais janelas e maiores, que deixaram de ser rectangulares para assumirem uma forma mais quadrangular. Relativamente aos materiais utilizados para estes vãos (portas), passou a ser a madeira, quando apresentava apenas uma folha; o recurso ao alumínio cinzento claro era efectuado quando a porta ficava na mesma com duas folhas. O alumínio também foi um material recorrentemente utilizado nas janelas. Este novo material surgiu associado a uma imagem de novidade e resistência, durabilidade e economia, não sendo necessário mão-de-obra para a sua manutenção. Em termos de cor, os que se mantinham fiéis ao branco faziam-no com tinta plástica, normalmente comprada em Espanha. Os outros, quando o soco estava revestido a pedra, preenchiam o restante pano de parede com outra cor como azul, creme, verde, entre outras. Por último é de realçar que, como excepção, surgiu a casa na Rua de Mourão com o nº 13 (Np 115), que apresentava umas molduras em massa através de uma faixa de ligamento entre o beirado e a parte superior do vão da janela que a tornava singular no contexto da aldeia. Esse preenchimento de massa, à largura da janela, era a nota discordante em termos de molduras, bem como da cor verde claro que o proprietário utilizou. Relativamente ao telhado confirmou-se a substituição da telha tradicional (canudo) pela telha lusa, bem como a substituição do sistema de suporte das telhas, preferindo as vigas de cimento aos barrotes de madeira. Esta alteração conduziu à valorização do sobrado, dado que a pendente/ inclinação do telhado aumentou consideravelmente, o que permitiu a sua utilização como espaço de arrumos. O seu acesso era feito quer pela parte exterior da casa, a partir do quintal, quer a partir de uma garagem, através de uma escada de metal, como se verificava na Rua de Mourão, nº 1 (Np 201). As chaminés deixaram de ter a dignidade das tradicionais, na composição da fachada, para se tornarem simples apêndices com o objectivo de aquecer, uma vez

que a função de fumeiro foi transferida para a segunda cozinha por questões relacionadas com a higiene e limpeza da casa. A utilização deste tipo de solução e processo construtivo (betão armado e ferro) e destes elementos decorativos (plaquetas de mármore), expressos na fachada, traduziram em toda a sua radicalidade o corte com o passado das casas de taipa caiadas de branco e de poucas aberturas;

6. No que diz respeito à distribuição do espaço no interior da habitação, constatou-se a substituição de aspectos que eram específicos e axiais das casas de taipa, como foi a casa de entrada. A organização do espaço de circulação nesta nova tipologia perdeu as influências do modelo rural sendo profundamente alterada. A casa de entrada era utilizada pelo proprietário para acomodar a máquina de costura e fazer a renda, mas possuía também funções de recepção dos visitantes. Agora deixou de ser reconhecida como um elemento estruturante da mesma, a partir da qual se fazia a distribuição do espaço para as outras divisões da casa. O corredor, com medidas aproximadas de 1.25m, passou a ser entendido como espaço de recepção dos visitantes e de distribuição para as outras divisões da habitação. A geometrização da planta valorizou-se, conferindo aos seus proprietários uma maior individualização dos espaços e conseqüente privacidade dos diferentes membros da família. No interior destas novas habitações existiam principalmente duas divisões que foram fortemente valorizadas: a cozinha e a casa de banho. A primeira era forrada a azulejos, quer na zona das águas, quer em toda a divisão, com painéis alusivos ao espaço em questão, como pão, cestos de frutas, entre outros. A casa de banho sofreu o mesmo enriquecimento com forras completas de azulejos até ao tecto com painéis, principalmente, de musas. Quer numa, quer noutra divisão, os dourados abundavam tal como um gosto que se pautava pela afirmação da novidade, da riqueza acumulada e por uma necessidade de aspiração social;
7. Alguns emigrantes optaram por fazer obras de grande dimensão nas simples casas que já existiam. Assim, aproveitando a casa de taipa herdada, aproveitaram para fazer obras que consistiram na modificação da estrutura

do telhado e da telha, de aplicação de pavimentos em mosaico, e de azulejos nos corredores, na cozinha, na casa de banho e nalgumas salas. Relativamente à fachada, esta foi valorizada com aplicação de molduras de mármore nas janelas e na porta bem como no soco. Por último procederam a acrescentos significativos na casa: nomeadamente uma marquise, a segunda cozinha, um ou outro quarto, caso a família fosse grande, e a garagem. Estas casas combinavam, assim, os dois sistemas construtivos: a taipa, o betão e o ferro nos acrescentos da casa. Nesta situação encontrava-se a casa nº 4 da Rua das Palhotas (Np 111). Estes emigrantes não conseguiram interiorizar suficientemente estas modernidades, o que resultou objectivamente não na construção de uma nova casa de acordo com as novos parâmetros entretanto apreendidos, mas sim na adaptação da casa familiar a esta nova concepção de habitar. Neste caso a profunda ligação à ruralidade não foi quebrada e, apesar de serem reformados, muitos mantiveram a mesma actividade que exerciam antes de ir para o estrangeiro;

8. Apesar destas modificações introduzidas nas novas habitações e daquelas que foram parcialmente transformadas, encontraram-se elementos de permanência que demonstraram que a desvinculação das práticas culturais rurais não foi totalmente conseguida, principalmente nos seguintes aspectos:

- 8.1. A manutenção do eixo axial/ estruturante de comunicação entre a porta de entrada e a porta do quintal. Neste sentido, assim que o proprietário entrava em casa tinha imediato contacto visual com o quintal. Esta situação foi uma constante nas casas mais antigas, de taipa e manteve-se nas casas construídas recentemente e de raiz, independentemente da forma como o acesso se fazia às garagens ou às dependências agrícolas, isto é, pelo alçado principal da habitação ou pela parte de trás do lote, configurado por outra rua ou por um largo ou terreiro;

- 8.2. A reconstrução de casas já existentes manteve o mesmo alinhamento das ruas que tinham, pese embora, a incorporação de novos elementos decorativos nas mesmas;
- 8.3. As dependências, as arrecadações e os arrumos no quintal mantiveram-se nas novas tipologias de casa, embora incorporadas mais tarde. A construção destes anexos foi a prova confirmada de que a maneira de viver ainda permanecia ligado ao modo de vida rural. Era a apanha da azeitona dos pais ou dos sogros, a festa da matança do porco e as courelas e ferragiais que teimavam em manter esta ligação, ainda muito viva, à actividade agrícola. Porque, apesar de tudo, aquelas actividades traduziam-se numa mais valia financeira para a família e numa forma de matar o tempo, principalmente para os reformados;
- 8.4. Apesar da incorporação do jardim como espaço intermédio entre a rua e a casa, era no quintal que o proprietário continuava a sentir-se mais à vontade e a frequentar, encontrando-se povoado de flores, de árvores de frutos e de canteiros para as ervas aromáticas.

Em termos de síntese, pode considerar-se que a apropriação dos modelos urbanos pelos grupos sociais não foi realizado pelos emigrantes, mas sim por não emigrantes que conseguiram singrar na vida. Esta afirmação resultou da observação, por um lado, do número reduzido de emigrantes e, por outro lado, do papel relativo que tinham na hierarquia social da velha aldeia. Considera-se, portanto, que não tiveram força inovadora suficiente, nem, sobretudo, disponibilidade financeira inicial para incorporar e impor um novo modelo em contraste com o rural.

A formação dos novos líderes iniciou-se a partir e no decorrer da revolução de Abril, quando da ocupação das terras, onde se impuseram e defenderam os mais fracos das imposições dos mais fortes. A partir daqui, com a tomada do poder político e com o próprio progresso económico, foram consolidando a sua riqueza, recentemente adquirida, e progredindo na escala social. Este aspecto foi tanto mais importante quanto se verificou que os proprietários, lavradores e rendeiros, pouco numerosos na freguesia e que estavam no topo da pirâmide social, deixaram o espaço livre para que esta nova gente pudesse tomar o poder político e imprimir influência social e, com

mérito próprio, exercer o poder económico, ao irem para outros centros populacionais mais populosos. Também os seus descendentes procuraram outras formas de subsistência e outras profissões, o que provocou e confirmou um afastamento gradual da aldeia da Luz da anterior liderança.

Assim, os primeiros líderes sociais que se afirmaram fizeram-no pela capacidade de persuasão em relação aos outros, uma vez que a sua origem foi idêntica aos demais habitantes da Luz, ao nascerem com muitas restrições económicas. Após a conquista do poder político, começaram a desenvolver o seu poder económico relacionado em primeiro lugar com a actividade agrícola. Só mais tarde, é que conseguiram impor-se outros protagonistas que não tinham como sustento a agricultura, mas sim outro tipo de actividade económica, como a construção civil ou o pequeno comércio.

A construção das casas foi sendo gradualmente executada conforme a disponibilidade financeira dos seus proprietários, o que demonstrou as fragilidades de afirmação deste novo modelo mais urbano e desta nova forma de habitar, bem como do facto de apenas existir uma casa de primeiro andar, que, pelas suas dimensões e adornos decorativos, se destacava dentro do contexto da aldeia da Luz, passando a ser o novo tipo de casa referência para os grupos sociais, com mais elevadas aspirações sociais e económicas (habitação sita no Largo da Escola, nº 1 (Np 606)).

No entanto importa referir que a permanência das casas, cuja solução construtiva utilizada assentava nas técnicas e nos materiais tradicionais, era feita através das que se encontravam desocupadas ou fechadas uma vez que os donos se encontravam noutras localidades ou regiões do país, ou minoritariamente no estrangeiro. Neste caso, o afastamento da aldeia ou a sua frequência apenas nas alturas das festas, em particular a da padroeira, contribuiu para o não investimento nas habitações conducentes a torná-las mais confortáveis. As transformações que lhe foram aduzidas prenderam-se, essencialmente, com a manutenção das casa nas mínimas condições de habitabilidade. Um segundo aspecto relacionou-se com as camadas mais empobrecidas que não possuíam o desafogo financeiro suficiente para poderem fazer obras de beneficiação nas suas casas. Por último, os habitantes da Luz, com maior disponibilidade financeira e detentores de maior cultura, valorizaram o tipo de casas antigas e, quando faziam obras, respeitavam e utilizavam os materiais e

as técnicas construtivas tradicionais, mantendo nas suas casas a mesma linguagem, texturas e funcionalidades.

Neste contexto, é de salientar o esforço explícito dos proprietários em valorizar as suas habitações como sinais de referenciação e projecção social, de acordo com a sua capacidade de investimento e gosto pessoal. Este crescendo verificou-se principalmente a partir da Revolução de 74 e consolidou-se na década de 80. No entanto a partir do momento em que se começou a falar mais insistentemente na barragem de Alqueva, este ímpeto foi travado conforme expressaram não só os habitantes da Luz, bem como os autarcas.

O início do processo de reinstalação da aldeia da Luz trouxe ao de cima a diferenciação social espelhada na casa de habitação, em geral, e, em particular, na forma como estas se apresentaram ao nível dos acabamentos. Ao nível das transformações das habitações, foram identificadas três situações diferentes. Uma em que as casas não sofreram qualquer tipo de intervenção, por mais pequena que fosse. Uma segunda onde os seus proprietários introduziram algumas obras de valorização e de conforto, nomeadamente com a aplicação de mosaico nos pavimentos, principalmente no corredor e na cozinha, e pela criação de uma casa de banho, com aplicação de azulejos nas paredes e a incorporação de alguns elementos decorativos no alçado principal. A última diz respeito a casas construídas de raiz ou, então, a casas antigas mas que sofreram profundas alterações. No entanto é de salientar que em ambas as situações se tornou intocável o eixo axial que ligava a porta da rua à porta que dava acesso ao quintal, permitindo o contacto visual imediato com o quintal, com a paisagem.

Em suma, verificou-se assim um forte desejo de mudar, de procurar novas soluções que se traduziam num acréscimo de conforto e numa forma de ascender socialmente. A história da aldeia da Luz expressou-se nestas sucessivas transformações que espelhavam o dinamismo social e económico da comunidade. A aldeia da Luz, não permaneceu uma comunidade fechada para o mundo mas evoluiu e estava a transformar-se, resultando daqui a dialéctica entre a tradição e a inovação, independentemente dos predicados de cada uma.

A manutenção da traça tradicional nas habitações foi paradoxalmente apanágio dos mais ricos (com mais cultura e posses) e dos mais pobres (que não

podiam introduzir inovações e alterações. Esta situação era particularmente visível na Rua de Trás, núcleo primitivo da aldeia da Luz.

PARTE II

PLANO DE SALVAGUARDA E MINIMIZAÇÃO DE ALQUEVA: PROCESSO DE REINSTALAÇÃO DA LUZ

Este capítulo procura traçar cronologicamente as principais fases do empreendimento de Alqueva desde a sua concepção até aos estudos de impacto ambiental e às decisões governamentais para a materialização do projecto.

Nesta parte do trabalho pretende-se mostrar as grandes linhas de actuação e as diferentes medidas de minimização que a empresa promotora de Alqueva desenvolveu por forma a diminuir os impactos negativos sobre o concelho de Mourão. Foi a partir desta filosofia de intervenção que se delineou o museu como medida de compensação e, mais tarde, se incorporou o sítio arqueológico romano da Juliôa 24.

4.1. Objectivos e princípios gerais da intervenção

Há mais de cem anos que existem registos sobre a necessidade de criar um projecto de barragem no Rio Guadiana.

As intenções começaram a materializar-se, enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos, em 1957, a partir do qual foi criado formalmente o Plano de Rega do Alentejo.

Cerca de onze anos mais tarde (1968), foi assinado o Convénio Internacional Luso Espanhol atribuindo a Portugal a exploração hidráulica do troço internacional do Guadiana, entre a confluência do rio Caia e a ribeira de Cuncos, que previa a construção da barragem de Alqueva, elemento fulcral do EFMA.

A partir de meados da década de 70 (1976), começaram timidamente as primeiras obras da barragem bem como as primeiras deslocações de pessoas para verem a grande barragem que personificava a grande esperança dos alentejanos. Estas primeiras obras traduziram-se principalmente na construção do túnel de desvio do rio e da ensecadeira.

No final da década de 70 (1978), as obras foram interrompidas, originando um compasso de espera de cerca de quinze anos. Entrou-se numa fase de estudos e avaliações, nomeadamente de impacto ambiental, até 1993, quando o Governo Central decidiu retomar novamente o projecto de Alqueva, dando origem à criação da

Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva que procedeu ao lançamento dos primeiros concursos internacionais. A Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva conduziu à criação da EDIA, S. A. – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva -, em 1995, e em 1998 deram-se início às primeiras betonagens do corpo central da barragem.

Segundo informação no site da EDIA (<http://www.EDIA.pt>), a barragem de Alqueva tem uma altura máxima de 96m (o equivalente a um prédio de 37 andares), e um espelho de água que se estende por 83 Km, banhando os concelhos de Portel, Mourão, Reguengos e Alandroal. Irá possuir um volume total de 4.150 hm³, sendo de 3.150 hm³ a sua capacidade útil e para a sua construção foram necessários um milhão de metros cúbicos de betão.

Citando o folheto divulgado pela própria empresa, «o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) comporta uma atitude estratégica na utilização dos recursos e no aproveitamento das potencialidades existentes na região, visando os seguintes objectivos gerais:

1. Constituir uma reserva estratégica de água;
2. Garantir o abastecimento regular de água;
3. Criar um instrumento estruturante para o desenvolvimento do Alentejo;
4. Alterar os modelos de especialização da agricultura no sul do País;
5. Reforçar a capacidade instalada para produção de energia eléctrica;
6. Criar potencialidades turísticas;
7. Combater a desertificação física e as alterações climáticas;
8. Intervir organizadamente nos domínios do Ambiente e Património;
9. Dinamizar o mercado de emprego regional».

São estes pois os grandes vectores de actuação que o empreendimento pretende materializar nos anos mais próximos. Assim sendo, foram estes pressupostos de operacionalização que serviram de base de sustentação conceptual conducente à origem, formulação e realização do logotipo e símbolo da empresa.

Relativamente à localização da barragem, foi escolhido o local do rio Guadiana a jusante da confluência do Degebe e a montante da confluência do rio Ardila, no «(...)

único acidente fisiográfico capaz de permitir uma maior capacidade de encaixe e de armazenamento de água na região, permitindo proporcionar uma maior disponibilidade de água» (Seia, 1995: 19).

Paralelamente produziram-se vários estudos de impacto ambiental integrado que despistavam problemas e apontavam soluções para as grandes e sensíveis questões que um empreendimento desta natureza levantava, consubstanciando as decisões governamentais. Tais estudos tinham como objectivo a «(...) caracterização e avaliação do Impacte Ambiental induzido pelo futuro Empreendimento de Alqueva na região Alentejo, e a identificação das medidas de minimização e de compensação dos impactos ambientais negativos ou que permitam uma gestão do empreendimento ambientalmente enquadrado» (Seia,1995:3). Estes estudos de impacto ambiental integrado deram especial destaque (Seia, 1995)

(...) aos aspectos ambientais a nível biofísico, considerando-se que a componente sócio - económica não pretende nem pode substituir os vastos estudos sócio-económicos já desenvolvidos para este importante projecto. O mesmo acontece com os estudos sociológicos de suporte ao realojamento das populações mais afectadas, em particular a Aldeia da Luz, que têm estado a ser desenvolvidos (p. 3).

Assim, o concelho de Mourão e, em particular a aldeia da Luz, dada a sua submersão, iriam sofrer impactos negativos muito significativos. Então considerou-se fundamental proceder a estudos de aprofundamento do conhecimento sobre a região por forma a definir objectivamente as medidas de minimização dos impactos negativos daí decorrentes, de acordo com um enquadramento ambiental e visando um desenvolvimento sustentável. Isto porque se pretendia que os aspectos relacionados com os factores económicos não asfixiassem a memória colectiva das gentes que protagonizaram a ocupação humana nesta região em particular, patente nos mais variados testemunhos materiais e imateriais, destinados às sucessivas gerações e que contribuíssem de forma decisiva para a identidade cultural duma região, dum concelho, duma comunidade.

Para melhor compreensão da complexidade do Projecto de Alqueva e das suas múltiplas fases de concretização, veja-se o quadro comparativo nº 9, entre a

realização da barragem de Alqueva e a evolução dos trabalhos de mudança da aldeia até à inauguração do museu da Luz.

Quadro Nº 9

CRONOGRAMA COMPARATIVO DO PROJECTO INTEGRADO DE ALQUEVA (Aldeia Da LUZ)

DATA	PROJECTO DE ALQUEVA	DATA	PROJECTO DE REINSTALAÇÃO DA ALDEIA LUZ
1957	Referências ao projecto de Alqueva no Plano de Rega do Alentejo		
1968	Celebração do Convénio Luso-Espanhol relativamente à utilização dos rios internacionais		
1875/ 1979	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovação pelo governo da realização do Projecto de Alqueva ▪ Início das obras ▪ Interrupção das obras 		
1980	Resolução do Conselho de Ministros, nº 395/80, promovendo a retoma dos trabalhos na barragem de Alqueva		
		1981/ 1982	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de alguns documentos que contribuíram para definir as opções sobre a construção da nova aldeia da Luz <ul style="list-style-type: none"> ▪ Despacho Conjunto nº 117-A/81 (conduziu à criação da Comissão de Reinstalação da Aldeia da Luz) ▪ Proposta conjunta da Câmara Municipal de Mourão e Junta de Freguesia da Luz ▪ Relatório Interministerial
1985/ 1993	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização dos estudos de Impacto Ambiental ▪ Avaliação global dos impactos ▪ Decisão do governo em retomar o projecto ▪ Criação da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva (CIEA) que dois anos mais iria dar origem à EDIA, S. A. (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva) 		

continua

DATA	PROJECTO DE ALQUEVA	DATA	PROJECTO DE REINSTALAÇÃO DA ALDEIA LUZ
1995/ 1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Retoma dos trabalhos em Alqueva ▪ Adjudicação da empreitada principal de construção da barragem e da central ▪ Consolidação do envolvimento da União Europeia no Projecto através da aprovação do PEDIZA (Programa Especifico de Desenvolvimento Integrado da Zona do Alqueva) 	1995/ 1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta da Junta de Freguesia sobre a sua posição relativamente ao processo de reinstalação ▪ Protocolo entre a Câmara Municipal de Mourão e a EDIA S.A ▪ Concurso Público Internacional para a elaboração do Projecto do Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz ▪ Realização da recolha etnográfica pelas autarquias (realização de uma exposição) ▪ Criação do GRAL na Luz (Gabinete para a Reinstalação da aldeia da Luz), integrando elementos nas áreas de Arquitectura, Investigação Social, História, Assistência Social, Psicologia, Direito, Ambiente e Eng. Agrícola ▪ Aprovação do Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz ▪ Adjudicação da empreitada de construção civil da Nova Aldeia da Luz ▪ Início do Estudo Prévio de Emparcelamento Rural e Reestruturação Fundiária ▪ Estudo do Impacto Ambiental da Nova Aldeia da Luz ▪ Início do processo de concertação das habitações com a população da Luz ▪ Início das campanhas arqueológicas na Juliôa 24 (de 1997 a 2000)
1998	Início das betonagens na Barragem (Maio)	1998	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização das primeiras terraplanagens para a construção da nova aldeia ▪ Promoção pela EDIA de uma iniciativa com os jovens luzense através do programa JVC, para fomentar o diálogo inter-geracional ▪ Consulta para elaboração de projectos de execução - UP4 (museu, igreja e cemitério) ▪ Proposta para a Elaboração de Projecto de Execução da Unidade de Projecto 4 (a incluir um programa museológico com as áreas de Museologia, Antropologia e história)
		1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração do Projecto de Assistência Técnica ao Museu (equipa externa com as valências de Museologia, Arquitectura, Antropologia, História, Audiovisuais e Arquitectura Paisagística)
		2000	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acções de sensibilização da população para a problemática do museu na nova aldeia ▪ Realização da exposição "Memória de uma aldeia" numa parceria entre a EDIA, as autarquias e a população ▪ Recolha efectiva de materiais etnográficos pela equipa externa dentro do âmbito do Projecto de Assistência Técnica ao Museu da Luz (cont.)

Continua

DATA	PROJECTO DE ALQUEVA	DATA	PROJECTO DE REINSTALAÇÃO DA ALDEIA LUZ
2002	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fecho das comportas e início da subida das águas (8 de Fevereiro) 	2002	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão da Nova Aldeia da Luz ▪ Trasladação do cemitério da antiga aldeia da Luz ▪ Destacamento e remoção das cantarias dos túmulos mais antigos para o novo cemitério ▪ Demolição do cemitério ▪ Início da mudança de pessoas e bens para a nova aldeia da Luz ▪ Realização da última festa da padroeira na antiga aldeia da Luz ▪ Abertura do ano escolar na nova aldeia ▪ Destacamento e remoção das pinturas murais e das cantarias da antiga para a nova Igreja N. S. da Luz ▪ Escavações arqueológicas no interior e exterior da Igreja de N. S. da Luz ▪ Demolição da Igreja de N. S. da Luz e Praça da Touros ▪ Inauguração da nova aldeia (19 de Novembro)
2003	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrada em funcionamento do grupo nº2 da Central Hidroeléctrica 	2003	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Última recolha sistemática a todas as casas da aldeia, já sem as pessoas nas casas de habitação ▪ Identificação e destacamento dos elementos patrimoniais da antiga aldeia (vergas de chaminé, nichos, prateleiras e pavimentos em xisto, telha tradicional...) ▪ Demolição da antiga aldeia da Luz ▪ Acondicionamento dos bens patrimoniais recuperados nas casas da velha aldeia num parque na nova Luz ▪ Conservação e restauro dos testemunhos culturais que constituem a colecção do museu ▪ Inauguração do museu da Luz (22 de Novembro 2003)

4.2. Âmbito de gestão do Plano de Minimização dos Impactos de Alqueva

4.2.1. Medidas de minimização

A construção de uma barragem com as dimensões da de Alqueva implicou uma profunda alteração na paisagem ocupada pelo homem, portadora de história e cultura próprias que importa compatibilizar com uma obra desta magnitude. A partir desta constatação tentou-se criar um compromisso de minimização dos impactos na zona territorial de Alqueva e não só, através de um programa de trabalho de campo arqueológico e ambiental, de âmbito mais técnico-científico. Na mesma linha delineou-se uma estratégia para permitir que a população em geral participe e principalmente receba algumas contrapartidas do investimento efectuado. Foi neste

sentido que se tornou «(...) imperioso levar o processo às suas últimas consequências, tanto no domínio científico (estudo, integração e publicação dos novos dados) como no domínio social, através da musealização e da valorização do espólio material recuperado ou da potenciação cultural dos novos ensinamentos conseguidos» (Silva e Lança, 2001: 3).

Se numa primeira fase se visou a materialização objectiva dos trabalhos a efectuar, a partir do momento em que os primeiros estudos dos vestígios se concluíram, entrou-se numa nova etapa destinada a transmitir essa informação à sociedade quer através de folhetos, brochuras, livros, exposições, quer com a realização de colóquios.

Assim realizou-se, em Novembro de 1996, o 1.º colóquio em Moura, onde foi divulgado o resultado das prospecções na zona de Alqueva e discutidas as estratégias a seguir para a fase de minimização dos impactos. O 2.º colóquio decorreu em Fevereiro de 1999, na cidade de Beja, e efectuou um primeiro balanço dos trabalhos de campo. O 3.º colóquio, realizou-se em Fevereiro de 2001, na Universidade de Évora, e divulgou as conclusões dos trabalhos técnico-científicos inerentes às escavações arqueológicas levadas a cabo pelas diferentes equipas no terreno. Estes trabalhos inscreviam-se «(...) necessária e simbolicamente nesta política de envolvimento social, procurando assinalar de forma inequívoca e decisiva um pacto de cumplicidade entre a cultura e o desenvolvimento» (Silva e Lança, 2001: 3).

Assim, e englobada na medida A do plano de minimização dos impactos de Alqueva, foram previstas várias acções:

1. Na zona da nova aldeia da Luz: trabalhos relacionados com sondagens e escavações arqueológicas, desmantelamento da Igreja Matriz, musealização e integração urbanística do sítio da Juliã 24;
2. No Castelo da Lousa: escavações arqueológicas, execução de medidas de salvaguarda e registo para a museografia.

Considerando-se o património cultural como uma base fundamental para se validar e proporcionar um desenvolvimento sustentado desta região, foi assinado um convénio, em 1997, entre as cinco autarquias do regolfo (Alandroal, Reguengos, Portel,

Moura e Mourão), que definiu as regras de articulação e equilíbrio a que deveriam obedecer as acções de minimização dos impactos negativos.

Assim, «(...) no contexto do programa de reinstalação da "Aldeia da Luz", está prevista uma unidade museológica na qual a memória das ruínas romanas do Castelo da Lousa e do respectivo contexto histórico, não deixarão de ter uma presença muito especial» (Silva e Lança, 2001: 16).

Uma vez definida a zona de implantação da nova aldeia, conjuntamente com a propriedade rústica de menor dimensão (ferragiais e courelas), considerou-se esta uma área prioritária para efectuar estudos arqueológicos. Esta necessidade prendeu-se, por um lado, com o facto de ser necessário executar grandes movimentações de terra e, por outro lado, confirmar se existiam ou não alguns indícios de testemunhos que pudessem ser objecto de escavações e por isso entrar em conflito com as obras necessárias para a construção da nova aldeia.

Estes trabalhos preliminares estiveram afectos directamente à Direcção de Ambiente e Património, através da participação directa do Núcleo de Arqueologia e Património, que, depois da identificação de todos os arqueosítios da zona referida, procedeu a sondagens arqueológicas. Entre estes, destacou-se o casal romano, designado por Juliôa 24, pela pertinência dos testemunhos e da estrutura arquitectónica encontrada.

Esta descoberta teve como consequência directa dois aspectos fundamentais. O primeiro relacionado com o campo de futebol da nova aldeia uma vez que a sua implantação estava prevista precisamente na zona do arqueosítio Juliôa 24, o que conduziu à sua realocação num local diferente. O outro aspecto fundamental foi o surgimento desta nova estrutura que em termos arquitectónicos nos mostra a «(...) presença de uma habitação rústica romana (sécs. I-III) vocacionada para a agricultura (...)» (Lança, 2000: 1), o que de certa forma permitiu compensar a perda do Castelo da Lousa. A ocupação romana passou a ser evocada também através deste testemunho, mantendo-se o elo identitário e a presença de vestígios de ocupação romana com os quais a comunidade luzense tanto se identifica.

Dentro do quadro de minimização dos impactos negativos promovidos pela EDIA e com a concordância da Fábrica da Igreja Paroquial da Luz, Junta de Freguesia, Câmara Municipal de Mourão, bem como da comunidade paroquial, durante o processo

de desmontagem da igreja, procedeu-se a um conjunto de medidas minimizadoras com o objectivo de recolher o máximo de informação possível sobre o imóvel em questão.

Neste sentido, realizaram-se diferentes estudos preliminares por forma a conhecer o edifício e permitir definir com maior exactidão o tipo de intervenção a acompanhar o processo de desmantelamento.

Tendo as entidades envolvidas perfeita consciência da importância que a Igreja Paroquial da Luz representa para a comunidade, a EDIA S.A. , através do Núcleo de Arqueologia e Património, encomendou um estudo sobre as pinturas murais da Igreja de Nossa Senhora da Luz com vista a obter informação sobre a qualidade e a simbologia das pinturas existentes. Com a deslocação de uma equipa de especialistas, e executadas algumas sondagens nas paredes, traçou-se um panorama sobre a qualidade das pinturas e, dentro dessas, quais as mais representativas e mais qualificadas, passíveis de se poderem destacar para a nova igreja da Luz.

Assim, efectuou-se um estudo focalizado nas pinturas existentes na igreja que conduziu à realização de pequenas sondagens nas paredes interiores e exteriores. Este estudo tinha como objectivo identificar, caracterizar e definir quer a extensão das pinturas quer a sua pertinência, bem como apontar soluções técnicas para destacar as pinturas mais significativas deste edifício. Os outros estudos revestiram-se de um cunho mais documental uma vez que se procedeu a uma investigação nos centros documentais de Lisboa, Évora e na sede de concelho por forma a obter o máximo de informação sobre o culto de Nossa Senhora da Luz e da própria edificação da igreja.

Como resultado destes estudos e da própria sensibilidade das diferentes instituições envolvidas, a EDIA S.A. promoveu a adjudicação de trabalhos de arqueologia quer no interior da igreja, quer no exterior para aferir se existiam ou não outras estruturas anteriores. Foram destacados as pinturas mais representativas da igreja, nomeadamente as que estavam no arco triunfal que reproduzia a lenda da aparição da Nossa Senhora da Luz sobre uma azinheira ao pastor Adriano e as dos altares laterais de Nossa Senhora do Rosário e Senhor Crucificado.

No entanto, primeiro procedeu-se ao levantamento pormenorizado da Igreja de Nossa Senhora da Luz, dentro do âmbito da equipa projectista ganhadora da UP4 que englobava a Igreja Paroquial, o cemitério e o museu na nova aldeia. Esta equipa iniciou um «(...)trabalho de pesquisa através da análise detalhada da igreja, do seu

desenho, das tentativas de reconstituição de uma cronologia formal possível e de toda a informação sobre a sua história (...)» (Pacheco, 1999:7) uma vez que, e segundo o mesmo autor, era fundamental que no processo de reconstrução da Igreja da Luz fosse possível «(...) transportar a essência da sua memória, conhecer e compreender a sua história para poder propor uma (re)construção adequada» (Pacheco, 1999: 7).

Uma vez definida a filosofia/ concepção e a linha estruturante da (re)construção da Igreja Paroquial da Luz, realizaram-se outros trabalhos com vista à minimização dos impactos negativos, salientando-se os de destacamento das pinturas murais e das sondagens arqueológicas no interior e exterior da Igreja, iniciados em Outubro/ Novembro de 2002.

Relativamente ao destaque e montagem em suporte das pinturas murais da Igreja Matriz da aldeia da Luz aplicou-se «(...) facings protectores da camada pictórica e o modo de separar a pintura do seu suporte arquitectónico por meios de um corte paralelo ao muro» (Caetano,2003:5). Depois dos tratamentos técnicos necessários, nomeadamente do acerto do suporte à pintura, da aplicação de novas massas de cal e areia nas lacunas da pintura, das limpezas das pinturas e da reintegração cromática das lacunas da camada pictórica, procedeu-se à fase final correspondente à colocação das pinturas na nova Igreja da Luz onde «(...) foi decidido que não se tapariam as juntas correspondentes à união das várias secções de pintura» (Caetano,2003: 18). Esta decisão teve como filosofia subjacente o facto de que «(...) estas pinturas foram deslocadas de outro edifício e acolhidas neste, trazendo consigo uma história da qual alguns dos sinais visíveis são, precisamente, os cortes a que foi submetida» (Caetano, 2003: 18).



Foto 35 – Aplicação da pintura mural na nova igreja Matriz

Depois do trabalho concluído, as pinturas ganharam novamente um grande destaque e concitaram as atenções de todos aqueles que entraram na igreja. A valorização das pinturas acrescentou uma dimensão estética considerável à nova Igreja, destacando-se como uma peça que marcou a memória colectiva daquela comunidade. O passado reconstruiu-se com a tecnologia disponível do presente, permitindo projectar consistentemente o futuro.

Relativamente aos trabalhos arqueológicos foram feitas várias sondagem nos seguintes locais:

1. Sondagem 1 (dentro da Igreja, encostada a meio da parede sul);
2. Sondagem 2 (junto à parede norte, do lado de fora da Igreja);
3. Sondagem 3 (junto à parede sul da capela-mor, no interior da sacristia);
4. Sondagem 4 (nas traseiras da Igreja);
5. Sondagem 5 (na entrada da Igreja, junto ao portal de entrada);
6. Sondagem 6 (interior da Igreja, entre a capela-mor e o corpo central).

Relativamente aos materiais, foram encontradas algumas cerâmicas comuns, vidros de chumbo, faianças, alguns metais, vidros, contas e cabedais. Quanto aos ossos humanos exumados na Igreja de Nossa Senhora da Luz foram estudados no laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia – Departamento de Antropologia – Universidade de Coimbra.

Quanto à fundação da igreja, as sondagens arqueológicas efectuadas vieram «(...) comprovar a sua origem de finais do século XV, com a particularidade de se ter encontrado o piso do adro da capela com uma moeda no seu assentamento que data deste período» (Archeo/estudos, 2003:26).

Paralelamente à conclusão destes trabalhos, efectuava-se o destacamento de todos os elementos de cantaria para serem recolocados na mesma posição na nova igreja Matriz.

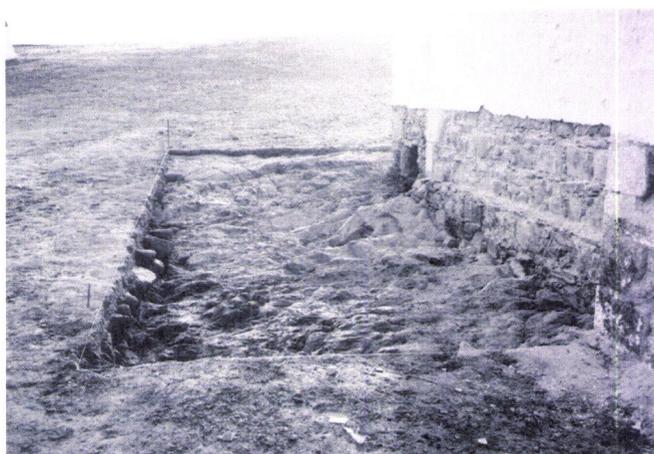


Foto 36 – Sondagens arqueológicas na antiga Igreja de N. S. da Luz

Só decorridos estes trabalhos, é que se começou a fase de entulhamento das sondagens arqueológicas e de seguida a demolição propriamente dita. A demolição foi acompanhada não só pela equipa de arqueólogos da EDIA S.A, bem como de técnicos do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) por forma a acautelar a recolha de elementos arquitectónicos que eventualmente estivessem no interior das paredes. Naturalmente que todo o processo de estudos que antecedeu a demolição, incluindo esta, foi registado nos mais diversos suportes para a posteridade.



Foto 37 – Demolição da antiga Igreja Paroquial da Luz

Relativamente ao Castelo da Lousa realizaram-se novas sondagens arqueológicas com equipas diferenciadas, conforme foi anteriormente referido, cujas novas descobertas trouxeram novas informações complementares, mas que não conseguiram definir objectivamente a razão da sua edificação naquele local.

Assim, e depois de ser estudado exaustivamente e de se fazerem vários debates e colóquios sobre esta temática, lançou-se outro desafio à comunidade científica sobre o que fazer ao Castelo da Lousa face à evidência de ficar submerso pelas águas do Rio Guadiana. Depois da EDIA S.A. promover debates sobre esta matéria e efectuado o estudo pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) sobre a resistência das estruturas e métodos para a sua preservação, procedeu-se à aplicação de medidas de minimização dos impactos negativos através da consolidação e defesa das suas paredes estruturais e secundárias por sacos cheios de geoteste por forma a proteger este monumento da força das águas. Estas medidas terão como propósito permitir que, por um lado, quando a barragem for desactivada, daqui aproximadamente a cem anos, se possam iniciar novos estudos com novas tecnologias e metodologias de modo a encontrar um entendimento consensual sobre o seu propósito e, por outro lado, manter ou recuperar um elemento estruturante e consolidador da memória colectiva da aldeia da Luz.



Foto 38 – Vista aérea do Castelo da Lousa (EDIA)



Foto 39 – Castelo da Lousa: medidas de minimização dos impactos negativos

Naturalmente que o espólio encontrado no Castelo da Lousa está a ser estudado para posterior aplicação no Museu da Luz, em particular o altar que foi encontrado nos últimos trabalhos realizados por uma equipa alemã da qual se aguarda o relatório final.

No que diz respeito ao cemitério, importa salientar que dentro do quadro de minimização dos impactos negativos estes ocorreram em dois níveis diferentes. Em primeiro lugar, em termos psicossociais, desenvolveu-se uma filosofia de actuação, traduzida numa metodologia que visava, em termos gerais, os seguintes objectivos:

1. Envolvimento alargado do maior número possível de instituições locais e regionais, directa ou indirectamente relacionadas com a trasladação do cemitério da Luz;
2. Envolvimento directo de alguns elementos da comunidade no processo para se manter o elo de confiança entre a equipa técnica e a população, tornando-se num processo onde todos estavam unidos e mobilizados para um objectivo comum;
3. Trasladação de todos os indivíduos sepultados, tendo como premissas o critério por famílias e por ordem de antiguidade;
4. Actuação rápida no processo de trasladação pois havia a consciência que nos dias durante a qual decorria a trasladação, seria bastante pesado o ambiente da aldeia;
5. Preservação da intimidade e dignidade do acto da trasladação;
6. Salvaguarda e respeito pelas regras de saúde pública e segurança no cemitério;
7. Desenvolvimento de acções de acompanhamento psicossociológico e assistencial às famílias;
8. Minimização dos efeitos psicossociais;
9. Realização da trasladação por um percurso que não passasse pelo interior da aldeia.

Numa segunda fase foram destacados todos os elementos decorativos existentes nas campas, numerados e posteriormente colocados no mesmo sítio. No que diz respeito às sepulturas mais antigas, foram retirados os elementos de cantaria mais antigos, tal como o obelisco ou uma pedra tumular em xisto e em forma antropomórfica, que foram posteriormente colocadas nos respectivos túmulos.

Para a realização e minimização dos impactos do processo de trasladação foi extremamente importante a disponibilização da informação à população, através de várias reuniões abertas. De igual modo, o envolvimento da Junta de Freguesia da Luz e dos luzenses e o levantamento rigoroso, em termos arquitectónicos, do cemitério permitiram que o processo de trasladação decorresse serenamente e possibilitaram o aproveitamento das cantarias mais antigas nos novos "ocos". Quanto à demolição do

cemitério esta efectuou-se no verão de 2002, entre 17 de Julho e 8 de Agosto. A solução defendida foi a de demolir e selar com betão, o cemitério sendo este último integrado na paisagem uma vez que a aldeia continuou habitada durante mais algum tempo. Depois destas operações realizadas, quem olhava para o antigo local apenas visualizava a paisagem sem qualquer tipo de construção. O velho cemitério desapareceu do seu local habitual e apareceu na nova aldeia.

De salientar que, no sentido de salvaguarda do património material, se realizaram na antiga aldeia da Luz alguns trabalhos de picagem das paredes de uma habitação existente na Rua de Trás, nº 20, com o intuito de se obter mais informação sobre a morfologia interna da casa. A informação obtida não foi relevante, permitindo apenas confirmar o núcleo primitivo da habitação.



Foto 40 – Desmantelamento da aldeia: selecção dos bens patrimoniais

O próprio processo de desmantelamento da antiga aldeia da Luz foi conduzido de modo a ter em conta a minimização dos impactos negativos. Procedeu-se à identificação e remoção dos elementos construtivos considerados elementos patrimoniais como as telhas tradicionais, os barrotes de madeira que sustentavam o telhado, todas as cantarias existentes nas casas como as vergas das chaminés, as prateleiras e os nichos de xisto, os pavimentos em xisto e em baldosa. De igual modo se recolheu grandes quantidades de pedra de xisto que formavam os muros que delimitavam a propriedade rústica na imediações da aldeia.

Esta medida de minimização de salvaguarda do património material e imaterial desenvolvidas pela EDIA S.A. gerou grandes quantidades de informação que deverão

ser valorizadas devidamente. O espólio, nomeadamente o arqueológico, irá ser incorporado no museu da Luz.

Ao se salvaguardar os testemunhos materiais e imateriais da memória colectiva desta comunidade, pretende-se que a valorização daquela por parte dos luzense se traduza não só num enriquecimento dos estudiosos mas também consiga galvanizar os seus habitantes para a construção do futuro através de projectos de dinamização cultural.

Este tipo de atitude e de filosofia foi de grande importância para o equilíbrio psicossocial da população aldeia.

PARTE III

CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO AUTÁRQUICO E TUTELA DO MUSEU

Neste capítulo pretende-se analisar a distância existente entre as pretensões assumidas pelas autarquias e o confronto posterior destas com um equipamento cultural que suplantou todas as expectativas. A exigir uma manutenção quer em recursos humanos, quer em termos técnicos e financeiros, a situação deste equipamento foi insuficientemente enquadrada na fase inicial. Com a integração dos vários núcleos, os recursos para a manutenção desta estrutura aumentaram consideravelmente. Assim salienta-se o facto de o museu da Luz resultar da interligação de várias entidades que permitiram a sua viabilidade e com particular destaque para a EDIA, a Câmara Municipal de Mourão, a Junta de Freguesia da Luz e a população através da doação dos seus objectos.

5.1. Instrumentos reguladores e órgãos de gestão

5.1.1. Tutela, gestão e enquadramento orgânico

A pretensão legítima da criação do Museu da Luz, ambicionada desde 1981 e formalmente apresentada ao governo central pelas autarquias locais, levantou problemas relativamente à sua propriedade, a saber:

1. Como forma de reforçar a legitimidade das medidas compensatórias as autarquias reuniram-se e ambas subscreveram uma acta onde se apresentava um conjunto de medidas compensatórias dados os impactos negativos que este concelho iria sofrer com o enchimento da albufeira à cota máxima;
2. Ambas as instituições, Câmara Municipal de Mourão e Junta de Freguesia da Luz, nunca possuíram qualquer experiência e conhecimento deste tipo de práticas museológicas. O que espelha a sensibilidade ou a falta dela para este tipo de equipamento cultural;

3. Como acréscimo ao ponto anterior, salienta-se o facto de ser notória a falta de capacidade financeira, principalmente por parte da Junta de freguesia da Luz, para a conseguir erguer e manter aquele complexo;
4. Por último, uma vez que este tipo de equipamento nunca foi prioridade das autarquias, existem fortes constrangimentos ao nível de pessoal habilitado de modo a manter um nível qualificado de actuação e manutenção daquele espaço museal.

Frente a este quadro constrangedor, que em nada augura de bom para este equipamento cultural de referência dado o alto nível de especialização que exige, importa procurar alternativas ou compromissos transitórios até se esclarecer as próprias instituições a interiorizarem a necessidade de investimento aos mais variados níveis para garantirem uma manutenção e intervenção museológica de referência no panorama museológico do país.

Assim, em primeiro lugar, resulta fundamental esclarecer e definir a titularidade jurídica dos outros núcleos que compõem o complexo museológico da Luz. Esta condição é fulcral tendo em vista a diminuição dos atritos e o estabelecimento de uma base consistente de trabalho de modo a delinear um projecto de partilha de responsabilidade, onde todas as instituições trabalhem com o mesmo objectivo: a preservação, valorização e divulgação do complexo museológico da Nova Aldeia da Luz.

O insuficiente enquadramento dos problemas de manutenção de uma estrutura museal com padrões de qualidade elevados torna-se objectivamente num problema para o qual é necessário encontrar respostas e acima de tudo parcerias que permitam encontrar soluções de compromisso válidas. A manutenção de uma estrutura museológica como a do museu da Luz exige a gestão de recursos humanos, técnicos e financeiros que as autarquias gradualmente terão de assumir.

Diferentes entidades envolvidas no projecto museológico da Luz: a EDIA S.A., entidade promotora e que assegura presentemente a manutenção do museu, a população, que facultou os objectos que permitiram a realização das exposições inaugurais e respectiva colecção do museu, e por último, as autarquias. É neste conjunto de entidades que se deve procurar uma solução que permita a manutenção

financeira desta instituição com os padrões de qualidade que presidiram à sua realização.

Quanto ao cemitério, afigura-se clara a sua titularidade jurídica. Foi consensualizada e atribuída a sua propriedade à Junta de Freguesia da Luz. Relativamente ao Monte dos Pássaros de Baixo, juridicamente este pertence à EDIA S.A.. No que diz respeito à Igreja de Nossa Senhora da Luz, esta é propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Luz.

No tocante ao Museu, a concepção e execução foram promovidas pela EDIA S.A. existindo, no entanto, algumas questões importantes a aferir, nomeadamente a propriedade do imóvel e a entidade gestora do mesmo.

Em relação aos testemunhos culturais que constituem o acervo do museu, é igualmente necessária definir-se a sua propriedade uma vez que, se em relação a algum espólio não existe qualquer tipo de dúvida, como o pertencente e o que foi doado à Junta de Freguesia da Luz bem como de alguns habitantes que, receptivos à iniciativa de recolha das peças museológicas, não hesitaram em doar os bens, já relativamente a algumas peças levantam-se algumas dúvidas. Não pelo facto de terem sido doadas ao museu, mas porque os seus proprietários repensaram, passando a reclamá-los. Perante esta incerteza e conhecendo profundamente as gentes locais, é necessário resolver o mais rapidamente possível esta situação, pois basta que algum dos líderes de opinião levante esta questão para que a situação se torne mais complicada.

Para além destas questões, importa também definir a entidade gestora e integradora do complexo museológico da Luz para se desenhar e aplicar uma *práxis* museológica cuja formulação, articulação e integração seja interiorizada e assumida pelas diferentes entidades envolvidas no processo, para que partilhem diferentes graus de responsabilização. Considera-se que só a partir do momento em que uma das entidades se assuma como timoneira, se consiga galvanizar e transmitir a coerência do projecto para os potenciais visitantes.

Independentemente da questão da propriedade do Museu da Luz e dos restantes núcleos museológicos, coloca-se a questão da gestão deste complexo. Esta fase de transição teria como principal objectivo capacitar a futura entidade gestora ou proprietária de um quadro sensível às questões museológicas, com atitudes e

actuações que mantenham os elevados níveis de qualidade que orientaram este projecto desde o seu início. Entretanto considera-se que a EDIA, enquanto promotora, deverá assumir a responsabilidade de assegurar esta fase de transição uma vez que dispõe de um corpo técnico alargado por forma a dar resposta não só às questões inerentes à manutenção desta estrutura, mas também de promover e divulgar convenientemente este projecto a nível nacional e internacional. Para além de fomentar iniciativas junto da comunidade, a EDIA, S.A. está capacitada para a elaboração e execução de um plano de actividades a desenvolver a curto e a médio prazo. Estas actividades passariam não só pela realização de novas exposições mas também pela dinamização comunitária, associando-se o museu, principalmente, à recém criada associação de jovens "Campos de Lousa".

Nesta primeira fase de consolidação, procurar-se-ão criar as condições necessárias para o desenvolvimento de dinâmicas qualificadas visando os diferentes espaços museais, as colecções existentes, a disponibilização de informação de carácter técnico-científico, a promoção de um turismo cultural bem como assegurar a criação e formação do corpo de pessoal, capaz de dar resposta aos desafios colocados ao museu.

Este tempo de mediação serviria também para o estabelecimento de eventuais parcerias não só com organismos pertencentes ou na dependência do Ministério da Cultura, nomeadamente o Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus ou outro, consoante as necessidades, como por exemplo o restauro e a conservação das peças ou na formação do pessoal entre outras áreas, mas também com algumas Universidades que possam dar um contributo válido ao museu, através do estudo da sua colecção. Este propósito insere-se na linha de divulgar e integrar o museu no mundo museológico com o intuito de partilhar informação e problemáticas específicas.

Por último, para além da EDIA, S.A. liderar este projecto pelas razões anteriormente referidas, esta fase de transição participa já com a inclusão de um quadro de pessoal. Tendo em vista a preparação técnica, a entidade gestora do museu deverá facultar ao seu pessoal uma formação própria e de uma forma consistente. O que se pretende é que se mantenha a qualidade e os cuidados técnico-científicos que estiveram na base da elaboração do museu, impondo-se no mercado do turismo e lazer

como uma estrutura museal de reconhecida qualidade e que afirme de uma forma incisiva os predicados dos produtos surgidos e configurados na marca "Alqueva".

No entretanto, a EDIA S.A procedeu à criação de uma empresa de seu nome Gestalqueva tendo por objectivo, segundo a informação disponível no seu site <http://www.gestalqueva.pt>, «(...) contribuir para o desenvolvimento sustentável das áreas de influência das albufeiras de Alqueva e de Pedrógão situando a sua intervenção em dois grandes níveis:

1. Prestação de serviços

- Execução de projectos de qualificação urbana;
- Serviços de natureza ambiental;
- Promoção do espaço Alqueva;
- Apoio a investidores.

2. Promoção de negócios

- Promotora, através da concessão ou não de negócios em parceria;
- Como identificadora e dinamizadora de oportunidades de negócios»

O Gestalqueva, através do programa AQUA (Ambiente e Qualidade Urbana dos Aglomerados de Alqueva) cujo objectivo é contribuir para a promoção de um espaço territorial que vai de Juromenha a Pedrógão envolvendo as albufeiras de Alqueva e de Pedrógão.

É dentro deste contexto que a afectação do Museu da Luz à Gestalqueva se apresenta como uma solução viável não só pelo facto de esta ser uma empresa da EDIA SA, mas também porque nos corpos sociais da Gestalqueva está também incluído o concelho de Mourão detendo este duas das 18 aldeias ribeirinhas (Luz e Granja), onde se integra igualmente duas aldeia da vizinha Espanha (Cheles e Villareal).

Neste sentido passaria a Gestalqueva a ser a responsável pela gestão do complexo museal da Luz. A promoção e divulgação desta área de influência das barragens de Alqueva e Pedrógão far-se-á de uma forma global e integrada mostrando a diversidade das potencialidades desta zona.

Penso que esta perspectiva torna-se mais aliciante uma vez que a diversidade do património, no sentido mais abrangente do termo, detém uma maior capacidade de atracção do que o Museu da Luz. Naturalmente que não se defende a massificação da

região ou do Museu. Pretende-se integrar o complexo museal da Luz num contexto promocional de turismo, de cultura e de lazer de qualidade. A segmentação do público é de importância vital para que este mantenha padrões de programação bastante elevados sem ser elitista.

6.1. Conclusão

A informação de enquadramento referida neste anexo justifica-se, segundo o autor, por forma a disponibilizar um retrato mais aproximado do contexto e das transformações ocorridas neste concelho que conduziram à realização do museu da Luz.

Considerou-se pertinente identificar alguns dos traços culturais e patrimoniais da freguesia da Luz para permitir a sua preservação futura e ajudar a população à reapropriação do novo espaço.

Deste modo procedeu-se à caracterização da freguesia da Luz, numa perspectiva territorial, histórica e cultural. Provou-se a inserção da Luz numa zona com características rurais, dominada particularmente pelo rio Guadiana, o mesmo que desencadeou o plano de água de grandes dimensões que culminou com a barragem de Alqueva. Esta alterou as marcas de referenciação espacial para as gentes da aldeia que coabitaram secularmente com o rio e que necessitaram de efectuar uma nova aprendizagem e um novo mapeamento mental da zona envolvente da aldeia e da freguesia.

As pessoas mais velhas foram as mais afectadas por todo o processo, já que se comprovou no estudo dos indicadores sócio-demográficos que a população a partir da faixa etária dos 35-44 anos para diante é dominante. De igual modo a principal ilação a reter desses indicadores foi a fraca qualificação académica desta comunidade, variável importante para o museu. Na formulação da forma e dos conteúdos programáticos das exposições e da dinamização cultural a realizar, o museu deve ter em linha de conta a qualificação literária de grande parte da sua população para que numa primeira fase o seu público alvo dominante seja conquistado.

Paralelamente aos aspectos físicos e humanos caracterizadores da comunidade luzense, destacaram-se os elementos identitários e patrimoniais criados ao longo das diferentes ocupações humanas, resultando daí um conjunto de habitações com

características próprias e alguns edifícios mais qualificados como o Castelo da Lousa e a Igreja de Nossa Senhora da Luz.

Assim em termos da aldeia foi possível identificar as habitações que tinham como pano de fundo um mundo rural que as viu nascer, materializando-se no tipo de construção em taipa, utilizadora dos elementos que a natureza pôs ao dispor do homem como a terra e a pedra (xisto).

Alguns desses materiais foram aplicados nos equipamentos sociais e culturais que determinaram o núcleo da memória da antiga aldeia onde se congregaram as actividades religiosa e profanas: Igreja de Nossa Senhora da Luz, Praça de Touros e Cemitério.

A antiga aldeia da Luz não foi um espaço estático, uma vez que sofreu constantes transformações decorrentes do meio físico envolvente do tipo de actividade económica e dos valores culturais recebidos. Assim nas últimas décadas verificou-se a mudança da ocupação profissional das gentes desta comunidade, visível na substituição das actividades agrícolas pelas relacionadas com o sector terciário.

Também como resposta a esta alteração sócio-profissional, ao alargamento do horizonte mental de alguns dos habitantes e à maior disponibilidade financeira, a comunidade permitiu-se à aspiração de modelos de casa em ruptura com o tipo de casa tradicional. Assim, constatou-se que cerca de 28 casas fugiram ao modelo tradicional e introduziram uma nova forma de habitar a casa.

Assim, se as novas habitações romperam com a linguagem tradicional, as que sofrem alterações pontuais ao nível de melhoramento dos acabamentos ainda mantiveram essa linguagem, sendo os estratos sociais mais baixos e os herdeiros dos antigos proprietários dos montes e herdades os que permaneceram fiéis à traça das habitações típicas, embora por razões diferentes.

Em suma quer a população, quer a aldeia e os equipamentos sociais e colectivos reflectiram as sucessivas alterações e adaptações que as diferentes ocupações humanas lhes aduziram. Foi no sentido de preservar as características identitárias da aldeia da Luz que se justificaram as medidas de salvaguarda promovidas pela EDIA. S.A.

Assim dentro do âmbito e gestão do Plano de Minimização dos Impactos de Alqueva foram programadas acções que visaram minimizar o tipo de intervenções na área deste estudo. Desse modo se compreende a realização de várias sondagens

arqueológicas e escavações, das quais se destacaram as que incidiram no Castelo da Lousa, no Casal Romano da Julioa 24 e na Igreja de Nossa Senhora da Luz. Cada um destes sítios foram intervencionados visando objectivos diferentes ao nível científico e académico, bem como de valorização patrimonial como foi o caso da Julioa 24.

Globalmente a intervenção de realojamento da aldeia da Luz considerou a premissa de minimizar ao máximo os impactos negativos que, em termos psicossociais, teriam certamente graves consequências. Estas considerações tiveram a sua aplicabilidade nas soluções construtivas em determinados edifícios e nos cuidados tidos em conta na valorização da cultura material da comunidade, relocando-se, por exemplo, as cantarias mais representativas da Igreja de Nossa Senhora da Luz, Fonte Santa e Cemitério. No entanto este propósito foi levado mais longe, sendo considerado em todo o processo de desmantelamento. Antes de se proceder ao desmantelamento da antiga aldeia da Luz, existiu uma fase anterior de identificação dos elementos considerados patrimoniais, como as vergas, os pavimentos, os nichos e as prateleira de xisto, as telhas tradicionais e os barrotes de madeira que suportavam o caniço e as telhas das coberturas das casas mais antigas da aldeia. Este leque de materiais e cantarias, elencados primeiramente pela EDIA S.A. e posteriormente pelo empreiteiro do desmantelamento e pelas autarquias, foram considerados como bens patrimoniais portadores de memórias e de afectos; para além do seu valor económico, foram destacados e relocados num parque (parque dos bens patrimoniais) na nova aldeia da Luz com o intuito de serem reutilizados pelos habitantes uma vez que cada elemento recolhido estavam devidamente identificado bem como o local de onde foi retirado.

Considera-se que foram tomadas as devidas medidas relativamente à recuperação de todos os testemunhos de ordem material, com vista à recuperação daqueles que evocam memórias e vivências de uma comunidade inteira.

Relativamente à tutela e ao financiamento do projecto museológico, implantado na aldeia da Luz, considera-se que a falta de recursos humanos e financeiros das autarquias projectam a gestão do museu para uma outra entidade que, de uma forma responsável e mantendo os elevados padrões de qualidade museológicos e museográficos actualmente expressos no museu da Luz pela EDIA S.A., desenvolva

uma programação museológica consistente durante todo ano. Dada a sua natureza e o seu objecto social, pensa-se que a Gestalqueva como gestora daquele espaço será o elemento congregador com capacidade em reunir consensos e desenvolver um programa ambicioso para o museu. Esta empresa tem como vocação a promoção e divulgação da região do grande lago, onde a aldeia da Luz e o seu museu estão integrados. As autarquias estão representadas nesta empresa e entre elas pretende-se estreitar as actuações para que se valorize um bem comum resultante do novo potencial económico e social recriado a partir do grande lago.

Esta solução de compromisso permite:

1. colmatar os constrangimentos humanos e financeiros das autarquias locais;
2. manter os vínculos com os elementos da EDIA S.A que têm contribuído para realização e a dinamização do museu;
3. envolver as autarquias locais nas actividades anuais previstas pelo museu;
4. manter o envolvimento material e afectivo da população;
5. integrar o museu numa "nova região" com um forte potencial em termos patrimoniais, sociais, económicos e turísticos;

Em síntese muitas foram as transformações por que passou a aldeia da Luz e porventura a mais importante e expectante será a preparação do futuro desta povoação e da região em que se insere. A mudança física da aldeia, tão esperada e adiada durante décadas, realizou-se em pleno século XXI e o grande desafio que agora se apresenta às populações ribeirinhas é a construção de um novo paradigma vivencial proporcionado pela nova realidade resultante do projecto de Alqueva.

BIBLIOGRAFIA

- ARCHEO/ESTUDOS – Investigação arqueológica (2003). Intervenção Arqueológica na Igreja Matriz da Luz – Mourão, Relatório Final, Porto.
- ARKHAIOS – Profissionais de Arqueologia e Paisagem (2001). Realização de Sondagens Arqueológicas, fase 5 – 2000, Castelo da Lousa (Luz, Mourão), Relatório Final do Trabalho Desenvolvido, Évora.
- BRITO, Raquel Soeiro de (dir.)(1997). Portugal – Perfil Geográfico, Editorial Estampa, Lisboa.
- CAETANO, Joaquim Inácio (2003). Destaque e montagem em suporte artificial das pinturas murais da Igreja da Luz, Mural da História, Restauro de Pintura Mural, Lisboa.
- CARDOSO, Maria Isabel Chaves Pinho Alçada (1996). Aldeia da Luz, memória de uma identidade, Dissertação de mestrado em reabilitação da arquitectura e núcleos urbanos, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, vol. I.
- CCRA – Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, (1994). Empreendimento do Alqueva, Inquérito à população da aldeia da Luz, Análise Estatística.
- Concurso Público Internacional no âmbito da União Europeia para a elaboração do Projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz, Setembro 1995.
- DAVEAU, Suzanne (1995). Portugal Geográfico, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

Diagnóstico Social das Dinâmicas Juvenis: As Expectativas Sócio-Profissionais dos Jovens Residentes nas Aldeias da Luz, Amieira, Estrela e Alqueva, Universidade Moderna-Polo de Beja, EDIA, 2000.

ESPANCA, Túlio (1978). Inventário Artístico de Portugal. nº IX – Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa), Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, Vol. I.

FERRO, Dimas (1998). Cemitério da aldeia da Luz. EDIA/ GRAL (Gabinete para a Reinstalação da Aldeia da Luz).

FIGUEIRA, João Francisco (1997). Projecto do Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz – Fase do Estudo Prévio do Plano –, Inquérito Urbanístico, I – Relatório.

IHERA – Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, (1999). Estudo Prévio de Emparcelamento Rural da Freguesia da Luz –, DSHER, DEA, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

INE – Instituto Nacional de Estatística (1960) – X Recenseamento Geral da População, No Continente e ilhas adjacentes, Lisboa, Tomo I, vol. 2.

INE – Instituto Nacional de Estatística (1970) – I Recenseamento da Habitação, No Continente e ilhas adjacentes, estimativa a 20%, Lisboa.

INE – Instituto Nacional de Estatística (1981) – XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos, Distrito de Évora, Lisboa.

INE – Instituto Nacional de Estatística (1991) – Direcção Regional Alentejo – Portugal, XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Alentejo, Lisboa.

- KOTLER, Neil e Philip Kotler (2001). *Estrategias y marketing de museos*, Editorial Ariel, Barcelona.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, et. al., (1995). *Alfaia Agrícola Portuguesa – Col. Portugal de Perto*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando (2000). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Col. Portugal de Perto, Publicações Dom Quixote, 4ª edição, Lisboa.
- RAMOS, Francisco Martins (1997). *Os proprietários da Sombra. Vila Velha Revisitada*, Universidade Aberta, Lisboa.
- SEIA – Sociedade de Engenharia e Inovação Ambiental- (1995). *Estudo Integrado de Impacte Ambiental do Empreendimento de Alqueva, Resumo Executivo– Resumo Técnico*, vol. IA.
- SILVA, António Carlos (Coord.) e Lança, Maria João, (2001). *EDIA/ DAP, 3º colóquio de arqueologia, Alqueva: 4 anos de investigação arqueológica para a cultura e desenvolvimento*, Auditório da Universidade de Évora, 16 e 17 Fev.
- TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa e BELÉM, Margarida da Cunha, et. al., s.d., *Diálogos de edificação: estudo de técnicas tradicionais de construção*, Edição CRAT (Centro Regional de Artes Tradicionais).
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996). «Da Belle Époque à Era do Jazz-band», in *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, (dir.) António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, p. 313.